

Reabitar.

Vila de acolhimento em Campo Grande - MS para mulheres-mães
vítimas de violência doméstica



Maria Eduarda Borralho Garcia

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - FAENG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA EDUARDA BORRALHO GARCIA

REABITAR.
VILA DE ACOLHIMENTO EM CAMPO GRANDE - MS PARA MULHERES-MÃES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo.

CAMPO GRANDE - MS
2025



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2025/2

No mês de **Fevereiro** do ano de **dois mil e vinte e seis**, reuniu-se de forma **presencial** a Banca Examinadora, sob Presidência do Professor Orientador, para avaliação do **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
24 de Fevereiro de 2026 Ateliê 3 14 horas CAU-FAENG-UFMS Campo Grande, MS	Maria Eduarda Borralho Garcia RGA: 2020.2101.036-5 Reabilitar: Vila de acolhimento em Campo Grande - MS para mulheres-mães vítimas de violência doméstica	Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo	Prof. Dra. Helena Rodi Neumann	Arq. Leticia Prudêncio

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pela acadêmica, os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação.

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO A** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pelo Professor Orientador e homologada pela Coordenação de Curso e pelo Presidente da Comissão do TCC.

Campo Grande, 24 de Fevereiro de 2026.

Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo
Professora Orientadora

Prof. Dr. Gutemberg Weingartner
Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Profª. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Botega do Carmo, Professor do Magisterio Superior**, em 27/02/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo, Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)

[novembro de 2020.](#)

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Gutemberg dos Santos Weingartner, Professor do Magisterio Superior**, em 27/02/2026, às 20:16, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6250938** e o código CRC **C7D98F3A**.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 6250938



Aos amores que me deram a vida, Venuza e Luiz Augusto.
Ao amor que a vida me deu, Juliana.
E ao amor que escolhi para a vida, Khristian.

Agradecimentos

Especial agradecimento aos meus pais, Venuza e Luiz Augusto, cujo amor e dedicação incondicionais me proporcionaram o alicerce necessário para correr atrás dos meus sonhos e explorar novos horizontes. Seu esforço e dedicação, ao me permitirem simplesmente viver, crescer e ser, são um presente muito valioso. Obrigada por nunca terem permitido que eu me sentisse só em toda a minha jornada e, ao mesmo tempo, por me darem a liberdade necessária para que eu pudesse traçar o meu próprio caminho. Tudo o que conquistei na vida devo a vocês.

À minha irmã, Juliana, que tem sido minha companheira desde sempre e para quem sempre busquei ser o melhor exemplo possível.

À minha avó, Shirley, que sempre foi modelo de inspiração e ensinamentos.

Ao meu namorado, Khristian, que compartilhou comigo grande parte desta jornada acadêmica. Seu apoio, incentivo e companheirismo ao longo destes anos, tornaram cada conquista significativa. Cada sonho e objetivo passaram a ter ainda mais sentido e motivação, pois tudo o que eu almejava passou a ser também com o desejo de conquistar ao seu lado. Sem você, esta jornada não seria a mesma.

Aos meus amigos, em especial Sofia e Nicolas, que conheci durante meu intercâmbio em Portugal e que, desde então, se tornaram verdadeiros encontros de alma. Mesmo com a distância física, sempre se fizeram presente, me incentivando, apoiando e celebrando cada conquista. Ao lado deles, conheci lugares incríveis, realizei sonhos e sonhei ainda mais alto. Foram fonte constante de inspiração, afeto e força, me incentivando a crescer, a evoluir e a não desistir. A amizade de vocês é um presente que levo comigo para a vida.

Ao meu orientador, Prof. Julio Botega, por todos os ensinamentos compartilhados ao longo desta trajetória e pela confiança depositada no desenvolvimento deste trabalho. Sua dedicação, paciência e conhecimento foram fundamentais para a realização deste trabalho.

E à todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu mais sincero, obrigada.

Resumo

A violência doméstica contra as mulheres no Brasil é um problema enraizado na sociedade como resultado de uma cultura patriarcal e paternalista, que passou nas últimas décadas a ganhar maior visibilidade devido à movimentos sociais que questionam a estrutura e os papéis de gênero. Apesar disso, o índice de violência contra a mulher no país ainda é visivelmente crescente.

Dessa forma, o presente trabalho propõe retratar a questão da violência doméstica, em especial à violência praticada contra mulheres-mães, dando destaque para a cidade de Campo Grande - MS, através de uma abordagem teórico-prática, dividida em três etapas: levantamento bibliográfico, análise de dados estatísticos e proposta projetual, para que seja desenvolvido o projeto arquitetônico de uma vila de acolhimento para mulheres e seus filhos, vítimas de violência doméstica.

O objetivo principal é criar através do projeto arquitetônico um espaço seguro que busca acolher, para que as vítimas possam se desvincular da violência, recuperando sua autonomia e dignidade e promovendo a capacitação e reintegração social, sem que as vítimas precisem se isolar, esconder e interromper suas rotinas. E, assim, consequentemente atuar como uma “filial humanizada” da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande - MS, ampliando a rede de apoio e proteção às vítimas.

Palavras-chave: violência doméstica, mulheres-mães, projeto de arquitetura, capacitação, reintegração social.

Abstract

Domestic violence against women in Brazil is a deeply rooted social problem resulting from a patriarchal and paternalistic culture, which in recent decades has gained greater visibility due to social movements that challenge traditional gender structures and roles. Despite this increased visibility, the rate of violence against women in the country remains significantly high and continues to grow.

In this context, the present study addresses the issue of domestic violence, with particular emphasis on violence perpetrated against mothers, focusing on the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The research adopts a theoretical-practical approach, structured in three stages: a bibliographic review, the analysis of statistical data, and the development of an architectural proposal. The objective is to design a welcoming village for women and their children who are victims of domestic violence.

The main goal of the project is to create, through architectural design, a safe and welcoming environment that enables victims to break free from violence, regain autonomy and dignity, and promote professional training and social reintegration, without requiring them to isolate themselves, remain hidden, or interrupt their daily routines. In this sense, the proposal seeks to function as a “humanized branch” of the Casa da Mulher Brasileira in Campo Grande, MS, expanding the local network of support and protection for women.

Keywords: domestic violence; mothers; architectural design; professional training; social reintegration.

—	Introdução.....	10
---	-----------------	----

1 Ser mulher: uma visão de gênero

1.1	Violência contra a mulher: uma longa história.....	12
1.2	Lei Maria da Penha e os tipos de violência.....	15
1.3	Ciclo da violência.....	17
1.4	Impactos na mulher e nos filhos.....	18
1.5	A Lei do feminicídio.....	20
1.6	Legislações de proteção à mulher no Brasil.....	21
1.7	Disque 180.....	22
1.8	Olhar para o estado: Mato Grosso do Sul.....	23
1.9	A Casa da Mulher Brasileira.....	24

2 Arquitetura, urbanismo e gênero

2.1	Ser mulher: na arquitetura e no urbanismo.....	28
2.2	Arquitetura como espaço de acolhimento.....	30
2.3	Política Pública e Normativa das Casas Abrigo.....	31
2.4	Referências conceituais e projetuais.....	32
2.5	No to the Violence Shelter.....	33
2.6	Refugio Origen.....	37
2.7	Centro de Oportunidade para Mulheres.....	41

3 Contextualização urbana

3.1	Contexto urbano - Campo Grande/MS.....	46
3.2	A escolha do terreno.....	47
3.3	Análise dos terrenos.....	48
3.4	O terreno escolhido.....	51
3.5	Situação atual - terreno escolhido.....	52
3.6	Legislação urbana - Plano Diretor.....	53
3.7	Uso do Solo e Ocupação.....	54
3.8	Mobilidade urbana.....	55
3.9	Equipamentos comunitários - educação.....	56
3.10	Equipamentos comunitários - saúde e segurança.....	57
3.11	Condicionantes projetuais.....	58

4 Proposta Arquitetônica

4.1	Partido Arquitetônico.....	60
4.2	Conceito - Acolhimento, Reconexão e Recomeço.....	62
4.3	Dimensionamento.....	63
4.4	Fluxograma.....	66
4.5	Plano de Massas.....	67
4.6	Materialidade.....	68
4.10	Pranchas Técnicas.....	70
4.11	Imagens Renderizadas.....	82

Conclusão.....	90
----------------	----

Referências Bibliográficas.....	92
---------------------------------	----

1 Lista de Figuras

- Figura 01. Marcha em Nova York, 1970
- Figura 02. Cartaz do Dia Internacional da Mulher, da revista semanal da CGIL (Sindicato Comunista Italiano), 1952
- Figura 03. Fotografia Maria da Penha
- Figura 04. Recorte de reportagem retirado do site G1
- Figura 05. Charge de Carlos Latuff sobre a violência contra a mulher
- Figura 06. Silvye Alves na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados
- Figura 07. Recorte de reportagem retirado do site Campo Grande News
- Figura 08. Fachada da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande
- Figura 09. Fotografia Zaida Muxí Martínez
- Figura 10. Alejandro Aravena e alguns de seus projetos vencedores do Pritzker 2016
- Figura 11. Acolhimento para violência doméstica: como funciona uma Casa Abrigo
- Figura 12. Fachada do edifício No to the Violence Shelter
- Figura 13. Planta pavimento térreo - edifício No to the Violence Shelter
- Figura 14. Planta 1º pavimento - edifício No to the Violence Shelter
- Figura 15. Pátio interno do edifício No to the Violence Shelter.
- Figura 16. Fachada do edifício No to the Violence Shelter
- Figura 17. Circulação externa do edifício No to the Violence Shelter
- Figura 18. Corredores internos do edifício No to the Violence Shelter
- Figura 19. Fachada do edifício Refugio Origen
- Figura 20. Planta pavimento térreo - edifício Refugio Origen
- Figura 21. Corredores externos do edifício Refugio Origen
- Figura 22. Fachada do edifício Refugio Origen
- Figura 23. Entrada principal do edifício Refugio Origen
- Figura 24. Relação interno vs externo do edifício Refugio Origen
- Figura 25. Fachada do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda
- Figura 26. Planta pavimento térreo - Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda
- Figura 27. Salas de aula do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda
- Figura 28. Vista aérea do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda
- Figura 29. Interior da sala de reunião do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda
- Figura 30. Fazenda do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda
- Figura 31. Mapa do estado de Mato Grosso do Sul, com destaque ao Perímetro Municipal de Campo Grande
- Figura 32. Mapa do perímetro municipal de Campo Grande, com destaque a Zona de Expansão Urbana
- Figura 33. Mapa da Zona de Expansão Urbana, com destaque ao Perímetro Urbano de Campo Grande
- Figura 34. Mapa das Regiões Urbanas de Campo Grande, com destaque para a Região Urbana - Centro
- Figura 35. Mapa aproximado de localização dos terrenos analisados
- Figura 36. Fotografia do terreno descartado
- Figura 37. Fotografia do terreno descartado
- Figura 38. Mapa aproximado de localização dos terrenos analisados
- Figura 39. Fotografia do terreno descartado
- Figura 40. Fotografia do terreno descartado



Figura 41. Mapa aproximado de localização dos terrenos analisados
Figura 42. Fotografia do terreno descartado
Figura 43. Fotografia do terreno descartado
Figura 44. Mapa aproximado de localização do terreno escolhido
Figura 45. Fotografia da situação atual do terreno escolhido
Figura 46. Fotografia da situação atual do terreno escolhido
Figura 47. Fotografia da situação atual do terreno escolhido
Figura 48. Fotografia da situação atual do terreno escolhido
Figura 49. Fotografia da situação atual do terreno escolhido
Figura 50. Mapa do Perímetro Urbano de Campo Grande, com destaque às Macrozonas Urbanas
Figura 51. Mapa do Perímetro Urbano de Campo Grande, com destaque às Zonas Urbanas
Figura 52. Mapa do Perímetro Urbano de Campo Grande, com destaque às Zonas Ambientais
Figura 53. Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque para o Uso e Ocupação do Solo
Figura 54. Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque à hierarquia viária e pontos de ônibus
Figura 55. Fotografia do ponto de ônibus existente na R. Antônio Maria Coelho
Figura 56. Fotografia do ponto de ônibus existente na R. 13 de Junho
Figura 57. Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque para os equipamentos comunitários de educação
Figura 58. Fotografia da fachada da Escola Estadual Joaquim Murtinho
Figura 59. Fotografia da fachada da Escola Municipal de Educação Infantil Eleodes Estevan (EMEI)
Figura 60. Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque para os equipamentos comunitários de segurança e saúde
Figura 61. Fotografia da fachada da Maternidade Cândido Mariano
Figura 62. Fotografia da fachada do Hospital Santa Casa
Figura 63. Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque às condicionantes projetuais
Figura 64. A fonte da juventude feminina
Figura 65. Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque ao plano de massas

2 Lista de Tabelas

Tabela 01. Linha do Tempo: Direitos das mulheres na legislação brasileira
Tabela 02. Linha do Tempo: Direitos das mulheres na legislação brasileira
Tabela 03. Tipos de violência
Tabela 04. Impactos gerados em crianças e adolescentes após presenciarem violência doméstica contra suas mães
Tabela 05. Impactos gerados em crianças e adolescentes após presenciarem violência doméstica contra suas mães
Tabela 06. Índices de feminicídio no Brasil em 2024
Tabela 07. Dados das mulheres vítimas de violência doméstica em Campo Grande
Tabela 08. Registros de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - 2015 a 2024
Tabela 09. Normas de Uso e Ocupação do Solo da Zona Urbana e Ambiental I
Tabela 10. Categorias de Uso do Solo da Zona Urbana I
Tabela 11. Programa de Necessidades - Tabela de Áreas
Tabela 12. Programa de Necessidades - Tabela de Áreas
Tabela 13. Programa de Necessidades - Tabela de Áreas



3 Lista de Gráficos

- Gráfico 01. Índice de violência contra mulher por regiões do Brasil
- Gráfico 02. Percepções e experiências das mulheres quanto a Lei Maria da Penha
- Gráfico 03. Informativos das mulheres-mães que sofrem violência doméstica
- Gráfico 04. Perfil das mulheres que sofrem violência doméstica
- Gráfico 05. Registros feitos no Disque 180 em 2023
- Gráfico 06. Registros feitos no Disque 180 em 2023
- Gráfico 07. Dados das mulheres vítimas de violência doméstica em Campo Grande
- Gráfico 08. Comparativo da população feminina vs masculina de Campo Grande

4 Lista de Diagramas

- Diagrama 01. Ciclo da violência doméstica
- Diagrama 02. Faixa etária infanto-juvenil
- Diagrama 03. Fluxograma de atendimentos realizados na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande
- Diagrama 04. Conceito do projeto
- Diagrama 05. Fluxograma



O presente Trabalho Final de Conclusão de Curso do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), busca abordar um tema de relevância: a violência doméstica. Por meio da arquitetura de acolhimento, tem-se por objetivo desenvolver uma vila de acolhimento na cidade de Campo Grande - MS, que atenderá mulheres-mães e seus filhos em situação de vulnerabilidade social decorrente da violência doméstica, com o propósito de acolher, recuperando a segurança e a integridade das vítimas pela busca de autonomia e reinserção social, sem o rompimento abrupto de suas rotinas.

Segundo o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), a arquitetura de acolhimento tem como objetivo acomodar por um período médio de 3 a 12 meses, pessoas e comunidades em situação de emergência. O desejo de aplicá-la no projeto da Vila de Acolhimento é criar espaços que possam atender todas as necessidades das vítimas, proporcionando um lugar seguro, acolhedor e que permita que as vítimas se desconectem da violência, reconquistando sua dignidade e ressignificando o conceito de lar, muitas vezes perdido após o ato de violência.

A violência doméstica é historicamente definida como resultado de uma cultura patriarcal e paternalista, expressa como certificado da integridade do homem e como instrumento de disciplina às mulheres. Nesse sentido, o lugar da mulher é muitas vezes atribuído à casa, ao homem e à maternidade. Segundo Suárez, Machado e Bandeira (1999), “vivemos em uma sociedade onde persiste ainda a definição de gênero feminino referida à esfera familiar, doméstica e à maternidade, em que a feminilidade é frequentemente descrita com base em atributos naturais. A mulher é socializada para casar e ter filhos, e a função principal da sexualidade é ainda a procriação” (*apud* PRATES, 2007, p. 23).

Apesar do avanço das conquistas femininas e da existência de diversas políticas públicas, como por exemplo, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006), a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 1990), o índice de violência doméstica no Brasil ainda é crescente. Segundo a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, feita pelo Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), no Brasil, cerca de 68% da população têm uma amiga, familiar ou conhecida que já foi vítima de violência doméstica e, quanto maior a dependência financeira ou emocional em relação ao agressor, especialmente por causa dos filhos, maiores as chances de a mulher sofrer violência doméstica e não conseguir romper com o ciclo de violência.

Nesse cenário, a Casa da Mulher Brasileira configura-se como principal instrumento de amparo às vítimas. No entanto, a partir de pesquisas, visitas *in loco* e entrevistas, observa-se uma lacuna significativa da efetividade desse modelo, como a carência de serviços complementares, carência de capacitação profissional das equipes especializadas frente a situações de vulnerabilidade, crença de impunidade dos agressores e a localização afastada do equipamento público dentro da cidade, dificultando o acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente as de baixa renda.

Dessa maneira, em vista da situação de vulnerabilidade que muitas mulheres e seus filhos se encontram dentro de seus próprios lares e os riscos iminentes que as vítimas correm quando desamparadas, o objetivo do trabalho é criar através do projeto arquitetônico, um espaço seguro e acolhedor, que atua como lar temporário, por um período de pelo menos 12 meses, oferecendo apoio físico, social e emocional, desempenhando papel fundamental na reintegração dessas vítimas na sociedade e ressignificando o conceito de “lar”. A proposta visa oferecer as condições necessárias para que as vítimas possam se desvincular da violência, recuperando sua autonomia e dignidade, e buscando novas oportunidades na sociedade, reforçando a ideia de que não é necessário esconder para proteger e sem que as vítimas precisem interromper suas rotinas para se reerguer.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho consiste em uma abordagem teórico-prática, dividida em três etapas: levantamento bibliográfico, análise de dados estatísticos e levantamento projetual, para que, sejam atingidos os níveis de conceituação, quantificação e desenvolvimento do projeto arquitetônico.

O trabalho estuda em nível teórico a violência doméstica contra mulheres e seus filhos, com destaque para as causas e consequências, as principais legislações de proteção e a importância da arquitetura como ambiente construído de acolhimento e recuperação das vítimas. Foram utilizados para esta pesquisa, livros sobre o assunto, bancos de teses e dissertações, assim como, dados levantados em outras pesquisas pertinentes.

A análise de dados estatísticos, por sua vez, foi baseada em entrevistas e pesquisas de campo realizadas à Casa da Mulher Brasileira, situada em Campo Grande - MS, embasando os dados da realidade atual da cidade e permitindo compreender seu funcionamento prático, carências e potencialidades.

Por fim, o levantamento projetual, tem como finalidade definir o programa de necessidades, bem como a linguagem arquitetônica a ser proposta, permitindo embasar diretrizes projetuais, garantindo a criação de um projeto arquitetônico com espaços seguros e acolhedores, que atuam como lar temporário, favorecendo a reintegração social das vítimas.

Portanto, a criação deste espaço de acolhimento é uma ação que visa contribuir e auxiliar de forma crítica para a criação de uma sociedade mais justa e segura para mulheres-mães e seus filhos que ainda sofrem com a violência doméstica e que se sentem desamparadas.



Ser mulher:
uma visão de gênero

Violência contra a mulher: uma longa história

A violência contra a mulher é um fenômeno tradicionalmente enraizado na sociedade, como resultado de uma cultura machista e patriarcal. Às mulheres, sempre foi designado um lugar de menor valor, no qual direitos e deveres eram destinados exclusivamente ao casamento, à criação dos filhos e aos cuidados do lar (SILVA, 2010). Além disso, a maternidade tornou-se, ao longo da história, uma das únicas funções valorizadas socialmente, permitindo-a ser reconhecida e ocupando uma posição de notoriedade (BORSA; FEIL, 2008). Para Ribeiro (2000), as mulheres eram consideradas da mesma forma que as crianças e os doentes mentais, como o "*imbecilitus sexus*", ou seja, o sexo imbecil.

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), que as mulheres passaram a ser de fato inseridas no mercado de trabalho, exercendo funções fora de casa e distanciando da ocupação, na época designada à procriação e aos afazeres domésticos, alterando o papel de mãe e esposa. Como resultado desse fenômeno, iniciou-se nos países desenvolvidos, na década de 1960, uma corrida em prol dos direitos femininos, impulsionada pelo sentimento de insatisfação das mulheres. Tais movimentos chegaram no Brasil colonizado pela cultura europeia e enraizado na construção religiosa, misógina e patriarcal de forma tardia, mas, propiciaram a mudança no papel e na posição da mulher na sociedade brasileira (COUTINHO, 1994).

Para as integrantes do movimento feminista no Brasil, a maternidade seria um ensejo da qual toda mulher deveria escapar. Isso se deve porque tal condição submetia a mulher ao domínio por parte do homem. Ao passo que, não se tornar mãe simbolizava uma escolha livre e autônoma (BORSA; FEIL, 2008). Prova disso, foi o surgimento da pílula anticoncepcional que propiciou um comportamento feminino mais liberal e abriu novas possibilidades para as mulheres. Esse marco, juntamente com o desejo da igualdade de gênero, direitos e posições, separou a sexualidade da procriação, concedendo à mulher, a decisão da maternidade e, conseqüentemente, ampliando a inserção da mesma no convívio social e laboral, já que, com a gravidez tardia, ela poderia se dedicar a outros atributos, como por exemplo, o trabalho (SARTI, 2007), contribuindo para o declínio do modelo tradicional patriarcal.

As conquistas femininas no Brasil são resultado da luta das mulheres por direitos civis e pela igualdade de gênero. Tais conquistas retratam a cronologia histórica das dificuldades existentes na época e o significado daquele ato, tratado como uma conquista para a população feminina (CEE, 2023).

1879

Concedida autorização ao acesso de mulheres à faculdade, no entanto, a matrícula era feita pelo pai ou marido.
(Decreto Lei nº 7.247/1879).

1916

O marido tinha autorização para aplicar castigos físicos à esposa.
(Ordenações Filipinas, em vigor até 31/12/1916).

1932

Concedido o direito do voto feminino no Brasil.
(Decreto nº 21.076/1932).

1984

O Brasil tornou-se signatário da convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres (CEDAW).

1985

Foi criada a primeira delegacia especializada no atendimento à mulher (DEAM).

1988

A Constituição Brasileira passa a reconhecer a igualdade jurídica e direitos civis de mulheres e homens.

Tabela 01: Linha do Tempo: direitos das mulheres na legislação brasileira.
Fonte: JusBrasil, 2025. Elaborado pela autora, 2025.

1996

Adotada em Belém do Pará a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

2006

Sancionada a Lei Maria da Penha. (Lei nº 11.340/2006).

2007

Lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, permitindo a formação de Redes de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência compostas por diferentes serviços, especializados e não especializados.

2015

Sancionada a Lei do Feminicídio. (Lei nº 13.104/2015).

2022

STF autoriza delegados e policiais a concederem medidas protetivas, sem decisão judicial, com base na Lei Maria da Penha. (STF, ADI 6138, 23.3.2022).

2023

Sancionada a Lei nº 14.674/2023, que prevê a concessão de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica. (Lei nº 14.674/2023).

Tabela 02: Linha do Tempo: direitos das mulheres na legislação brasileira.
Fonte: JusBrasil, 2025. Elaborado pela autora, 2025.

Apesar de todos esses avanços, essa trajetória enfatiza uma desigualdade de gênero enraizada de costumes e crenças difundidas durante gerações, manifestando-se por meio da expressão aos diversos acontecimentos praticados contra as mulheres como forma de subordiná-las ao castigo físico, sexual e psicológico, manifestado na violência doméstica.



Figura 01: Marcha em Nova York, 1970.
Fonte: Bocada Forte, 2017.

"A história das mulheres é uma história de lutas." - Rosa Luxemburgo

Lei Maria da Penha e os tipos de violência

A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representa a história de milhares de mulheres vítimas de violência doméstica e é símbolo de luta, resistência e superação.

A lei, criada em homenagem à história de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de inúmeras agressões, inclusive tentativas de feminicídio por parte de seu companheiro, cria aparatos para prevenir e proteger da violência doméstica em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, parágrafo 8º), visto que, antes da Lei Maria da Penha, os casos de violência contra as mulheres no Brasil eram tratados pelos Tribunais de Pequenas Causas, com penas pouco efetivas aos agressores. Assim, a Lei não visa atuar apenas no âmbito jurídico, mas, abranger também na formulação de políticas públicas de gênero, que envolvem ainda a segurança, a saúde, a assistência social e a educação das vítimas (GUIMARÃES e PEDROZA, 2015).

Segundo o capítulo II, art. 7º, a Lei em questão classifica 5 tipos de violência doméstica, sendo elas: sexual, psicológica, patrimonial, moral e física (Lei nº 11.340/2006).

I - Violência Sexual: Trata-se de qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Como estuprar, obrigar a mulher a praticar atos sexuais que causam desconforto ou repulsa, impedir o uso de métodos contraceptivos, obrigar a mulher à abortar, forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação, limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, etc.

II - Violência Psicológica: Considerada qualquer conduta que cause dano emocional, prejudique o desenvolvimento da mulher, deprave ou controle suas ações, crenças, comportamentos e decisões. Como ameaçar, humilhar, manipular, perseguir, insultar, chantagear, limitar o direito de ir e vir, distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade, etc.

III - Violência Patrimonial: Consiste em ações que envolvam o controle ou destruição de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. Como controlar o dinheiro, deixar de pagar a pensão alimentícia, destruir documentos pessoais, furtar, danificar, privar de bens, valores ou recursos financeiros, etc.

IV - Violência Moral: Envolve qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher. Como acusar de traição, emitir juízos morais sobre a conduta, fazer críticas inverídicas, expor a vida íntima, rebaixar a mulher por meio de xingamentos, desvalorizar a vítima, etc.

V - Violência Física: Envolve qualquer ato ou conduta que cause danos à integridade ou saúde corporal da mulher. Como espancar, atirar objetos, sacudir, sufocar, cortar, queimar, torturar, etc.

A violência doméstica é uma violação dos direitos humanos que não ocorre de forma isolada, seus atos muitas vezes se sobrepõem e ocorrem independentemente de raça, classe social, etnia ou idade, em que, a violência pode assumir diversas formas e ter impactos significativos na vida das vítimas (Lei nº 11.340/2006).

De acordo com dados divulgados em 2024 pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 70ª posição de 132 países, no que diz respeito ao Índice de Paridade de Gênero. Decorrente dessa desigualdade, o país tem registrado um significativo aumento nos índices de violência praticados contra mulheres. Segundo dados divulgados pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra Violência Doméstica (OMV), em 2023, houve um aumento médio no país de 74%, se comparado ao ano anterior, com valores expressivos em todas as regiões - Centro-Oeste (79%), Nordeste (78%), Norte (74%), Sudeste (72%) e Sul (66%) - representando 25,9 milhões de brasileiras (DataSenado, 2024).



Gráfico 01: Índice de violência contra mulher por regiões do Brasil.
Fonte: DataSenado, 2024. Elaborado pela autora, 2025.

Historicamente, a violência contra as mulheres acabou oprimindo o sexo feminino, de forma que, muitas vezes elas acabam perdendo sua autonomia, defendido por um discurso que naturaliza a violência, com hipóteses biológicas e pelo patriarcado, que consideram a mulher como ser frágil e inferior, tanto de força física, quanto racional (CUNHA, 2014). Nesse sentido, considerando todos os tipos de violência, de acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, feita pelo Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV), a mais citada pelas mulheres foi a violência psicológica (89%), seguida pela violência moral (77%), pela física (76%), pela patrimonial (34%) e depois, pela violência sexual (25%) (DataSenado, 2023).



Tabela 03: Tipos de violência.
Fonte: DataSenado, 2023. Elaborado pela autora, 2025.

Menos de um quarto das brasileiras (24%) afirmam **conhecer** muito sobre a **Lei Maria da Penha**

51% acreditam que a Lei Maria da Penha **protege apenas em parte as mulheres** contra a **violência doméstica e familiar**

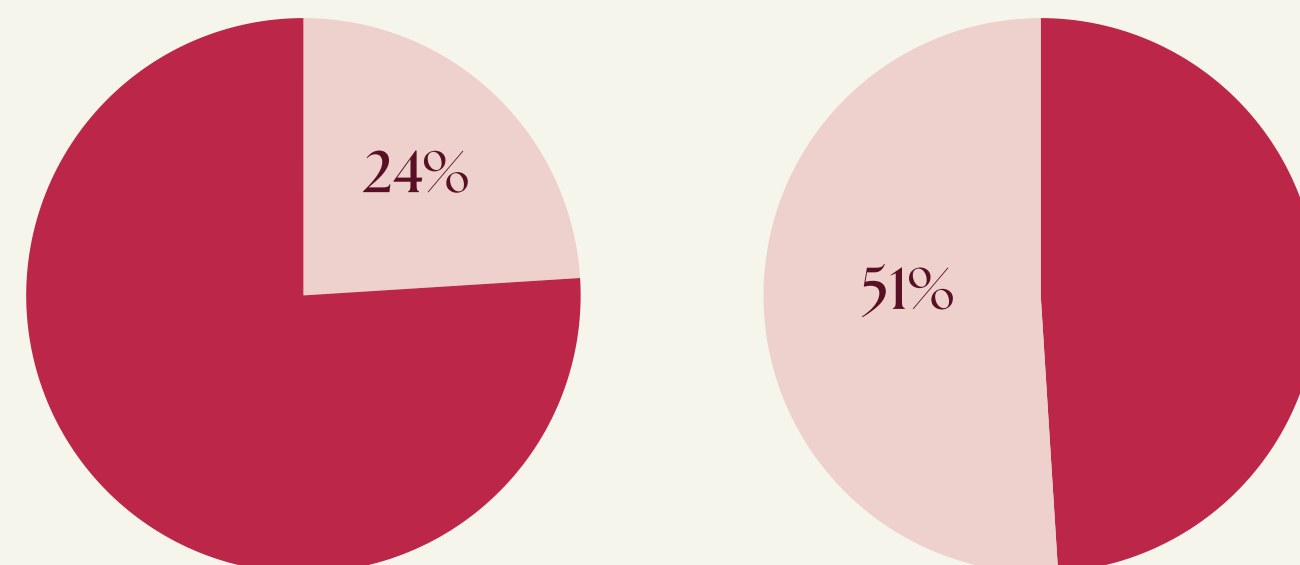


Gráfico 02: Percepções e experiências das mulheres quanto a Lei Maria da Penha.
Fonte: Instituto Maria da Penha, 2006. Elaborado pela autora, 2025.

Figura 03: Fotografia Maria da Penha.
Fonte: Revista Veja, 2021. Adaptado pela autora, 2025.



Ciclo da violência

O ciclo de violência contra as mulheres é um modelo base que aborda o padrão recorrente de inúmeros abusos sofridos pela população feminina. O termo criado em 1979 pela psicóloga Lenore Walker, explica a compreensão da psicologia acerca da violência doméstica e seu desenvolvimento, descrevendo o padrão repetitivo do ato, através das fases de tensão, explosão e reconciliação (Instituto Maria da Penha, 2006).

De acordo com a psicóloga, as vítimas muitas vezes não falam sobre o problema, motivadas por um misto de sentimentos: vergonha, medo ou constrangimento, agravados especialmente no caso de dependência.

Fase I - Aumento da Tensão: Momento de maior tensão e irritabilidade do agressor, humilhando e fazendo ameaças à vítima. Nesta fase, a vítima tende a acalmar o agressor, evitando qualquer ação que possa confrontá-lo, já que, na maioria das vezes, a vítima nega os acontecimentos e sente-se culpada pela situação. Essa fase pode se estender por anos, geralmente levando à fase II.

Fase II - Ato da Violência: Nesta fase, toda a tensão acumulada durante a fase I, se concretiza por meio da violência verbal, física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. A vítima, por sua vez, tende a passar por um período de tensão psicológica, impedindo-a de qualquer ato de reação.

Fase III - Arrependimento e Comportamento Carinhoso: Conhecida como “Fase da Lua de Mel”, essa fase é caracterizada pelo arrependimento do agressor e tentativas de reconciliação com a vítima. Neste momento, a vítima sente-se confusa e pressionada a manter o relacionamento, especialmente quando se tem filhos. Durante essa fase, há um período de calma e tranquilidade, com esforços e mudanças de atitude por parte do agressor, mas, que no fim, retornam a tensão da fase I.

A intensidade e gravidade das fases aumentam com o passar do tempo, impulsionando para que as agressões tornem-se mais frequentes e habituais e, eventualmente, ocasionando a extinção das fases I e III, criando-se o hábito da violência. Esse cenário só poderá ser quebrado se a vítima procurar apoio e quebrar o ciclo de violência (Instituto Maria da Penha, 2006).

Ciclo da violência doméstica

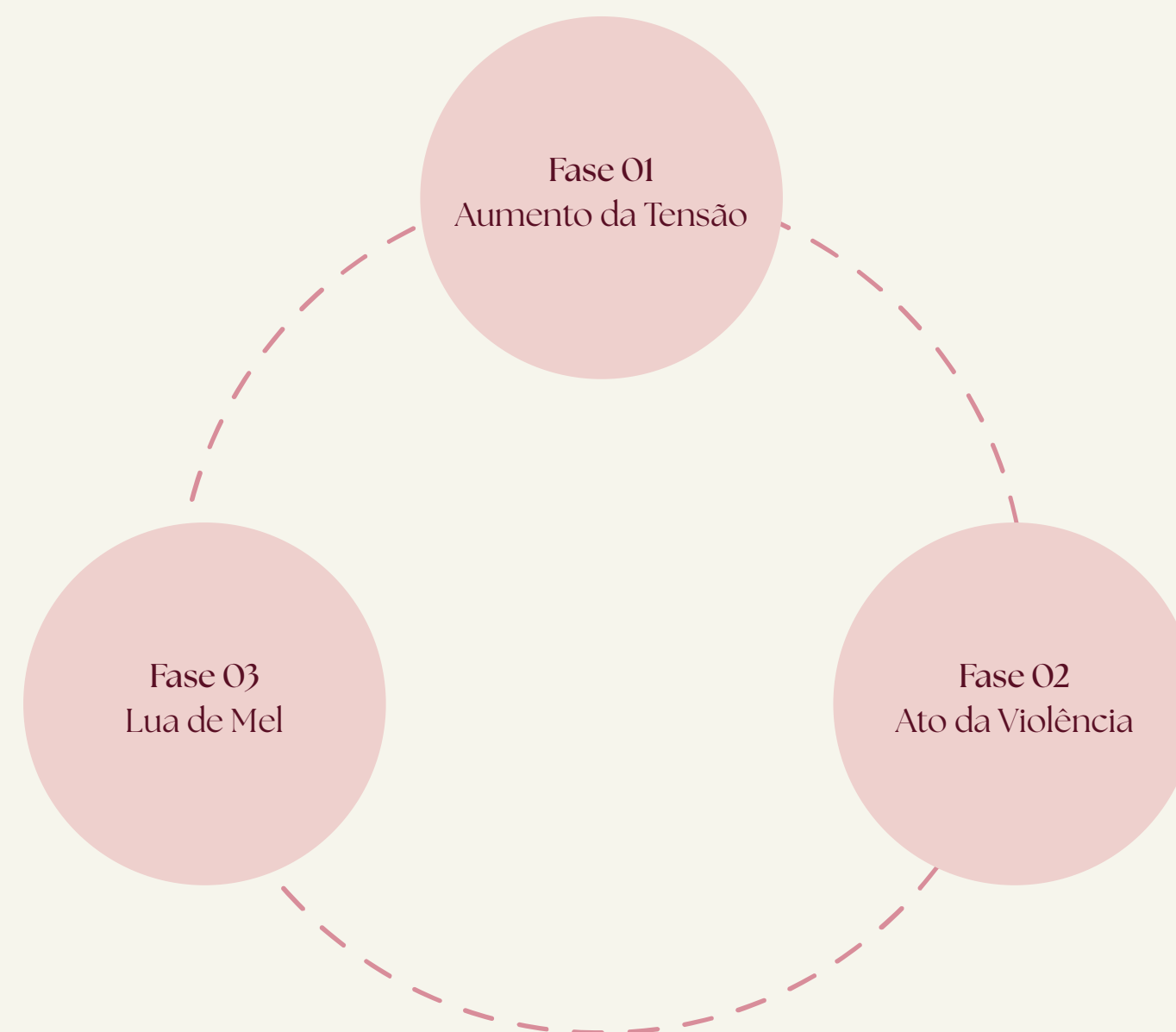


Diagrama 01: Ciclo da violência doméstica.
Fonte: Instituto Maria da Penha, 2006. Elaborado pela autora, 2025.

Impactos na mulher e nos filhos

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal instrumento jurídico brasileiro que visa defender e proteger de forma integral as crianças e adolescentes, é direito de toda criança e adolescente crescer inserido em um meio familiar que proporcione um crescimento saudável, seguro e protegido (Lei nº 8.069/1990 - Art. 19). Embora, seja muitas vezes nesse espaço, que se desenvolvem as primeiras violações dos direitos humanos.

A maioria das mulheres vítimas de violência doméstica, são mães de crianças dos seus próprios agressores, fazendo com que consequentemente, muitas crianças fiquem expostas a situações de violência doméstica e familiar, desde muito novas. Essa exposição, pode provocar, nas crianças e jovens, sintomas persistentes e patológicos (SANI, 2003). Assim,

As crianças são também vítimas mesmo que não sejam diretamente objeto de agressões físicas, ao testemunharem a violência entre os pais. As crianças iniciam um processo de aprendizagem da violência como um modo de estar e de viver e, na idade adulta, poderão reproduzir o modelo. Para além de que, a violência lhes provoca sofrimento emocional e os correspondentes problemas (MACHADO, GONÇALVES, 2003, p. 42).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define as faixas etárias de acordo com direitos e garantias específicas para as crianças e adolescentes, associadas às diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo.

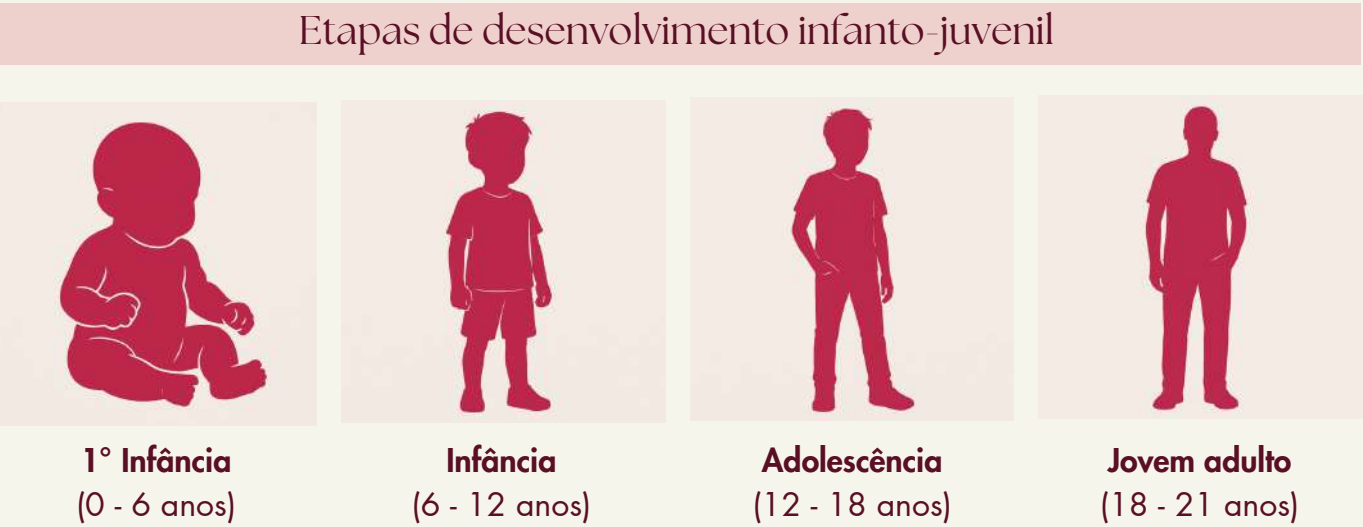
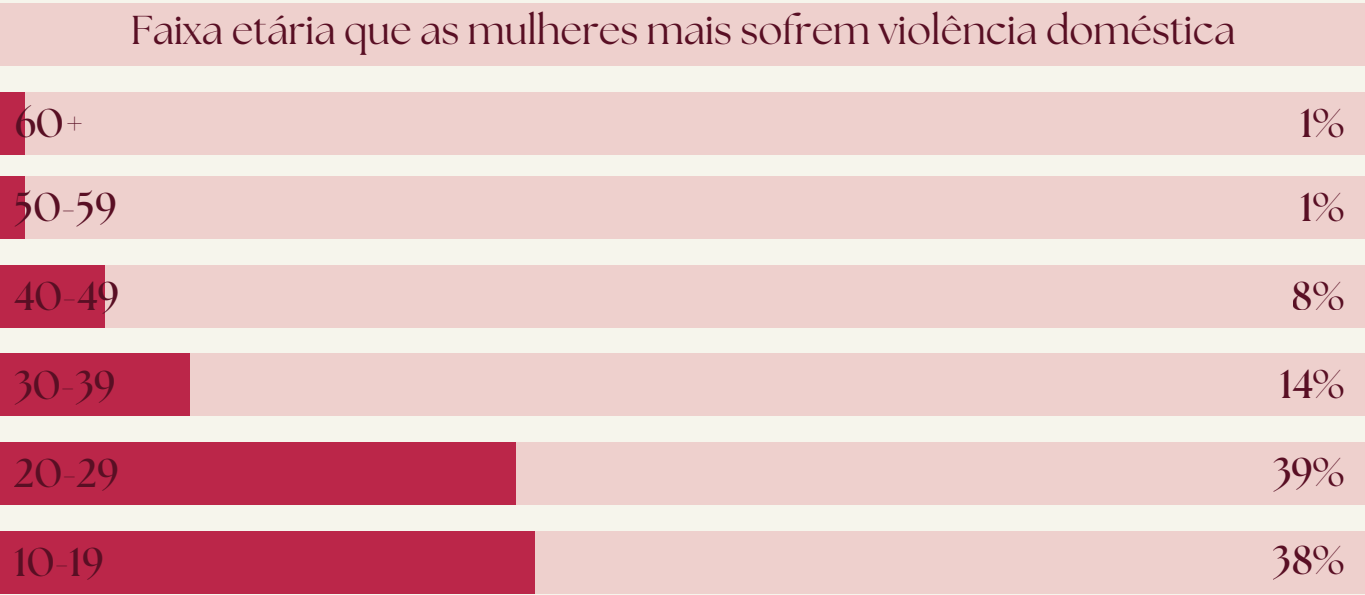
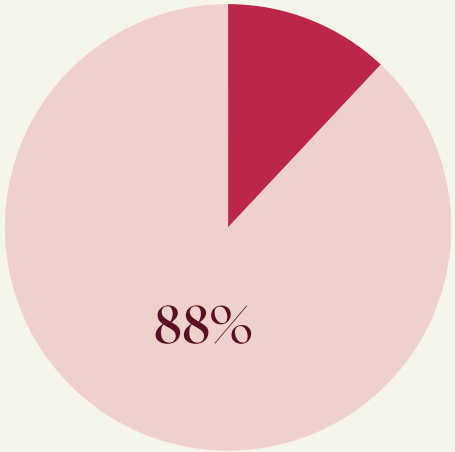


Diagrama 02: Faixa etária infanto-juvenil.
Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Elaborado pela autora, 2025.

Assim, de acordo com os dados divulgados em 2023 pela SEADE, a faixa etária das mulheres-mães que mais sofrem com violência doméstica e feminicídio no Brasil são entre 19 e 29 anos, sendo mais provável, especialmente, em famílias com filhos menores de 5 anos, abrangendo a fase da primeira infância (0 - 6 anos) e o estágio inicial da constituição familiar, quando as crianças ainda são pequenas. Desse modo, crianças e adolescentes que crescem em lares violentos e disfuncionais, tendem a desenvolver crenças e valores negativos envolvendo estereótipos de gênero e uso da violência como resolução de conflitos. Somados a angústias e medos, para com aqueles que esperavam proteção, carinho e cuidado.



Nos casos registrados de violência contra mulheres-mães, **88%** ocorreram na **presença de crianças**



27% dos brasileiros relataram ter testemunhado **agressões** entre seus pais durante a **infância**

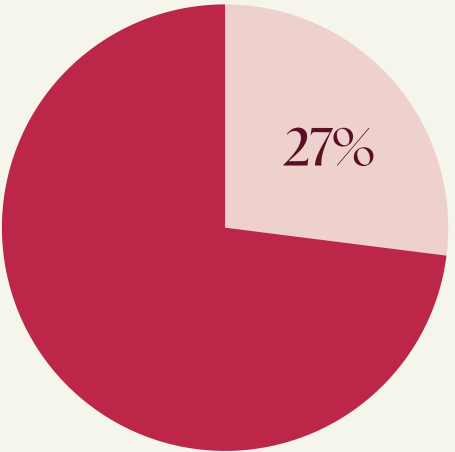


Gráfico 03: Informativos das mulheres-mães que sofrem violência doméstica.
Fonte: SEADE, 2023. Elaborado pela autora, 2025.

Além disso, a mulher-mãe vítima de violência doméstica, pode apresentar também, marcas físicas e psicológicas que afetam a maneira pela qual ela exerce sua maternidade. Ambientes violentos tendem a comprometer não só a qualidade da maternidade, mas também, as habilidades dos cuidadores de compreenderem e satisfazerem as necessidades das crianças (HOLT *et al*, 2008 *apud* D’AFFONSECA; WILLIAMS, 2011). As habilidades maternas sofrem impactos negativos severos quando esta mãe é vítima de violência doméstica, sendo mais comum ocorrerem, por exemplo, episódios de maus tratos infantil, especialmente se esta criança for filho de seu agressor (D’AFFONSECA; WILLIAMS, 2011).

No entanto, não são apenas as relações parentais das mães que são prejudicadas. O relacionamento entre pai e filho também sofre impactos significativos decorrentes da violência, geralmente mais intensos do que os atritos mãe-filho, já que, na maioria das vezes, eles possuem menor proximidade. Observa-se, portanto, um maior grau de intensidade nos desentendimentos com os pais e a reprodução de alguns comportamentos semelhantes aos que eles possuíam no relacionamento conjugal (JUSTINO; COTONHOTO; NASCIMENTO, 2017).

Assim, a violência doméstica afeta não somente as mulheres-mães que influenciadas pelo número de filhos e a relação com o agressor, encontram dificuldade em fazer a denúncia e acabam permanecendo no ciclo de violência, mas também, as crianças e adolescentes, que em diferentes aspectos, dependendo da idade em que o sujeito vivencia essa situação, a frequência dos episódios, o tipo de violência e a relação que ela tem com o agressor, acaba desenvolvendo sequelas psicológicas permanentes. Acredita-se, portanto, que a maternidade não é um fator determinante, mas, pode agravar a vulnerabilidade dessas mulheres e refletir nos outros espaços da sociedade. Além disso, a intensidade da exposição das crianças aos diversos tipos de violência afetará de diferentes maneiras os comportamentos das mesmas quando adultas (ALVES; PRADO, 2020).

Nos casos registrados de violência doméstica, cerca de **76%** têm 2 ou mais **filhos** com seu **agressor**

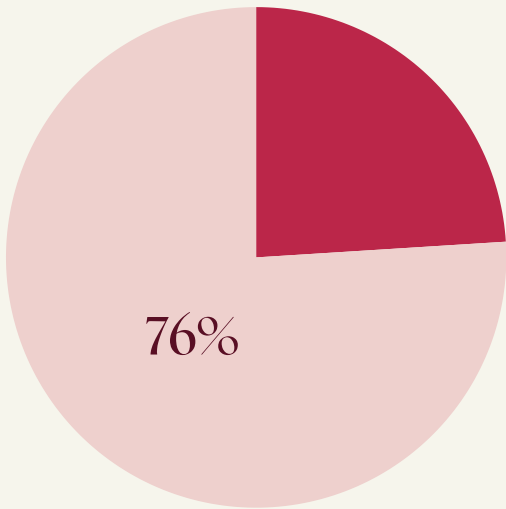


Gráfico 04: Perfil das mulheres que sofrem violência doméstica.
Fonte: DataSenado, 2024. Elaborado pela autora, 2025.

58% das mulheres afirmam estar **solteiras**, por terem recém **rompido** a relação **marital** com o agressor ou por viverem em **união estável**

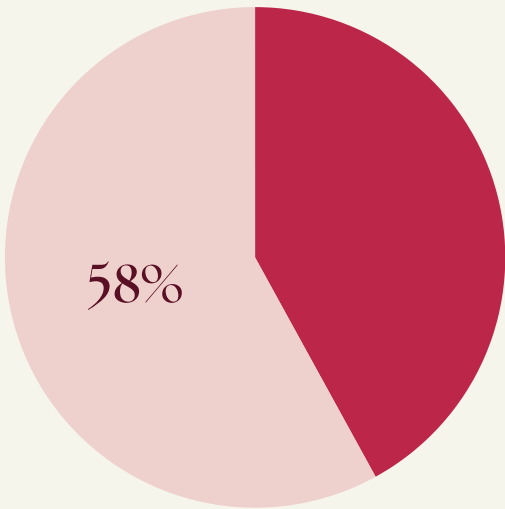


Tabela 04: Impactos gerados em crianças e adolescentes após presenciarem violência doméstica contra suas mães.
Fonte: DataSenado, 2023. Elaborado pela autora, 2025.

Através de uma reportagem do site G1 (2025), foi possível perceber o cenário problemático de crianças e adolescentes que presenciaram violência doméstica durante a infância, evidenciando que o elevado percentual de agressões na frente dos filhos está associada a distúrbios emocionais, cognitivos e comportamentais, além de contribuir para uma percepção da família como um ambiente inseguro e caótico.

44,9% das crianças e adolescentes que presenciaram violência doméstica durante a infância, estão envolvidas em relações abusivas durante a vida adulta

Tabela 05: Impactos gerados em crianças e adolescentes após presenciarem violência doméstica contra suas mães.
Fonte: DataSenado, 2023. Elaborado pela autora, 2025.

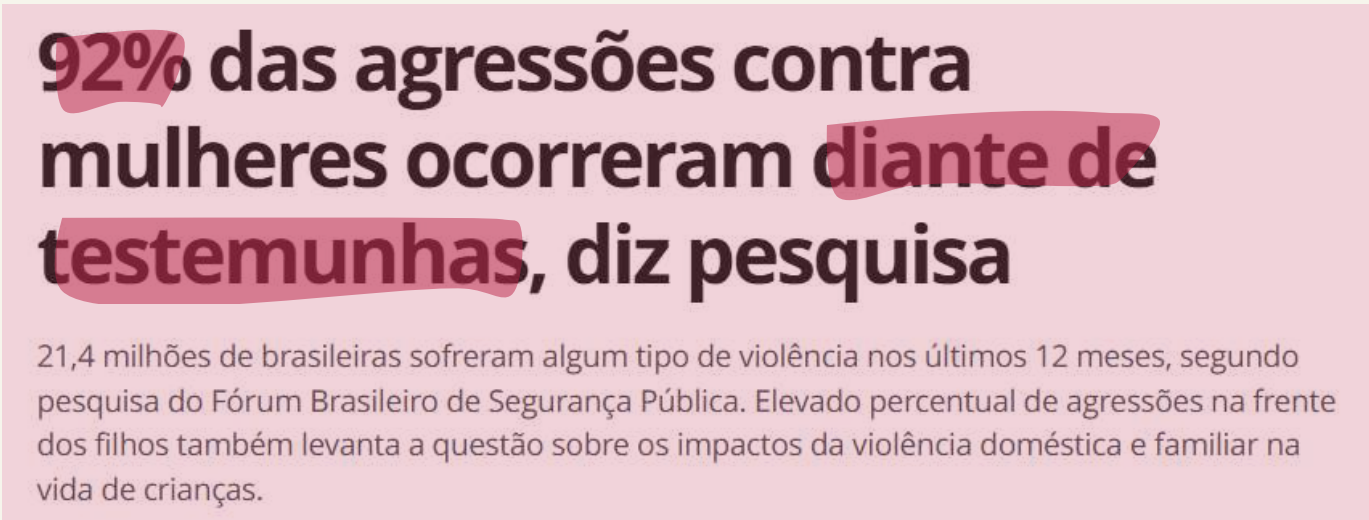


Figura 04: Recorte de reportagem retirado do site G1.
Fonte: G1 - Globo. Adaptado pela autora, 2025.

A Lei do Feminicídio

A Lei nº 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, sancionada em 9 de março de 2015 e alterada pela Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), reforça o combate à violência contra a mulher, classificando o feminicídio como homicídio qualificado, quando cometido em contexto de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação de gênero e, determina na legislação brasileira, penas mais altas, de 20 a 40 anos de reclusão para os agressores (Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio). De acordo com Bandeira (2013, p. 1003):

O feminicídio representa a última etapa de um continuum de violência que leva à morte. Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação que foi aprendido ao longo de gerações (BANDEIRA, 2013, p. 1003).

Segundo a ONU Brasil (2024), o quantitativo de mulheres vítimas de feminicídio ainda é progressivo. Em 2024, 1.859 brasileiras foram mortas, designando o maior número de vítimas desde que a lei que criminaliza esse tipo de violência foi instituída no país, em 2015.



Tabela 06: Índices de feminicídio no Brasil em 2024.
Fonte: Agência Brasil. Elaborado pela autora, 2025.



Figura 05: Charge de Carlos Latuff sobre a violência contra a mulher.
Fonte: Global Voices, 2013. Adaptado pela autora, 2025.

“A subjugação máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. A mulher sempre foi tratada como uma coisa que o homem podia usar, gozar e dispor.” - Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Legislações de proteção à mulher no Brasil

Algumas leis brasileiras de proteção à mulher vítima de violência doméstica criadas a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ampliam a rede de proteção às mulheres em situação de violência doméstica, com atenção especial às mulheres-mães e aos seus filhos que também são afetados por esse contexto de vulnerabilidade, assegurando o atendimento prioritário, assistência jurídica, acesso à saúde e à moradia e, estabelecendo medidas de proteção mais rigorosas e punição aos agressores, incentivando as denúncias e a busca por ajuda.

Entre essas legislações, destacam-se o Projeto Lei (PL) nº 4.692/2019, que em conformidade com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos, concede à mulher o direito à prioridade em programas habitacionais, assegurando o direito à moradia como forma de proteção e recomeço.

A Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013), sancionada em 1º de agosto de 2013 e que dispõe acerca do atendimento obrigatório de vítimas em situação de violência sexual, garantindo que estas recebam assistência emergencial nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), sem a necessidade de apresentação de boletim de ocorrência ou qualquer outro documento que comprove o abuso sofrido.

A Lei da Escuta Protegida (Lei nº 13.431/2017), sancionada em 4 de abril de 2017, garante a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência doméstica, estabelecendo diretrizes para a realização do depoimento das vítimas, visando assegurar o direito à proteção, dignidade e integridade desses indivíduos.

A Lei da Importunação Sexual (Lei nº 13.718/2018), de 24 de setembro de 2018, foi responsável por alterar o Código Penal Brasileiro, criminalizando condutas de cunho sexual praticadas sem o consentimento da vítima, especialmente aquelas praticadas em espaços públicos e coletivos.

A Lei da Prioridade no Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência (Lei nº 14.887/2024), de 12 de junho de 2024, garante o atendimento prioritário para mulheres vítimas de violência doméstica em diversos serviços de saúde e assistência social, públicos e privados, assegurando que elas recebam apoio imediato, especialmente se esta for mãe.

Tais e outras legislações, estruturadas entre si, constroem uma base jurídica sólida e promovem ações que atuam para romper com o ciclo da violência, promovendo o acolhimento, a assistência e o cuidado da mulher-mãe e seus filhos vítimas de violência doméstica.



Figura 06: Silvyne Alves na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.
Fonte: Agência Câmara de Notícias, 2024. Adaptado pela autora, 2025.

A deputada Silvyne Alves (União-GO), recomendou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.880/2024, da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), que inclui na Lei Maria da Penha, de modo expresso, a violência vicária realizada contra os filhos mas com a intenção de atingir a mulher, entre as definições de violência doméstica contra a mulher.

Disque 180

A central de atendimento à mulher Disque 180 é um serviço público gratuito do Governo Federal, criado como parte da política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e, responsável por atender e acolher denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como, orientar e encaminhar as vítimas para a rede de serviços de proteção e apoio, como Delegacias Especializadas (DEAM), Centros de Referência da Mulher, Defensorias Públicas, entre outros.

Dessa forma, as etapas do Disque 180 são definidas por: acolhimento inicial, identificação da demanda, orientação personalizada, encaminhamento, acompanhamento, monitoramento e registro de dados e estatísticas.

Nesse sentido, com base nos dados fornecidos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2024, o Disque 180 registrou um aumento significativo nas denúncias de violência contra a mulher no Brasil. O canal de atendimento recebeu mais de 657,2 mil denúncias, contabilizando um aumento de 22,6% em relação ao ano de 2023, quando foram registradas 536,1 mil ocorrências. Além disso, o número total de violações relatadas também subiu - de 3,4 milhões em 2023 para 4,3 milhões em 2024 (Agência Gov, 2024).

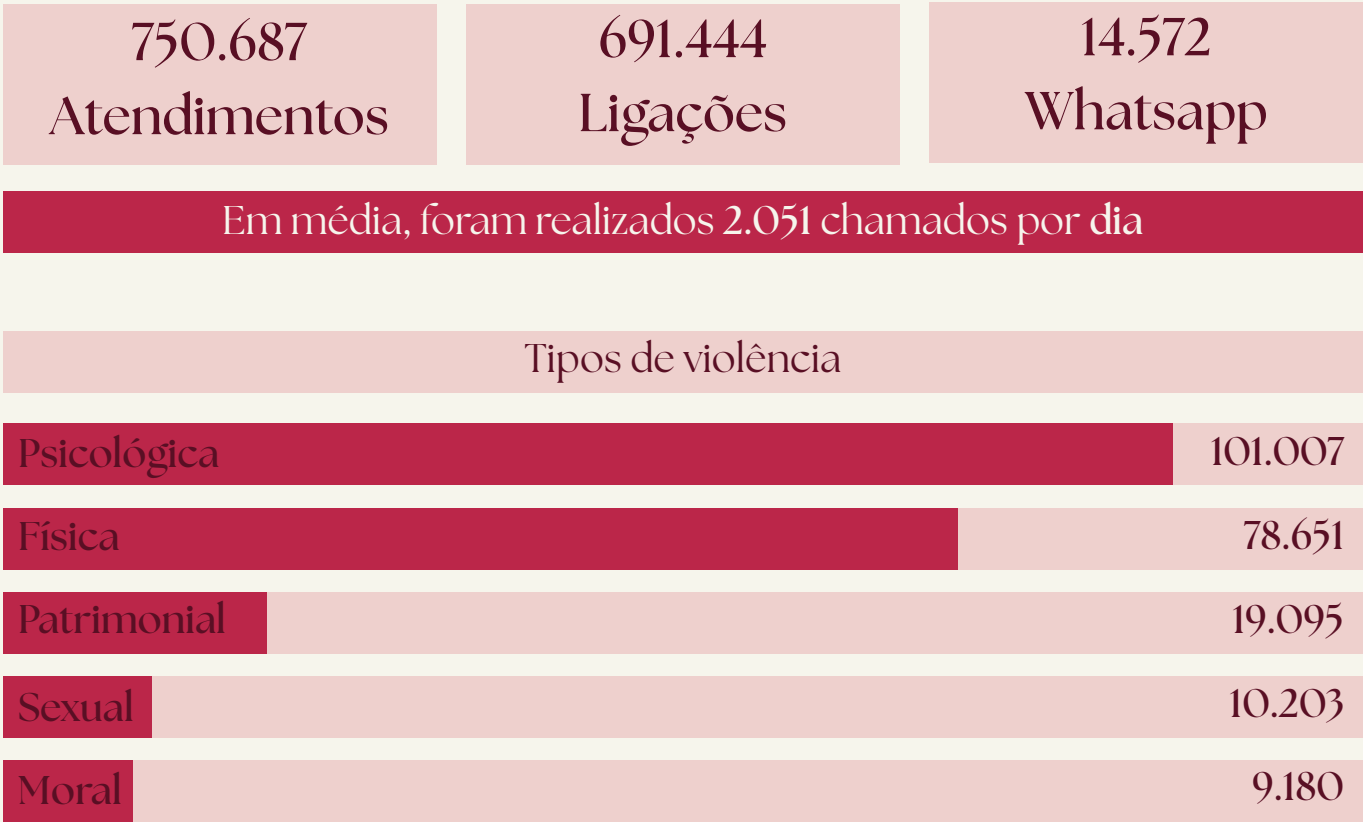


Gráfico 05: Registros feitos no Disque 180 em 2023.
Fonte: Disque 180. Elaborado pela autora, 2025.

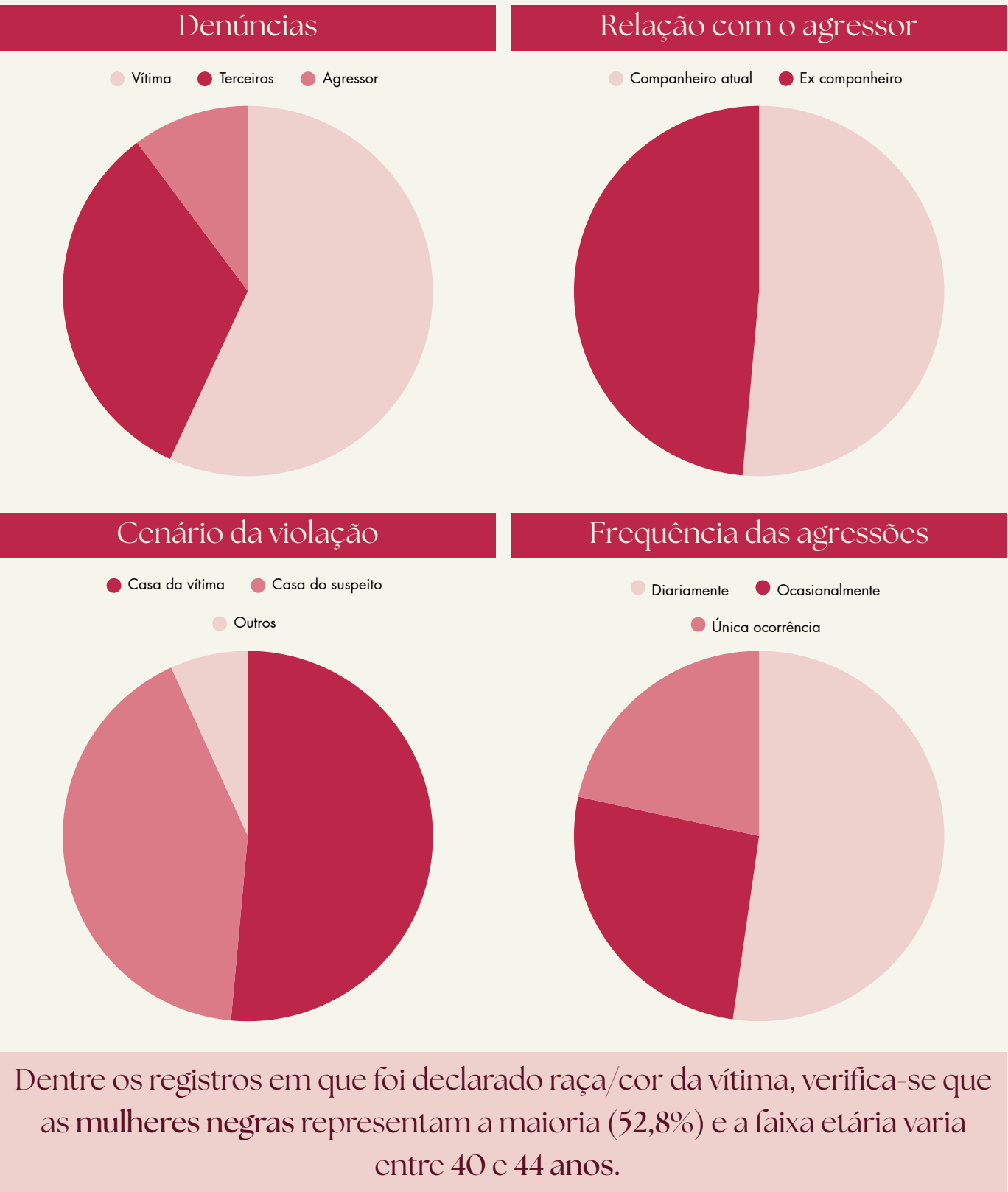


Gráfico 06: Registros feitos no Disque 180 em 2023.
Fonte: Disque 180. Elaborado pela autora, 2025.

Olhar para o estado: Mato Grosso do Sul

A violência contra a mulher tem um impacto significativo na sociedade brasileira, afetando não só a vítima, mas também sua família e toda a comunidade (TJDFT, 2019). O estado do Mato Grosso do Sul, está entre os estados mais perigosos para mulheres no Brasil, em que o número de ocorrência de violência contra o sexo feminino apresenta crescimento ou nenhuma redução expressiva ao longo dos anos. Dessa forma, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, desenvolveu em 2025 o Monitor da Violência Contra as Mulheres, idealizado pela Desembargadora Jaceguara Dantas da Silva, Coordenadora da Mulher do TJMS e pelo Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado (SEJUSP), Delegado Antônio Carlos Videira, como uma resposta estratégica à urgente necessidade de contabilizar e analisar os dados relacionados à violência de gênero, especialmente no contexto da violência doméstica e familiar (SEJUSP-MS).

De acordo com os dados divulgados no segundo semestre de 2024 pelo Observatório da Mulher de Campo Grande, o estado registrou 22.156 ocorrências relacionadas à violência doméstica, sendo cerca de 91% das vítimas mulheres. Embora essa taxa seja 2,45% menor se comparado a 2023, o estado registrou a segunda maior taxa de feminicídio do Brasil. Em 2024, foram registradas 78 tentativas e 35 feminicídios consumados, número 16,6% maior se comparado ao ano de 2023. Desse número, Campo Grande registrou 15 tentativas e 11 feminicídios consumados, com um aumento de 37,5%, também se comparado a 2023.

No que diz respeito ao registro de boletins de ocorrência, a SEJUSP-MS afirma que no ano de 2023 o estado registrou a maior concentração de denúncias dos últimos dez anos, contabilizando um pouco mais de 20 mil registros. A capital, Campo Grande, engloba uma parcela significativa desses casos, onde em 2023, foram registradas 7.410 denúncias de violência doméstica, sendo 6.778 das vítimas do sexo feminino.

A análise do perfil das vítimas revela que no estado 57% dos casos em 2024 eram mulheres pardas, evidenciando a interseccionalidade entre gênero e raça. A faixa etária mais afetada está entre 30 e 59 anos e, em 74% das ocorrências registradas, o local da agressão foi a residência da própria vítima.

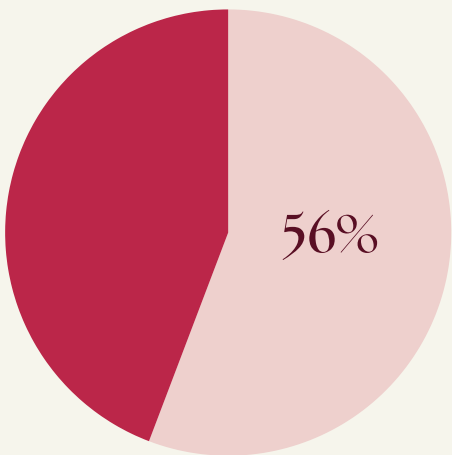
Além disso, a grande extensão territorial do estado impõe desafios adicionais às mulheres que vivem em cidades do interior. A maioria dessas cidades não contam com equipamentos públicos especializados no atendimento à mulher, forçando as vítimas a se deslocarem até a capital em busca de apoio e acolhimento. A dependência econômica, emocional e a proximidade entre os moradores de cidades pequenas intensifica o silêncio e limita a autonomia para deixar o agressor e buscar ajuda.

Dessa forma, a partir dos dados apresentados, fica evidente a importância das políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher, bem como, a ampliação da rede de apoio às vítimas na capital do estado. A criação de espaços seguros e acolhedores, como a Casa da Mulher Brasileira, revela-se essencial para oferecer suporte integral e humanizado às mulheres e seus filhos em situação de violência. Tais iniciativas não apenas promovem o rompimento do ciclo de violência, mas também, contribuem significativamente para a redução dos índices de violência de gênero não somente no estado, como principalmente, na capital.

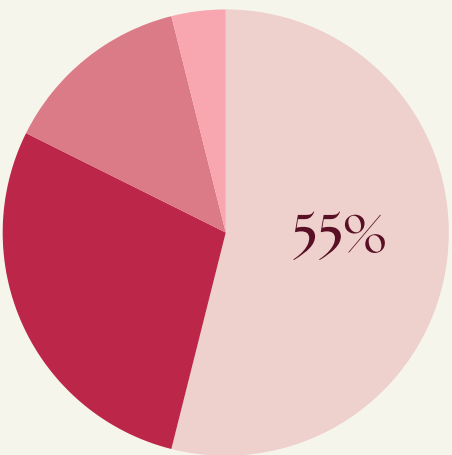
Comparativo de Mulheres Vítimas de Violência em Campo Grande				
2016	2017	2018	2019	2020
6.752	6.812	6.435	6.683	6.097
2021	2022	2023	2024	2025
6.496	7.003	6.872	6.909	3.585

Tabela 07: Dados das mulheres vítimas de violência doméstica em Campo Grande.
Fonte: SEJUSP-MS, 2025. Elaborado pela autora, 2025.

Nos casos registrados de violência doméstica, cerca de **56%** são mulheres entre **30 e 59** anos de idade



Cerca de **55%** das mulheres são **pardas**, seguidas de **29% brancas**, **13% não identificado** e **3,5% pretas**



Dentre os registros declarados cerca de 39% das mulheres foram vítimas de seus cônjuges e 24% de seus ex-cônjuges, sendo 85% dos casos registrados dentro de seus próprios lares

Gráfico 07: Dados das mulheres vítimas de violência doméstica em Campo Grande.
Fonte: SEJUSP-MS, 2025. Elaborado pela autora, 2025.

A Casa da Mulher Brasileira

A cidade de Campo Grande - MS conta com uma rede de equipamentos públicos voltados à proteção da mulher. Tais equipamentos também são dedicados ao acolhimento e capacitação para romper com o ciclo de violência.

Inaugurada em 3 de fevereiro de 2015, pela Presidente Dilma Rousseff, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Campo Grande - MS, foi a primeira unidade do país a oferecer atendimento multidisciplinar e humanizado às mulheres em situação de violência doméstica, familiar e de gênero, como parte da ação do Programa Mulher - Viver sem Violência, da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM).

A gestão da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande é realizada pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Executiva da Mulher, em parceria com o Ministério das Mulheres, tendo realizado entre 2015 e 2024, mais de 1,6 milhão de atendimentos psicossociais, 138 mil acolhimentos na recepção e cerca de 80 mil boletins de ocorrência. Incluindo ainda mais de 63 mil medidas protetivas contra os agressores, reforçando a importância das políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres não somente na cidade, como também em todo o território nacional.

Registros de Atendimentos dos Setores Integrados da CMB	
Setor	Taxa
Recepção	145.415
Encaminhamentos	1.772.155
DEAM	84.622
3º Vara de Violência Doméstica	66.365
72º Promotoria de Justiça	182.867
Defensoria Pública	50.708
Patrulha Maria da Penha	64.962

Tabela 08: Registros de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - 2015 a 2024.
Fonte: Casa da Mulher Brasileira. Elaborado pela autora, 2025.

Ao analisar a importância social deste equipamento público, foram realizadas visitas *in loco* à unidade, bem como, entrevistas com a coordenadora geral da Casa da Mulher Brasileira para ter-se uma melhor compreensão acerca do funcionamento de seus espaços.

No local, as vítimas encontram diversos serviços especializados para o seu atendimento, funcionando no regime de atendimento 24 horas, todos os dias da semana. Alguns dos serviços oferecidos são:

Acolhimento e Triagem: é o primeiro contato da mulher com a Casa. É nesse momento que a mulher é acolhida e ouvida, identificando o tipo de violência sofrida, o nível de risco imediato e encaminhando aos demais serviços da rede.

Apoio Psicossocial: a equipe especializada oferece apoio emocional auxiliando no enfrentamento dos impactos psicológicos, fortalecendo a autoestima e a autonomia da mulher.

Delegacia Especializada: a DEAM (Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher), é o serviço policial especializado para as ações de proteção à mulher.

Juizado/Vara Especializada: os juizados/varas especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça responsáveis por processar e julgar ações relacionadas à violência doméstica e familiar, concedendo medidas protetivas em conformidade com a Lei Maria da Penha.

Ministério Público: a Promotoria Especializada do Ministério Público promove a ação penal referente aos crimes de violência contra as mulheres. Atuando ainda na fiscalização dos serviços da rede de atendimento.

Defensoria Pública: oferece assistência gratuita às mulheres, oferecendo orientações jurídicas e acompanhamento dos processos judiciais.

Promoção da Autonomia Econômica: é o serviço voltado à superação da dependência financeira, oferecendo capacitação profissional e encaminhando para programas de emprego e geração de renda.

Central de Transportes: responsável por garantir o deslocamento seguro das mulheres e seus filhos para outros equipamentos de apoio, como hospitais, fóruns, abrigos, etc.

Brinquedoteca: espaço destinado às crianças que acompanham as mulheres durante os atendimentos.

Alojamento de Passagem: espaço de acolhimento emergencial por até 48 horas.

A Casa da Mulher Brasileira

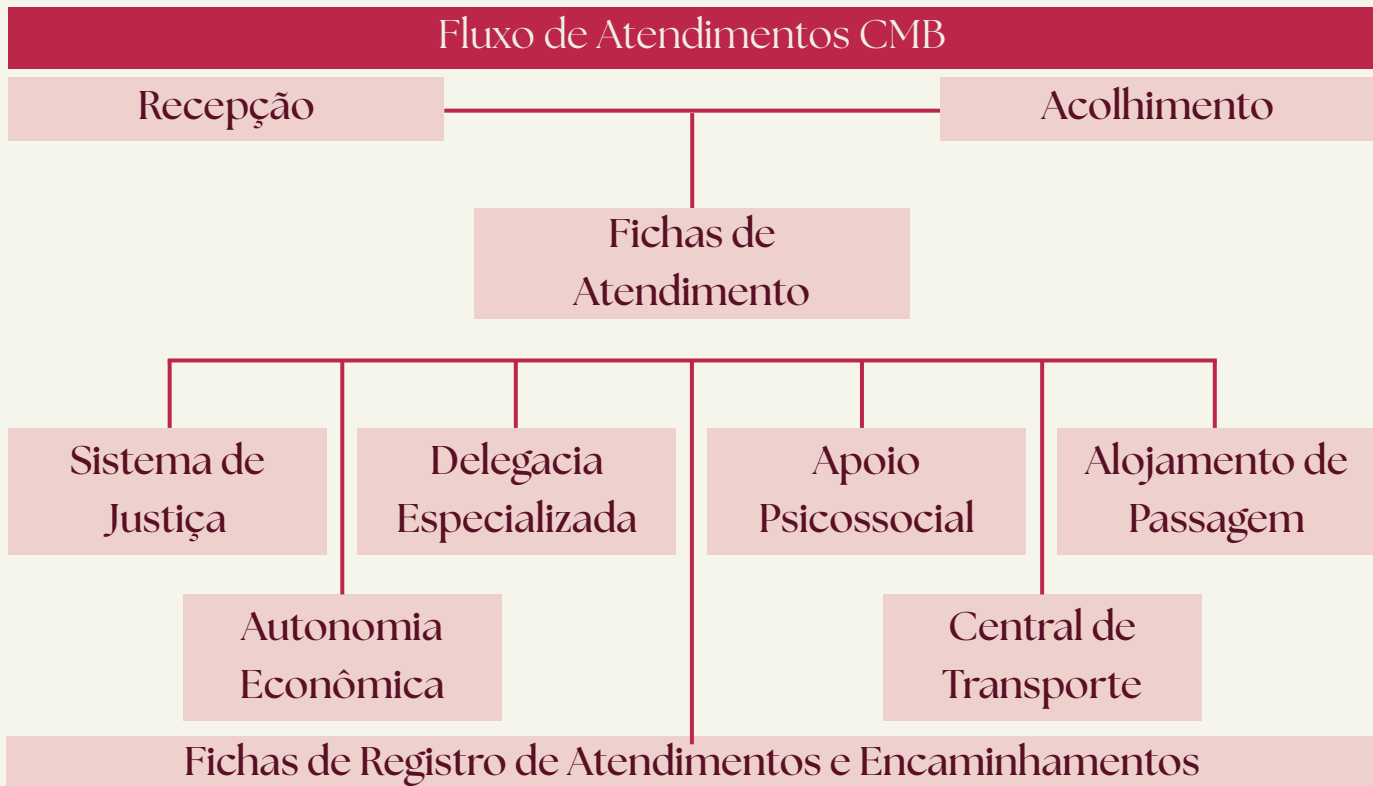


Diagrama 03: Fluxograma de atendimentos realizados na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande.
Fonte: Casa da Mulher Brasileira. Elaborado pela autora, 2025.

Apesar da expressiva quantidade de atendimentos, observou-se durante visita técnica à unidade que há necessidade de melhorias estruturais e operacionais, especialmente no que diz respeito ao atendimento e segurança das vítimas. Entre os principais pontos críticos, destaca-se a dificuldade de chegar ao equipamento público, carência de guarita de segurança, número de funcionários na recepção incompatível com a quantidade de mulheres aguardando atendimento, acolhimento distante e despreparado para com as vítimas e falta de espaços adequados para acomodar crianças e jovens dependentes das mulheres acolhidas.

Prova disso, foi o cenário observado no dia da visita técnica, quando havia apenas duas funcionárias na recepção, responsáveis por atender uma demanda visivelmente superior à capacidade de atendimento. Logo ao chegar ao local, presenciou-se uma discussão entre as duas funcionárias e uma mulher que aguardava atendimento, evidenciando não apenas a sobrecarga dos funcionários, mas também, a falta de treinamento adequado para lidar com situações de emergência e vulnerabilidade.

Além disso, ao acessar as áreas restritas de atendimento, foi observado uma outra situação que reforça a fragilidade dos serviços oferecidos pela instituição.

O segurança responsável por fiscalizar o acesso, não se atentou a um homem desacompanhado, que circulou livremente pela unidade, acessando o abrigo de emergência localizado no interior da CMB. Tal equívoco compromete a segurança das mulheres, crianças e adolescentes abrigados no local, expondo-os a riscos iminentes.

Assim como mostra o trecho de uma reportagem retirada do site Campo Grande News (2025), a visita realizada ao local, reforça a necessidade de melhorias na Casa da Mulher Brasileira, na busca de um atendimento digno para as vítimas.

Ministério diz que atendimento na Casa da Mulher precisa ser aperfeiçoado

Na primeira reunião, foram colhidas informações de todos os setores para elaboração de relatório

Figura 07: Recorte de reportagem retirado do site Campo Grande News.
Fonte: Campo Grande News, 2025. Adaptado pela autora, 2025.

Ademais, evidenciou-se ainda a urgência da criação de um espaço de alojamento complementar, já que, atualmente algumas das mulheres acolhidas, são encaminhadas pela CMB para uma Casa Abrigo sob responsabilidade do governo estadual, com capacidade para 30 pessoas, sendo 10 mulheres e 20 filhos, onde podem permanecer por até 6 meses.

No entanto, esse encaminhamento nem sempre representa uma forma adequada de acolhimento. Muitas mulheres encaminhadas para a Casa Abrigo relatam sentirem-se “presas” devido ao sigilo do endereço, proibição do uso de celulares, restrições de locomoção pela cidade e falta de estrutura adequada para seus filhos. Tais condições podem gerar dificuldades adicionais às vítimas, reforçando a percepção de que após o ato da violência, é a vida da vítima e não do agressor, que precisa ser interrompida. Tal discurso, acaba por reproduzir a impunidade do agressor, comprometendo a autonomia da vítima e dificultando a retomada da vida pós ciclo da violência. Vale ressaltar que durante a visita ao local, não foi possível obter maiores informações acerca do funcionamento da Casa Abrigo, por se tratar de um serviço sigiloso.

Figura 08: Fachada da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande.
Fonte: Agência GOV, 2024. Adaptado pela autora, 2025.





2

Arquitetura, urbanismo e gênero

Ser mulher: na arquitetura e no urbanismo

Ao longo do processo histórico que caracteriza a presença feminina na arquitetura e no urbanismo cria-se uma dinâmica cultural atrelada aos papéis de gênero, iniciada dentro dos lares coloniais. Segundo Miguel (2002) a casa, que recebeu na história diversos nomes - "cabanas, domus, castelos, vilas, palazzos", é a representação mais elementar da arquitetura. Dessa forma, a relação entre mulher, arquitetura e urbanismo iniciou-se dentro do espaço interno da casa, dando a ela a entrada no mundo arquitetônico bem antes do que sua entrada no mundo acadêmico.

Às mulheres, cabia o conhecimento sobre as realizações das tarefas domésticas, a disposição dos cômodos, o grau de privacidade a eles atribuído, o espaço ideal entre um mobiliário e outro e até mesmo, o tamanho ideal deste mobiliário. Enquanto aos homens, era destinado o espaço externo da casa, a percepção e a compreensão do urbano (SCHETTINO, 2012), contribuindo para o surgimento da separação entre espaço feminino (privado) e masculino (público) e com ela o agravamento da discriminação social e de gênero.

No entanto, com a consolidação da Revolução Industrial no século XIX e as mudanças sociais e urbanas, a atuação feminina na arquitetura e urbanismo sofreu grande mudança. Segundo Montaner e Muxí (2014) essa nova ordem possibilitou uma visão diferente sobre as tarefas e atividades realizadas pelas mulheres no lar, contribuindo para a conquista do mercado de trabalho e a ampliação dos espaços vivenciados além da casa.

Na sociedade contemporânea, o papel da mulher no cuidado com o lar e os filhos, segundo Chodorow (1990), continua sendo atribuído, em grande parte, às mulheres, que sem um referencial a ser seguido, seguem sendo submetidas aos antigos valores sociais, com a dualidade de ao mesmo tempo serem incentivadas à carreira profissional e a cobrança de que um dia elas venham a desempenhar seu "principal" papel, o de mãe e esposa.

Essa realidade evidencia a persistência de uma estrutura social desigual, refletida também na forma como os espaços são planejados e organizados. Dessa forma, devido a essa mudança do contexto sócio-histórico-cultural da mulher com a maternidade e os espaços públicos e privados, a arquitetura e o urbanismo se modificaram e variaram ao longo do tempo, respondendo a interesses sociais mais amplos, como os de cunho econômico, demográfico e político.

O surgimento de novos modelos de habitação e de espaços urbanos mais dinâmicos e multifuncionais mostra como o modo de vida contemporâneo, caracterizado por longas jornadas de trabalho e por famílias menores, influenciou no crescimento de espaços mais compactos e práticos. No entanto, ao mesmo tempo em que essas mudanças buscaram atender às demandas da vida moderna, deixaram de considerar as desigualdades de gênero e as condições de vulnerabilidade que afetam, especialmente, as mulheres de baixa renda.

A interseccionalidade, termo criado pela jurista e professora norte-americana Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980, reconhece que as pessoas possuem múltiplas vivências, moldadas por seu gênero, raça, classe social, orientação sexual, deficiência e idade e por isso, utilizam e percebem o espaço de diferentes maneiras. Dentro da arquitetura e do urbanismo, apesar do progresso das mulheres na profissão, o usuário sempre foi pensado como um homem, branco e de classe média. Assim, pensar a interseccionalidade propõe incluir as reais necessidades de uma sociedade diversa, levando em conta as sobreposições de identidade e criando espaços urbanos mais justos, acessíveis e representativos.

A intersecção de diferentes formas de opressão e violência, aumentam a probabilidade de mulheres negras e/ou LGBTQIA+ enfrentarem dificuldades em diversas áreas de suas vidas, considerando que as vivências e experiências de mulheres negras, LGBT e/ou baixa renda são muito diferentes das de uma mulher branca, heterossexual e/ou de classe média-alta. Dessa forma, a maneira pela qual os espaços públicos e privados são projetados impacta diretamente na vida dos usuários, perpetuando estereótipos de gênero e limitando a autonomia das mulheres na sociedade.

Essa disparidade de gênero, resulta em barreiras para o acesso seguro e igualitário de mulheres e pessoas marginalizadas aos espaços públicos. Com isso, considerar as demandas e necessidades femininas dentro do planejamento urbano, não significa negligenciar as necessidades dos demais cidadãos, mas sim, promover uma abordagem de inclusão social, através do olhar da construção das cidades contemporâneas.

Nesse sentido, a arquiteta, urbanista, pesquisadora e professora argentina, Zaida Muxi, se dedica ao trabalho sobre urbanismo feminista, inclusão social e análise crítica das cidades sob a perspectiva de gênero.

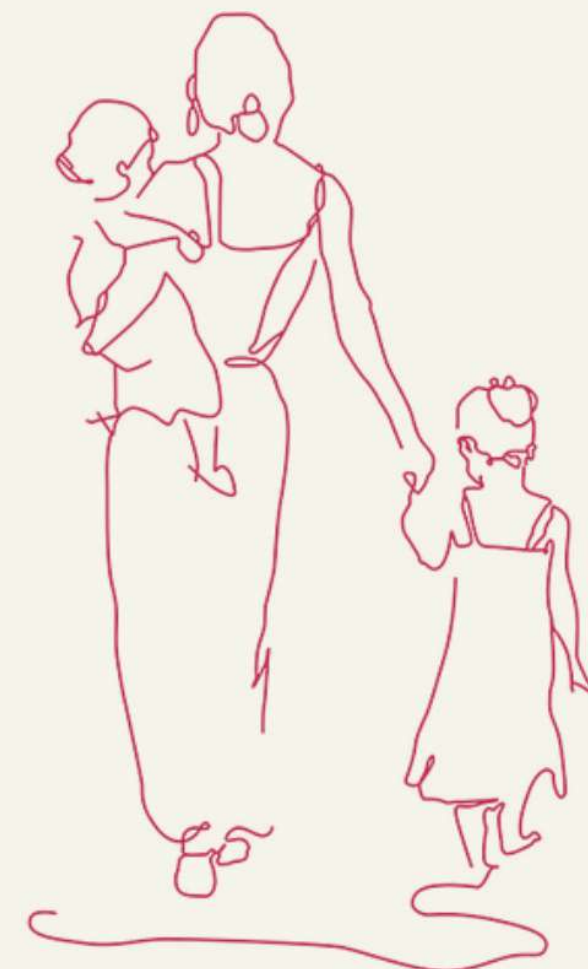
Em seu livro "Mujeres, casa y ciudades" (2018), a autora analisa como as casas e cidades foram historicamente construídas pelo olhar masculino, funcionalista e mercantilizado, atendendo à lógica produtiva e patriarcal e negligenciando as necessidades das mulheres e das populações marginalizadas. Assim, a autora defende que a cidade justa e igualitária precisa ser projetada a partir das vivências de todos os seus habitantes e não apenas do homem trabalhador, incorporando ainda, as demandas de quem circula com crianças e idosos.

A contribuição de Zaida Muxi é essencial não somente para um planejamento urbano com base em princípios de inclusão social, equidade de gênero e diversidade cultural, mas também, para alternativas que questionam o modelo das habitações tradicionais, rompendo com o isolamento doméstico e incentivando uma organização espacial que facilite trocas sociais.

No entanto, apesar dessas contribuições e transformações, analisando o contexto urbano brasileiro, torna-se evidente que o histórico de violência de gênero está relacionado não somente ao agressor, mas também, ao próprio desenho da cidade, que frequentemente ignora as necessidades de segurança, visibilidade, iluminação e acessibilidade. Essa configuração espacial, contribui para situações de vulnerabilidade, especialmente para mulheres que enfrentam sobreposições de desigualdades sociais, evidenciando a urgência de incorporar uma perspectiva interseccional e feminista no planejamento das cidades contemporâneas.



Figura 09: Fotografia Zaida Muxí Martínez.
Fonte: Barcelona Metrôpoles, 2025. Adaptado pela autora, 2025.



Arquitetura como Espaço de Acolhimento

Os centros de apoio e acolhimento, são organizações sociais que oferecem suporte e auxílio institucional a pessoas em situação de vulnerabilidade, em busca de assistência social, psicológica, médica, educacional ou de um lar temporário. Mantidos, em geral, pelo poder público ou por Organizações Não Governamentais (ONG 's), esses espaços atuam como equipamentos públicos de apoio, oferecendo suporte aos indivíduos sem condições financeiras, atuando também, como um local de acolhimento durante o processo de reintegração social e recomeço para as vítimas.

A importância dos centros de acolhimento para mulheres-mães e seus filhos vítimas de violência doméstica ganha ainda mais destaque no contexto do rompimento do ciclo da violência, onde o acolhimento físico e psicológico das vítimas se torna essencial para o processo. No Brasil, além da Casa da Mulher Brasileira, outros equipamentos de rede de proteção são previstos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), como as Casas Abrigo, os Centros de Referência para a Mulher (CRAM), os Centros Especializados no Atendimento à Mulher (CEAM), os Centros de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF) e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM).

Diante de um espaço destinado a mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou nas relações íntimas de afeto que se encontram sob ameaça, bem como, seus dependentes, a arquitetura assume um papel essencial em garantir, nesses espaços, programas e rede de atendimento que assegurem o bem estar físico, psicológico e social das mulheres, assim como, segurança pessoal e familiar, assegurada por uma rede de apoio durante todo o processo. Dessa forma, dentro de um contexto de um público que enfrenta vulnerabilidades, o centro de apoio e acolhimento necessita de um planejamento arquitetônico cuidadoso para que sua implementação seja eficiente, com espaços que promovam dignidade, autonomia, pertencimento e reconstrução da vida cotidiana.

Nesse sentido, a arquitetura social defendida pelo arquiteto chileno Alejandro Aravena atua como instrumento de transformação social em prol de populações em situações de vulnerabilidade. Aravena defende uma arquitetura que parte do princípio de recursos financeiros limitados, priorizando elementos que os usuários não conseguem construir sozinhos — como infraestrutura, implantação urbana e qualidade espacial —, permitindo a criação de ambientes que possibilitem adaptação, apropriação e continuidade da vida cotidiana.

Além disso, o arquiteto também defende que projetos sociais precisam estar integrados à cidade, rejeitando soluções periféricas. Suas propostas buscam inserir habitações e equipamentos em áreas bem localizadas, com acesso a transporte, serviços, trabalho e equipamentos públicos, reafirmando o direito à cidade como elemento central da dignidade humana.

Outro ponto importante é a racionalidade estética que frequentemente utiliza de materiais sóbrios, com soluções construtivas simples e clareza estrutural, reforçando a viabilidade econômica e a durabilidade das edificações.

Assim, a arquitetura de Alejandro Aravena traz importantes contribuições para a vila de acolhimento, repensando a segurança sem que haja o isolamento espacial, o silenciamento estético ou a interrupção da vida cotidiana.

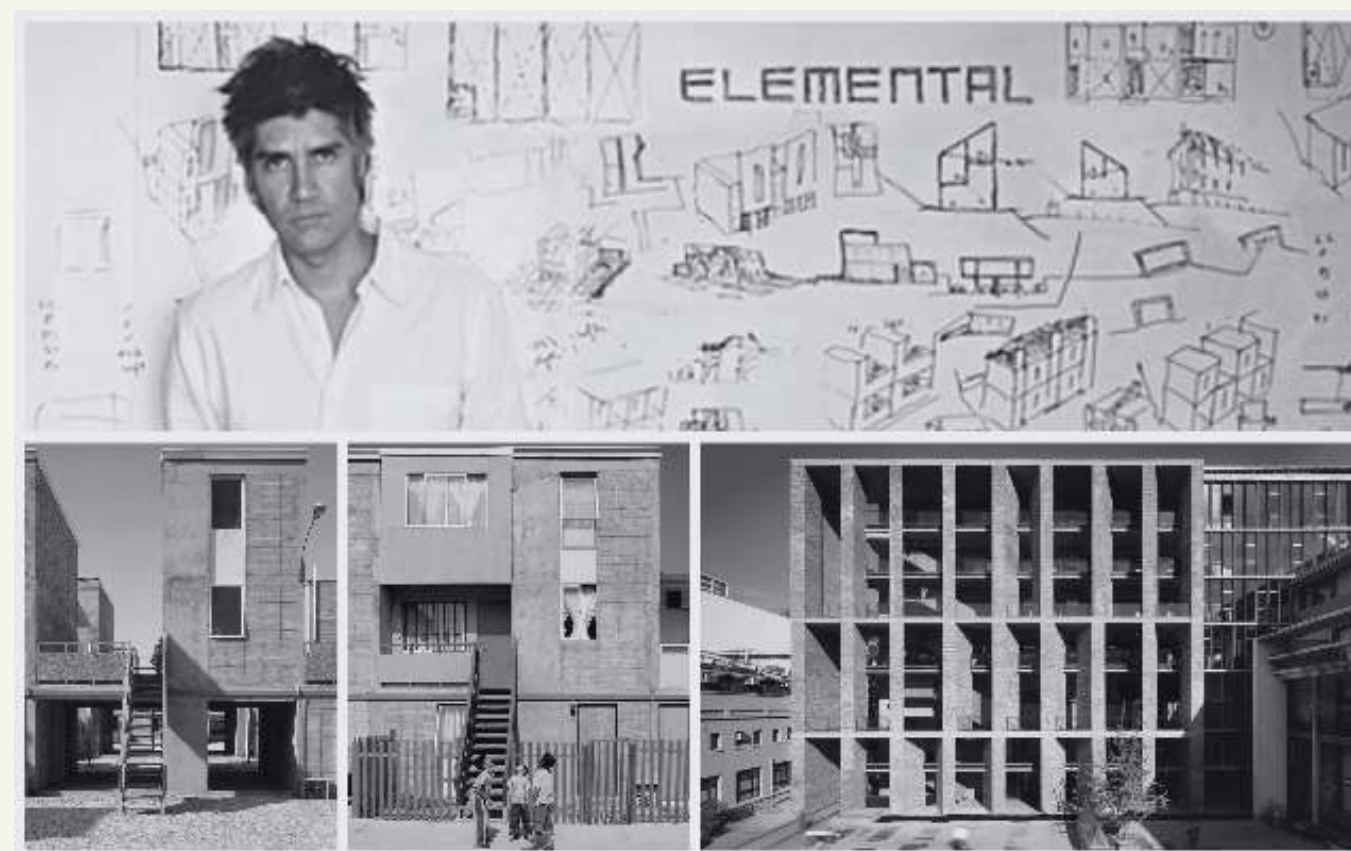


Figura 10: Alejandro Aravena e alguns de seus projetos vencedores do Pritzker 2016.
Fonte: Sustenta Arqui, 2016. Adaptado pela autora, 2025.

Política Pública e Normativa das Casas-Abrigo

A política pública brasileira de enfrentamento à violência doméstica é solidificada pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e operacionalizada na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), responsável por categorizar as Casas-Abrigo como um serviço assistencial de proteção social de alta complexidade estabelecido dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). De acordo com a resolução, as Casas-Abrigo são consideradas um serviço de acolhimento institucional de mulheres em situação de violência, especialmente aquelas com risco iminente à vida.

Segundo documentos de políticas nacionais elaboradas pela Secretaria de Políticas para Mulheres, o sigilo do local e dos dados das usuárias é um pré-requisito histórico e operacional das Casas-Abrigo. No caso de Campo Grande - MS, não existe nenhuma legislação municipal específica que assegure a obrigatoriedade do sigilo quanto à identidade das usuárias e à sua localização, no entanto, as normativas municipais e a prática institucional seguem as diretrizes nacionais e os protocolos do SUAS, alinhando-se às políticas federais de enfrentamento a violência doméstica.

Apesar disso, ao analisar essa lógica de proteção, observa-se uma fragilidade das políticas públicas e territoriais de Campo Grande - MS, especialmente no que se refere à mulheres em situação de violência doméstica. O Plano Diretor do município estabelece diretrizes que asseguram à inclusão social e o acesso igualitário aos equipamentos e serviços urbanos, no entanto, não aborda de forma específica a questão da violência contra as mulheres.

Essa lacuna normativa reforça a lógica de uma política pública que aborda a violência doméstica como uma questão exclusivamente social e de segurança pública, ignorando debates acerca da configuração urbana, habitacional e territorial. Ao restringir o acolhimento das vítimas para áreas periféricas, com baixa integração aos centros urbanos, aos equipamentos públicos, transporte coletivo e oportunidades de trabalho, educação e lazer, acaba-se reforçando a lógica pela qual a resposta à violência é o afastamento da vítima e a interrupção das suas atividades cotidianas e do acesso à cidade, enquanto os agressores permanecem impunes e inseridos no espaço da cidade.

Dessa forma, o presente trabalho pretende romper com a política pública vigente e estagnada há anos. Defende-se que a reconstrução da vida pós violência, não precisa ser marcada pela interrupção da rotina, da maternidade, do trabalho ou do acesso à cidade. Ao contrário, parte-se da ideia de que as mulheres não precisam suspender suas trajetórias para se reerguer, sendo essencial a continuidade da vida cotidiana, da autonomia e do acesso à cidade, garantindo segurança sem a exclusão territorial.



Figura 11: Acolhimento para violência doméstica: como funciona uma Casa Abrigo.
Fonte: Revista Azmina, 2019. Adaptado pela autora, 2025.

Referências Conceituais e Projetuais

A seguir, serão apresentados projetos selecionados como referência projetual e conceitual para o desenvolvimento da vila de acolhimento. A escolha dessas referências não se deu apenas com base em seus aspectos arquitetônicos e funcionais, pretendidos no projeto da vila de acolhimento, mas também, com base em seus aspectos sociais, simbólicos e políticos.

Essas referências abrem espaço para a discussão de que as mulheres têm o direito de habitar o espaço urbano em sua totalidade, sem a necessidade de uma arquitetura que as isole, silencie ou oculte sua presença na cidade. A proposta da vila, portanto, se baseia em projetos que reafirmam a presença feminina no espaço urbano, rejeitando a lógica de que a segurança deve ocorrer à custa do isolamento urbano e arquitetônico.

Tal entendimento vai de encontro ao conceito de "olhos da rua" proposto por Jane Jacobs, em sua obra "Morte e Vida das Grandes Cidades" (1961). A autora propõe três características essenciais para que as cidades sejam mais seguras - separação nítida entre espaços públicos e privados, "olhos da rua" e usuários transitando ininterruptamente nas calçadas -. Assim, a autora defende que a segurança e o pertencimento dos indivíduos nos espaços urbanos está associada à vitalidade das ruas, à diversidade de usos e à presença constante de pessoas, e não à segregação espacial.

Nesse sentido, a escolha das referências projetuais baseou-se prioritariamente em projetos internacionais, e não em projetos brasileiros, como uma estratégia de ruptura com a política pública atualmente utilizada no Brasil. Observa-se que, no contexto brasileiro, os abrigos para mulheres vítimas de violência são, em sua maioria, casas adaptadas, frequentemente localizadas em áreas periféricas e marginalizadas, afastadas dos centros urbanos. Essa lógica, embora se justifique pelo discurso do sigilo e da proteção das vítimas, tende a reforçar a ideia da exclusão social e urbana, afastando as mulheres em situações de vulnerabilidade das oportunidades e da vida cotidiana da cidade.

Dessa forma, ao adotar referências internacionais, o trabalho busca ampliar o repertório projetual e criticar os paradigmas brasileiros, propondo uma arquitetura que integre proteção, visibilidade e inserção urbana. Assim, a vila de acolhimento é proposta como um espaço de reconstrução, inserido dentro do tecido urbano, capaz de promover segurança sem romper com os vínculos territoriais.

2.1. No to Violence Shelter

Ficha Técnica do Projeto

Arquitetos: Amos Goldreich e Jacobs-Yaniv Architects

Localização: Tel Aviv-Yafo, Israel

Área do terreno: 1.600 m²

Área do projeto: 800 m²

Ano: 2018

Capacidade: 26 residentes

Localizado na cidade de Tel Aviv-Yafo em Israel, o abrigo para vítima de violência doméstica foi projetado pelo escritório Amos Goldreich Architecture, com sede em Londres, juntamente com a empresa local Jacobs-Yaniv Architects, e liderado pela ativista de direitos humanos, Ruth Rasnic, do grupo internacional "No To Violence".

O projeto fornece um refúgio para mulheres e seus dependentes vítimas de violência doméstica, inspirado no trabalho do artista Eduardo Chillida, em seu projeto "Okamoto". O conceito se deu através da escavação de uma montanha, resultando em duas superfícies: uma externa rústica analogamente associada à proteção e segurança e, uma interna lisa e delicada, voltada para o jardim central, considerado o "coração terapêutico" do abrigo, tendo como papel fundamental a conexão visual entre funcionários, mulheres e crianças e, atuando como ponto de encontro dos residentes (ARCHDAILY, 2015).

O abrigo está localizado em um bairro residencial que conta com uma boa infraestrutura, possuindo lojas, clínicas, escolas, parques e pontos de transporte público em seu entorno imediato. Além de, possuir um gabarito com até 3 pavimentos de altura, integrando de maneira coesa o abrigo de 2 pavimentos.

Ao chegar ao local, cada família recebe uma pequena "casa" independente que compõem uma edificação maior, permitindo que cada família estabeleça sua própria rotina. As casas são divididas em dois layouts, sendo um dormitório com banheiro exclusivo para o quarto destinado à mulher solteira, e um banheiro compartilhado a cada dois dormitórios no caso dos quartos destinados a mulheres com filhos. Esses dormitórios são conectados por corredores internos que possuem uma conexão direta e simples. Além disso, o complexo conta com áreas de convívio e integração, como por exemplo, sala de informática, lavanderia, cozinha, refeitório, acomodações para funcionários, áreas de escritórios e um berçário, que fica separado do corpo principal do edifício maior e, desempenha uma função de creche comum, em que as mães podem deixar seus filhos de manhã e buscá-los ao fim do dia.

Sua planta baixa se divide em dois pavimentos que se unem através do jardim central, sendo o térreo destinado aos dormitórios, creche, playground, cozinha, refeitório e enfermaria. Já o setor administrativo, com espaços destinados a administração, profissionais de saúde e voluntários, se divide tanto no térreo quanto no primeiro pavimento, setorizando essa área como um único bloco administrativo.

O projeto foi construído em concreto armado, com uso de pedras e materiais locais, revestindo todo o exterior de forma monocromática, estratégia assertiva devido a construção ser de caráter sigiloso (ARCHDAILY, 2018).

O abrigo possui um sistema de ventilação e iluminação natural proporcionados pelas aberturas distribuídas de forma estratégica nas fachadas e no telhado do edifício, garantindo que o abrigo receba o sol da manhã nos alojamentos e o sol da tarde nas áreas de convívio e, facilitando a ventilação cruzada, promovendo ambientes agradáveis de permanência e sustentável para os moradores (ARCHDAILY, 2018).

Contribuições para o projeto proposto

Tomando como base as análises projetuais realizadas, pretende-se usar como referência para as decisões projetuais da vila de acolhimento em Campo Grande, a privacidade e autonomia dada a cada família acolhida. Para isso, pretende-se propor pequenas unidades habitacionais configuradas como "studios" independentes, com banheiro privativo. Essa estratégia projetual busca proporcionar um ambiente mais acolhedor, reforçando o sentimento de pertencimento e buscando ressignificar o conceito de "lar", ao mesmo tempo em que incentiva e facilita as relações coletivas, reforçando a proposta de reinserção social, proposto por uma área comum de pátios e jardins.



Figura 12: Fachada do edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora, 2025.

Planta - Térreo



Figura 13: Planta pavimento térreo - edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptada pela autora, 2025.

Planta - 1º Pavimento

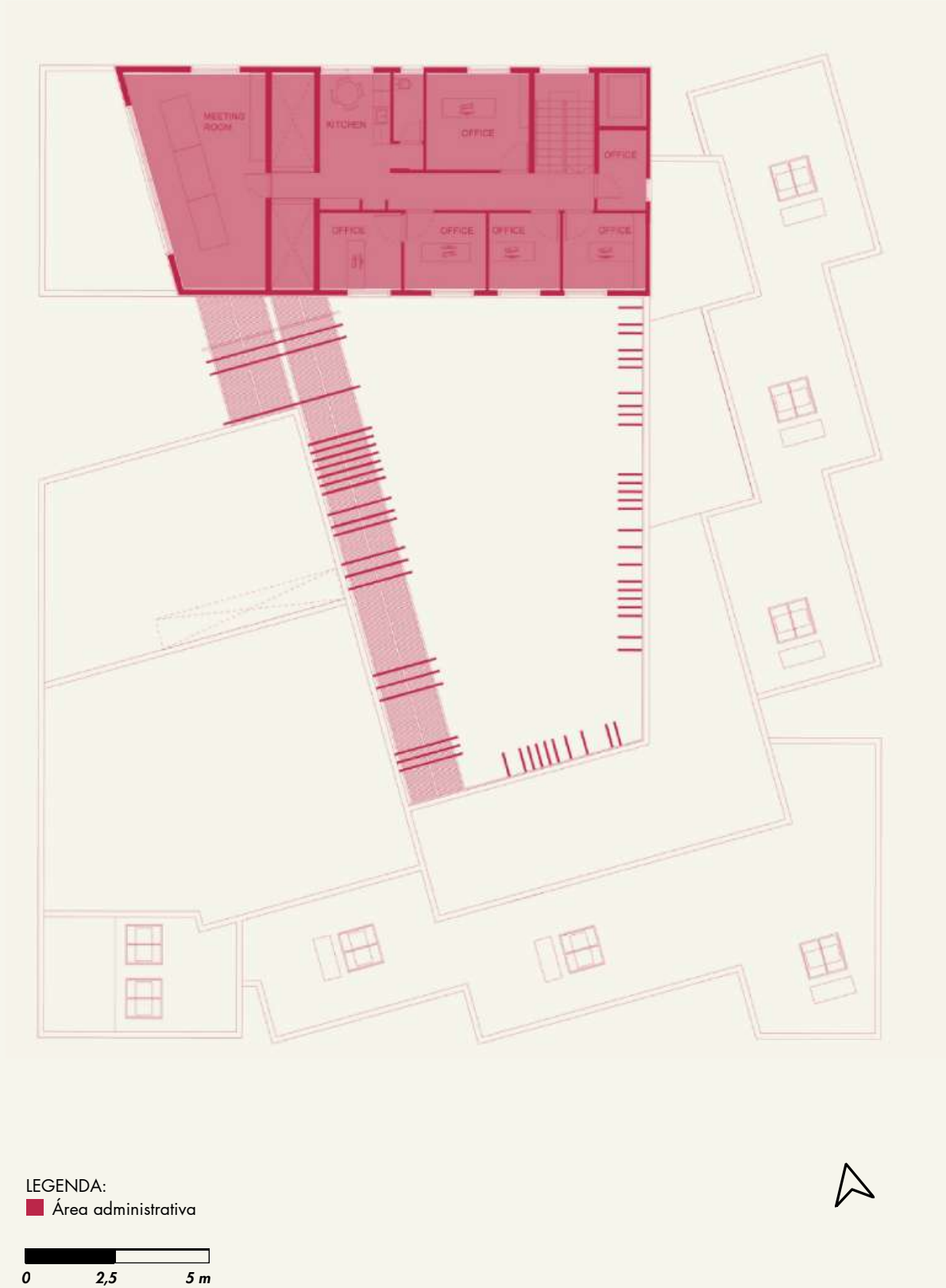


Figura 14: Planta 1º pavimento - edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptada pela autora, 2025.

Figura 15: Pátio interno do edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora, 2025.





Figura 16: Fachada do edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora, 2025.



Figura 17: Circulação externa do edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora, 2025.



Figura 18: Corredores internos do edifício No to the Violence Shelter.
Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora, 2025.

2.2. Refugio Origen

Ficha Técnica do Projeto

Arquitetos: Origen 19°41' 53" N

Localização: Uruapan, México

Área do terreno: -

Área do projeto: 1.226 m²

Ano: 2017

Capacidade: 20 residentes

Localizado no estado de Michoacán no México, o centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica foi projetado pelo escritório Origen 19°41' 53" N. Inserido em um contexto em que visto as ações humanitárias por parte do governo, o refúgio não deveria nem existir, mas, dada a falta de garantias para os direitos e a segurança das mulheres no México, representa uma resposta resiliente da arquitetura para a população (ARCHDAILY, 2018).

O projeto localizado em um bairro de uso misto, com predominância de uso residencial, fornece um espaço de acolhimento e assistência social para mulheres e seus dependentes vítimas de violência doméstica. O conceito do projeto é fornecer através da arquitetura, espaços humanizados com foco no acolhimento sensorial, unindo a arquitetura com a paisagem natural.

O projeto foi pensado para suprir a carência de equipamentos comunitários e diminuir o índice de violência doméstica no país. Assim, sua fachada externa robusta, se difunde com a paisagem em seu entorno através da volumetria de uma fachada totalmente fechada para o exterior, transmitindo um ar seguro e protetor enquanto sua fachada interna transmite acolhimento e leveza, por meio de jardins dispostos ao longo de toda a edificação.

O programa de necessidades se divide em uma praça de acesso, com espaços de acolhimento sensorial, zonas de assistência social, quartos independentes para cada família, espaços médicos e psicológicos, áreas administrativas e de atendimento aos acolhidos e áreas comunitárias. Dessa forma, o espaço delimitado para moradia fica separado dos espaços de funções comunitárias. (ARCHDAILY, 2018).

O paisagismo do refúgio é considerado importante aspecto do projeto, garantindo iluminação natural e ventilação cruzada. Além disso, na parte traseira do edifício, os residentes contam ainda com um pomar, capaz de gerar integração e a produção de alimentos para o consumo das acolhidas no espaço. (ARCHDAILY, 2018).

Contribuições para o projeto proposto

Tomando como base as análises projetuais realizadas, pretende-se usar como referência para as decisões projetuais da vila de acolhimento em Campo Grande, a importância formal dada aos espaços externos de pátios e jardins, a fim de se integrar com os espaços internos, criando áreas de convivência e de contemplação. Além disso, pretende-se criar espaços de hortas comunitárias, com o intuito de incentivar a produção própria das residentes.



Figura 19: Fachada do edifício Refugio Origen.
Fonte: Archdaily, 2018. Adaptado pela autora, 2025.

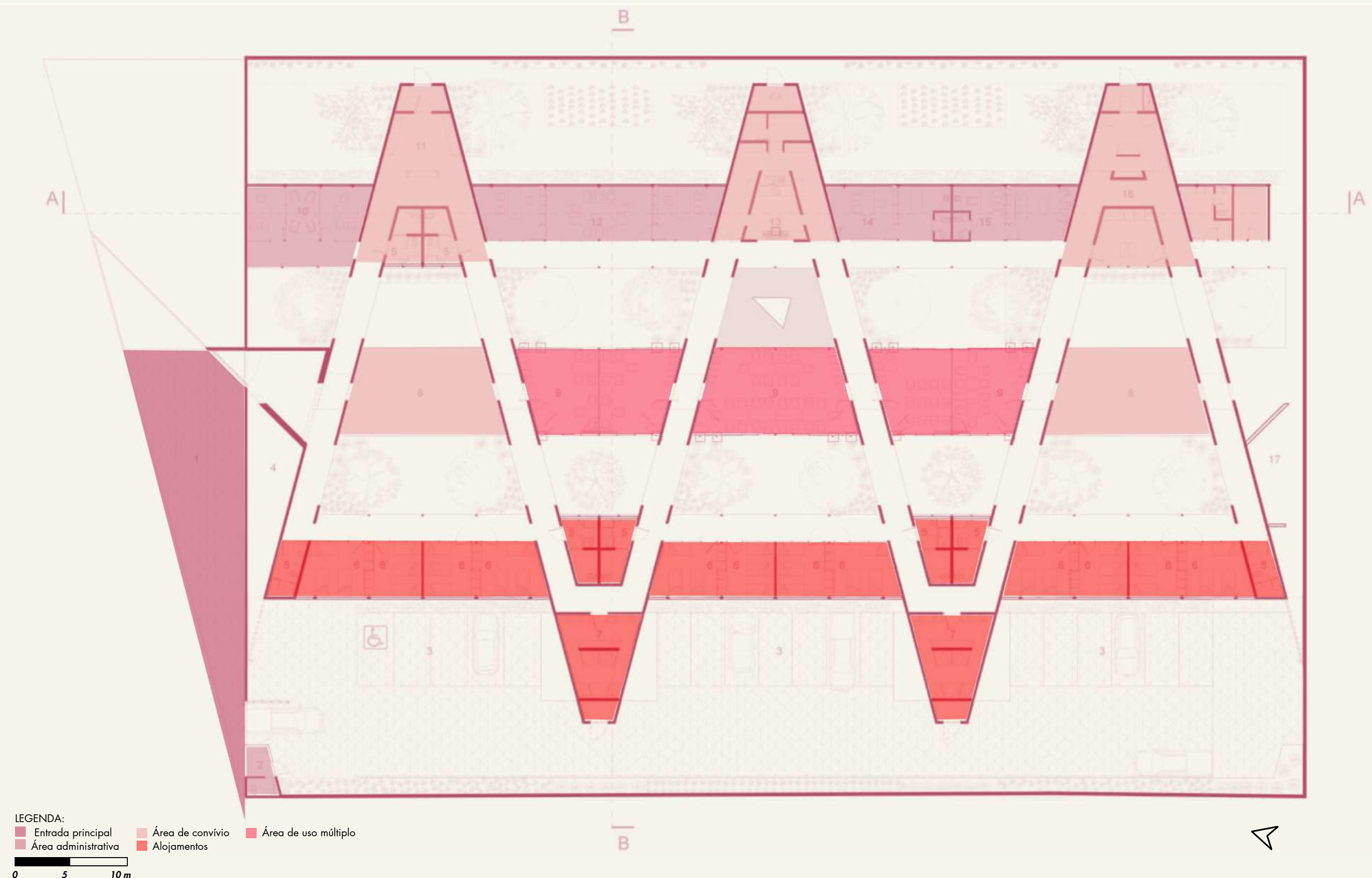


Figura 20: Planta pavimento térreo - edifício Refugio Origen.
Fonte: Archdaily, 2018. Adaptado pela autora, 2025.

Figura 21: Corredores externos do edifício Refugio Origen.
Fonte: Archdaily, 2018. Adaptado pela autora, 2025.





Figura 22: Fachada do edifício Refugio Origen.
Fonte: Archdaily, 2018. Adaptado pela autora, 2025.



Figura 23: Entrada principal do edifício Refugio Origen.
Fonte: Archdaily, 2018. Adaptado pela autora, 2025.



Figura 24: Relação interno vs externo do edifício Refugio Origen.
Fonte: Archdaily, 2018. Adaptado pela autora, 2025.

2.3. Centro de Oportunidade para Mulheres

Ficha Técnica do Projeto

Arquitetos: Sharon Davis Design

Localização: Ruanda

Área do terreno: -

Área do projeto: 2.200 m²

Ano: 2013

Capacidade: 300 mulheres

O projeto localizado em Kayonza, uma comunidade devastada por conflitos, com poucos meios mas muito promissora, fica a uma hora de distância da capital ruandesa, Kigali.

A ideia principal do projeto é de uma aldeia vernacular, organizada em uma série de pavilhões aglomerados a fim de se criar uma comunidade segura, que incentiva a subsistência para as mais de 300 mulheres acolhidas.

Criado em colaboração com o Women for Women International - organização humanitária que presta auxílio a mulheres sobreviventes da guerra a reconstituírem suas vidas -, a aldeia transforma a aglomeração urbana e a agricultura de subsistência com uma agenda de arquitetura para criar oportunidades econômicas, reconstruir a infraestrutura social, e restaurar o patrimônio Africano (ARCHDAILY, 2013).

A volumetria do projeto se inspira em uma antiga tradição de projeto ruandês. Assim, suas formas circulares em formato caracol com coberturas curvas “flutuantes”, se abrem para fora, a partir de salas de aula mais íntimas até chegar aos espaços comunitários, mercado da fazenda, e o domínio cívico adiante. Essas estruturas circulares são desenhadas conforme o Palácio do histórico de King, no sul da Ruanda, cujas moradias de woven-reed faziam parte de uma tradição indígena que a região tinha. Através da sua materialidade, com paredes de tijolos perfurados arredondados, permitem a refrigeração passiva e a proteção solar, mantendo a sensação de privacidade para os usuários (ARCHDAILY, 2013).

Além de salas de aula, o complexo conta também com uma infraestrutura de apoio social, através de instalações de hóspedes que permitem que os doadores e organizações parceiras possam também experimentar o Centro de Oportunidade. O projeto também inclui uma fazenda demonstrativa que ajuda as mulheres a produzir e comercializar os seus próprios bens, ensinando as mulheres a produzirem a renda a partir da terra, utilizando técnicas orgânicas voltadas para a produção comercial.

Contribuições para o projeto proposto

Com base na análise do projeto apresentado, pretende-se adotar no projeto da vila de acolhimento, a ideia de um projeto de capacitação, para que as vítimas possam receber cursos técnico especializantes em parceria com o Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Campo Grande, a fim de que as presidiárias possam ministrar cursos e workshops para as abrigadas, com o intuito de incentivar a reinserção ao mercado de trabalho, como parte da recuperação e reintegração social das vítimas.

Além disso, pretende-se utilizar de materiais sustentáveis e ecológicos, como o cobogó, promovendo ventilação cruzada e iluminação natural aos ambientes.



Figura 25: Fachada do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda.
Fonte: Archdaily, 2013. Adaptado pela autora, 2025.

¹ A parceria com o Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Campo Grande será abordada adiante, no tópico “Partido Arquitetônico”.

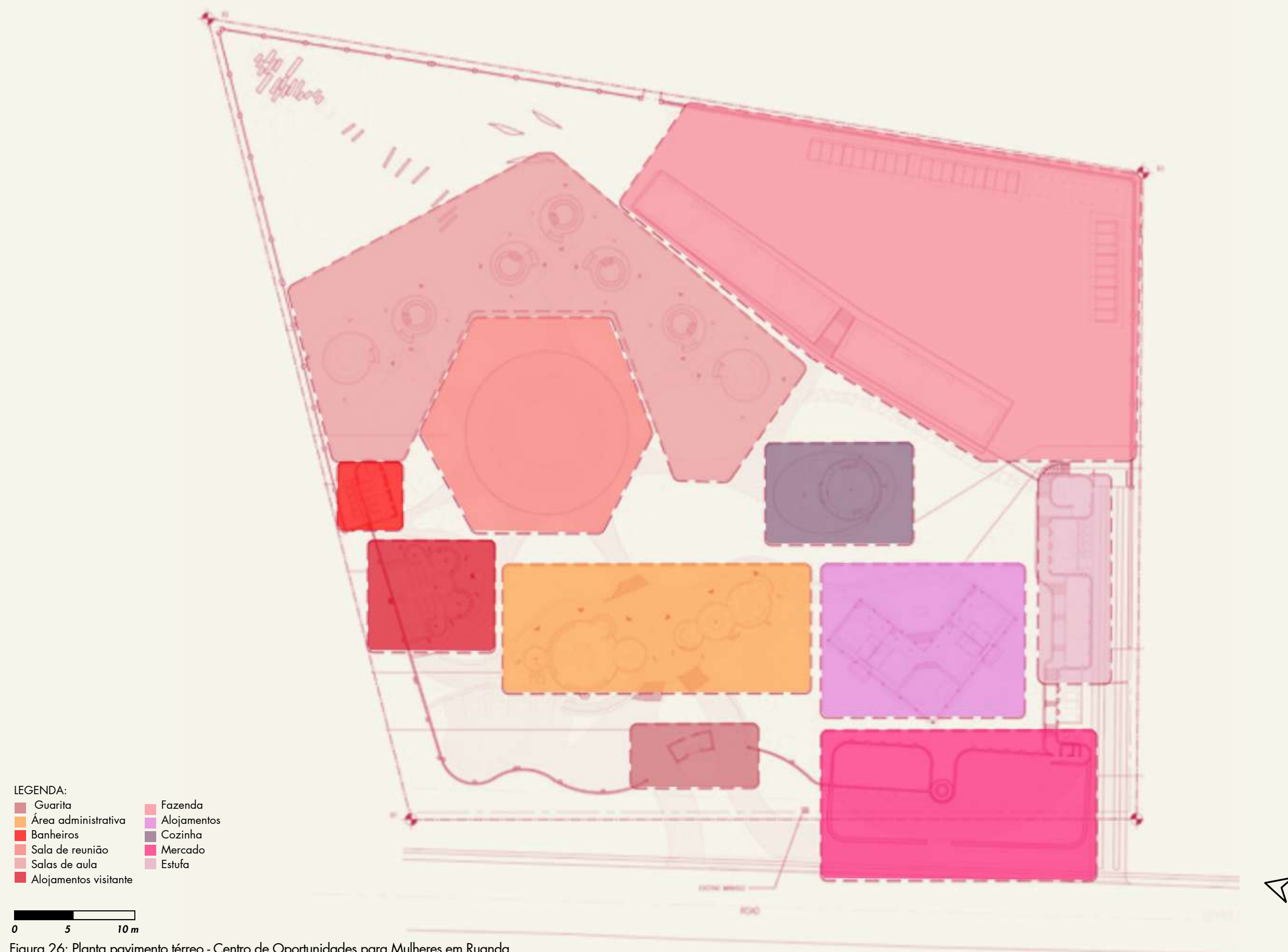


Figura 26: Planta pavimento térreo - Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda.
Fonte: Archdaily, 2013. Adaptado pela autora, 2025.

Figura 27: Salas de aula do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda.
Fonte: Archdaily, 2013. Adaptado pela autora, 2025.



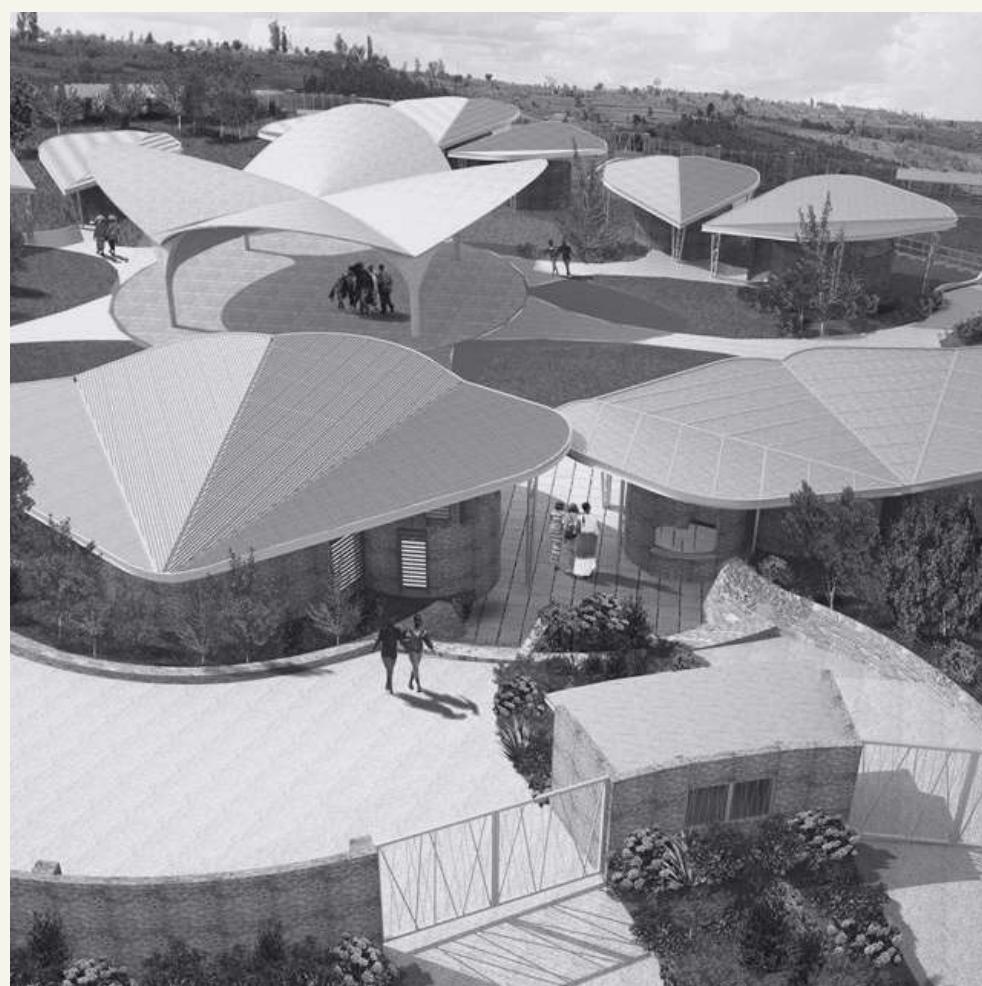


Figura 28: Vista aérea do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda.
Fonte: Archdaily, 2013. Adaptado pela autora, 2025.



Figura 29: Interior da sala de reunião do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda.
Fonte: Archdaily, 2013. Adaptado pela autora, 2025.



Figura 30: Fazenda do Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda.
Fonte: Archdaily, 2013. Adaptado pela autora, 2025.



3

Contextualização urbana

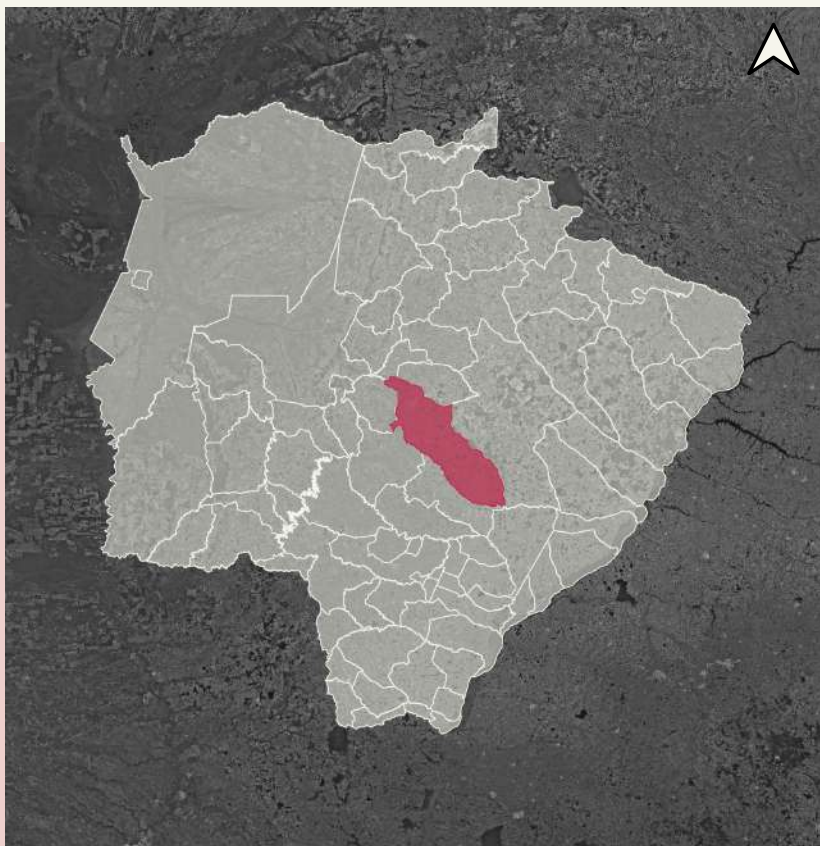
Contexto Urbano - Campo Grande/MS

O município de Campo Grande está localizado na região Centro-Oeste, sendo a capital do Estado do Mato Grosso do Sul, desde a sua divisão em 1977. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE (2022), sua área municipal corresponde a 8.082,978 Km², enquanto a área urbana possui 252,63 km².

A população da cidade corresponde a 898.100 habitantes, com uma densidade demográfica de 111,11 hab/km². Além disso, segundo os dados obtidos, o número de mulheres ultrapassa em 36.362 o número de homens no município, representando 52% da população de Campo Grande.



Gráfico 08: Comparativo da população feminina vs masculina de Campo Grande.
Fonte: IBGE, 2024. Elaborado pela autora, 2025.

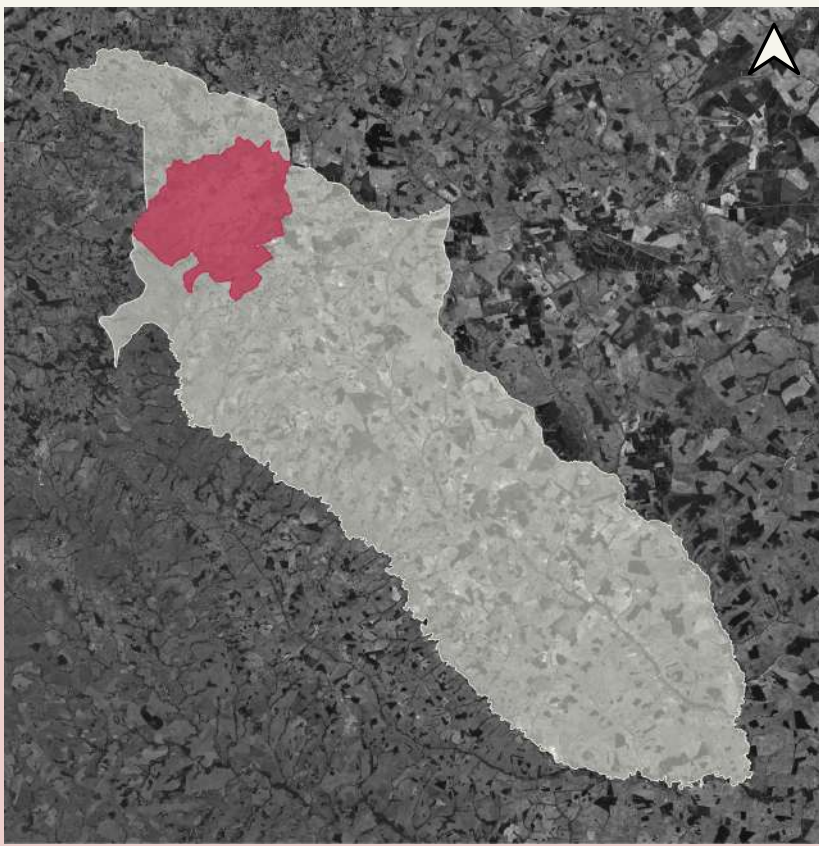


LEGENDA:
Perímetro estadual / MS
Perímetro municipal de Campo Grande

0 100 200 km

Figura 31: Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque ao Perímetro Municipal de Campo Grande.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

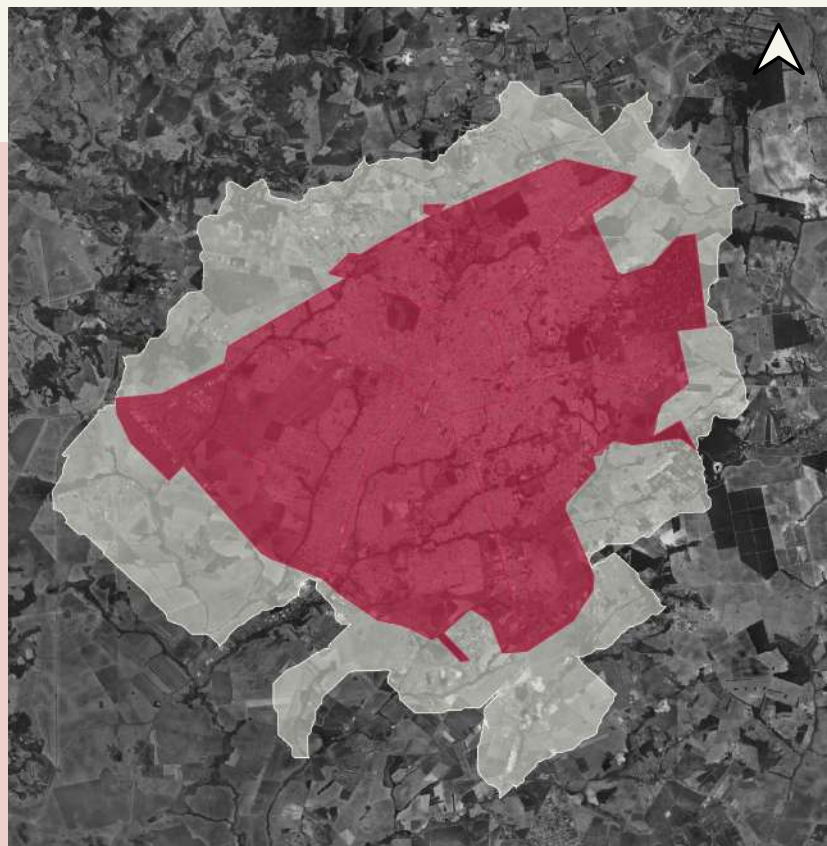


LEGENDA:
Perímetro municipal de Campo Grande
Zona de Expansão Urbana de Campo Grande

0 50 100 km

Figura 32: Perímetro municipal de Campo Grande, com destaque a Zona de Expansão Urbana.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.



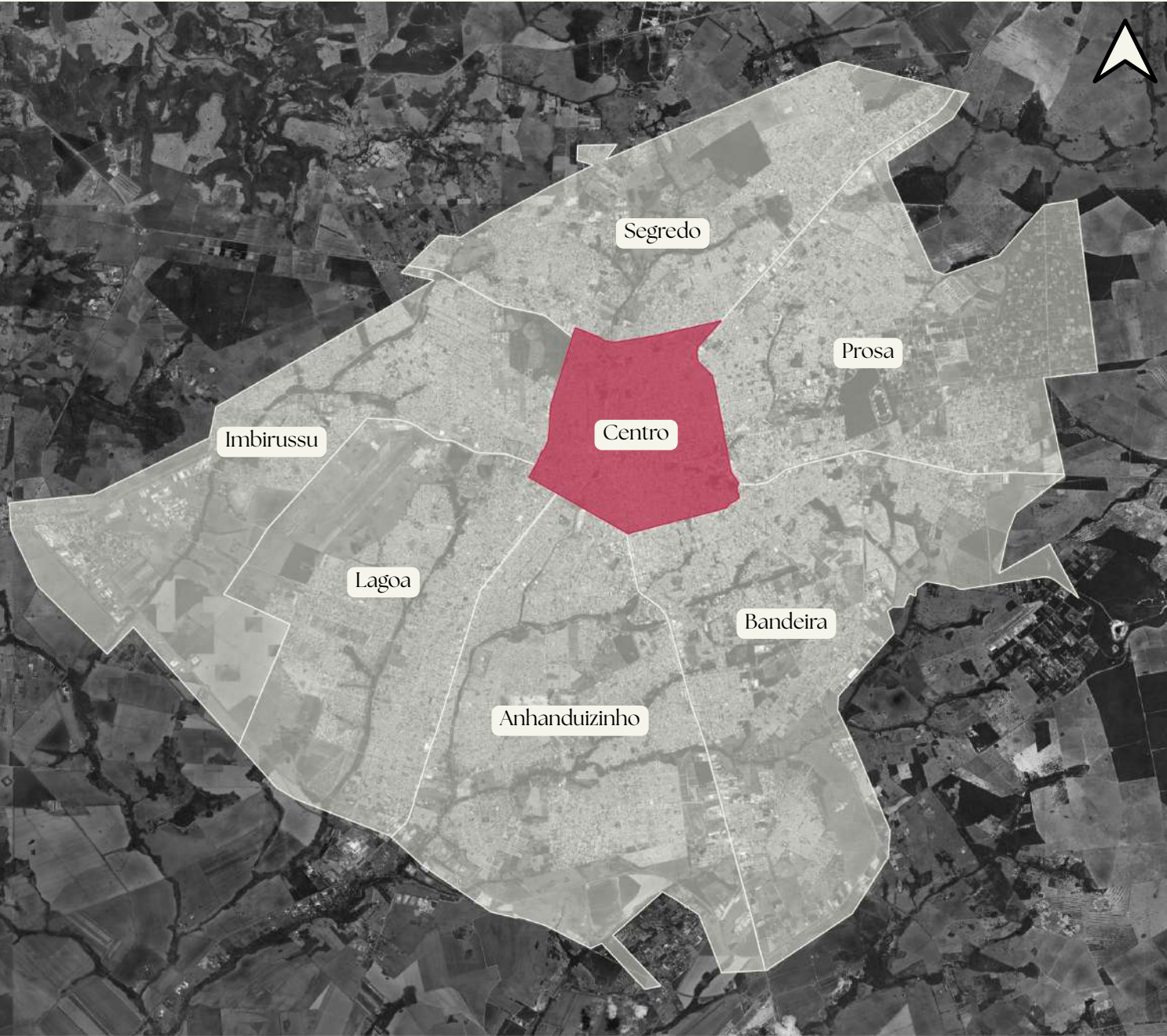
LEGENDA:
Zona de Expansão Urbana de Campo Grande
Perímetro urbano de Campo Grande

0 05 10 km

Figura 33: Zona de Expansão Urbana, com destaque ao Perímetro Urbano de Campo Grande.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

A Escolha do Terreno



LEGENDA:
Regiões Urbanas de Campo Grande
Região Urbana Centro, onde o projeto será implantado

0 05 10 km

Figura 34: Regiões Urbanas de Campo Grande, com destaque para a Região Urbana - Centro.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

Os principais critérios adotados para a escolha do terreno destinado ao desenvolvimento do projeto foram definidos com base no conceito de "olhos da rua" proposto por Jane Jacobs, em sua obra "Morte e Vida das Grandes Cidades" (1961), abordado anteriormente no tópico "Referências Projetuais e Conceituais".

Tal escolha relaciona-se diretamente com a crítica do projeto em relação à política pública vigente de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, historicamente baseada no isolamento territorial e no sigilo absoluto. Nesse sentido, a inserção do terreno em uma área central de uso misto - uso comercial, uso residencial e uso de serviços - foi uma escolha alinhada às referências projetuais internacionais, propiciando para que haja um intenso e constante fluxo de pessoas, favorecendo a segurança, o fortalecimento das relações comunitárias e o sentimento de pertencimento das vítimas.

Além disso, a proximidade com equipamentos públicos estratégicos que servirão de apoio ao projeto a ser desenvolvido, como Centros Especializados no Atendimento à Mulher (CEAM), Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Unidade Básica de Saúde (UBS), bem como, o fácil acesso à rede de transporte público da cidade, fortalece a proposta do projeto em garantir apoio institucional e acesso facilitado a serviços essenciais para as mulheres e crianças que serão acolhidas.

Adicionalmente, estar localizado na região central da cidade, abre espaço para uma discussão acerca da segregação socioespacial e o direito à cidade pelas populações fragilizadas e marginalizadas, conforme Lefebvre (2008). Assim, a mulher-mãe vítima de violência, independente da sua vulnerabilidade e classe social, tem direito de habitar e pertencer a cidade em seu todo. Essa escolha confronta a ideia supressória ainda persistente nas cidades brasileiras, à qual tende a destinar aos grupos vulneráveis às periferias, reforçando o objetivo do projeto de romper com uma política pública que associa proteção ao isolamento, propondo um projeto que promova a reintegração dessas vítimas na sociedade e na busca por segurança e dignidade.

Principais Critérios para Escolha do Terreno

- 1. Localização central e privilegiada;
- 2. Proximidade com equipamentos públicos comunitários;
- 3. Estar inserido em uma via arterial;
- 4. Proximidade com pontos de ônibus.

Análise dos Terrenos



LEGENDA:

- Regiões Urbanas de Campo Grande
- Região Urbana Centro
- Localização dos terrenos descartados
- Localização do terreno escolhido

0 750 m 1,5 km

Figura 35: Mapa aproximado de localização dos terrenos analisados.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

01 - R. Barão do Rio Branco - R. José Antônio (Terreno de esquina)

O primeiro terreno analisado cumpre com os principais requisitos estabelecidos, possuindo 3.640,43m² e estando localizado em uma região central de uso misto, caracterizada pelo intenso fluxo de pedestres e veículos. Além disso, está localizado em uma via arterial, com pontos de ônibus em seu entorno imediato, atendidos por diferentes linhas que conectam diferentes regiões da cidade e facilitam o acesso aos equipamentos públicos próximos, como Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Hospital Santa Casa.

Apesar do grande potencial, o terreno está localizado ao lado do hotel Bahamas, que devido a sua verticalização compromete a incidência solar direta, gerando sombreamento durante grande parte do dia. Esse fator inviabiliza a implantação de uma das principais diretrizes do projeto a ser proposto - a criação de pátios e jardins que promovam espaços de convivência e áreas de integração para as mulheres e crianças acolhidas -.

R. BARÃO DO RIO BRANCO



Figura 36: Fotografia do terreno descartado.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

R. JOSÉ ANTÔNIO



Figura 37: Fotografia do terreno descartado.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Análise dos Terrenos



LEGENDA:
Regiões Urbanas de Campo Grande
Região Urbana Centro
Localização dos terrenos descartados
Localização do terreno escolhido

0 750 m 1,5 km

Figura 38: Mapa aproximado de localização dos terrenos analisados.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

O2 - Av. Fernando Côrrea da Costa

O segundo terreno analisado embora esteja localizado próximo aos equipamentos comunitários anteriormente mencionados e seja atendido por diferentes linhas de ônibus, está inserido em uma via arterial com intenso fluxo de veículos, mas com baixa circulação de pedestres, indo contra o conceito de Jane Jacobs acerca dos “olhos da rua”, que destaca a importância da presença contínua de pessoas nas calçadas como fator de segurança.

Para além disso, o terreno de 2.139,41m², de todos os terrenos analisados, é o que apresenta as maiores necessidades em relação à infraestrutura de drenagem, uma vez que está localizado em frente a um córrego, podendo representar riscos e cuidados adicionais para a implantação do projeto.

Apesar disso, o terreno escolhido para o desenvolvimento da vila de acolhimento também é atravessado por um córrego canalizado, que percorre o terreno. Ao contrário desse segundo terreno analisado, a existência de um curso d’água foi compreendida no terreno escolhido como uma possibilidade projetual, uma vez que, possibilitou estratégias de implantação e reintegração urbana.

AV. FERNANDO CÔRREA DA COSTA



Figura 39: Fotografia do terreno descartado.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

AV. FERNANDO CÔRREA DA COSTA



Figura 40: Fotografia do terreno descartado.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Análise dos Terrenos



LEGENDA:
Regiões Urbanas de Campo Grande
Região Urbana Centro
Localização dos terrenos descartados
Localização do terreno escolhido

0 750 m 1,5 km

Figura 41: Mapa aproximado de localização dos terrenos analisados.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

O3 - R. Piratininga

O outro terreno analisado, possui 3.122,70m² e uma localização privilegiada, inserido entre duas vias arteriais de grande fluxo de pedestres e veículos, além de estar próximo aos principais equipamentos comunitários necessários para o apoio do projeto a ser inserido.

No entanto, durante visita ao local, percebeu-se que apesar do intenso fluxo de movimento em seu entorno, a via onde o terreno está inserido, apresenta baixa vitalidade urbana e pouca circulação de pedestres durante grande parte do dia.



Figura 42: Fotografia do terreno descartado.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.



Figura 43: Fotografia do terreno descartado.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

O Terreno Escolhido



LEGENDA:

■ Terreno escolhido

0 50m 100m

Figura 44: Mapa aproximado de localização do terreno escolhido.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

$A = 14.179 \text{ m}^2$

R. Antônio Maria Coelho - R. Dr. Arthur Jorge - R. Maracaju - R. 13 de Junho

O terreno escolhido para o desenvolvimento do projeto, foi selecionado por estar localizado no bairro Centro, coração da cidade de Campo Grande, em uma área de intensa atividade comercial, residencial e de serviços. Além do fácil acesso a partir de diferentes regiões da cidade.

Situado próximo a equipamentos comunitários estratégicos como, Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Escola Estadual de Ensino Médio, unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), bem como, possuir fácil acesso ao sistema público de saúde, o local se destaca pela ampla infraestrutura urbana oferecida.

Além disso, as vias arteriais em que o terreno está inserido são caracterizadas pela intensa vitalidade urbana e pelo constante fluxo de pedestres, comerciantes e moradores, favorecendo a vigilância natural e a integração com o entorno. Essa categoria, garante também que ônibus coletivos, transportes escolares e ambulâncias possam trafegar na via, facilitando o acesso ao edifício a ser projetado.

O terreno escolhido possui uma área de pouco mais de 14 mil metros quadrados, possibilitando não somente a implantação do projeto da vila de acolhimento, como também, espaço para o desenvolvimento de futuras ²diretrizes complementares voltadas aos equipamentos comunitários e à infraestrutura urbana de seu entorno imediato.

A partir de visita de campo, percebeu-se que o terreno encontra-se inutilizado, com a antiga construção do mercado Pão de Açúcar em visível estado de abandono. O terreno possui pouca área permeável, estando quase que em toda sua totalidade impermeável, com poucas árvores.

Com relação às calçadas, apresentam boa área de circulação, com piso tátil e rampas de acessibilidade. Além de possuírem arborização de passeio adequada.

² As diretrizes complementares propostas para o terreno, serão abordadas adiante, no tópico "Partido Arquitetônico".

Situação Atual - Terreno Escolhido



Figura 45: Fotografia da situação atual do terreno escolhido.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

R. 13 DE JUNHO



Figura 46: Fotografia da situação atual do terreno escolhido.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

R. ANTÔNIO MARIA COELHO



Figura 47: Fotografia da situação atual do terreno escolhido.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

R. DR. ARTHUR JORGE



Figura 48: Fotografia da situação atual do terreno escolhido.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

R. MARACAJU



Figura 49: Fotografia da situação atual do terreno escolhido.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

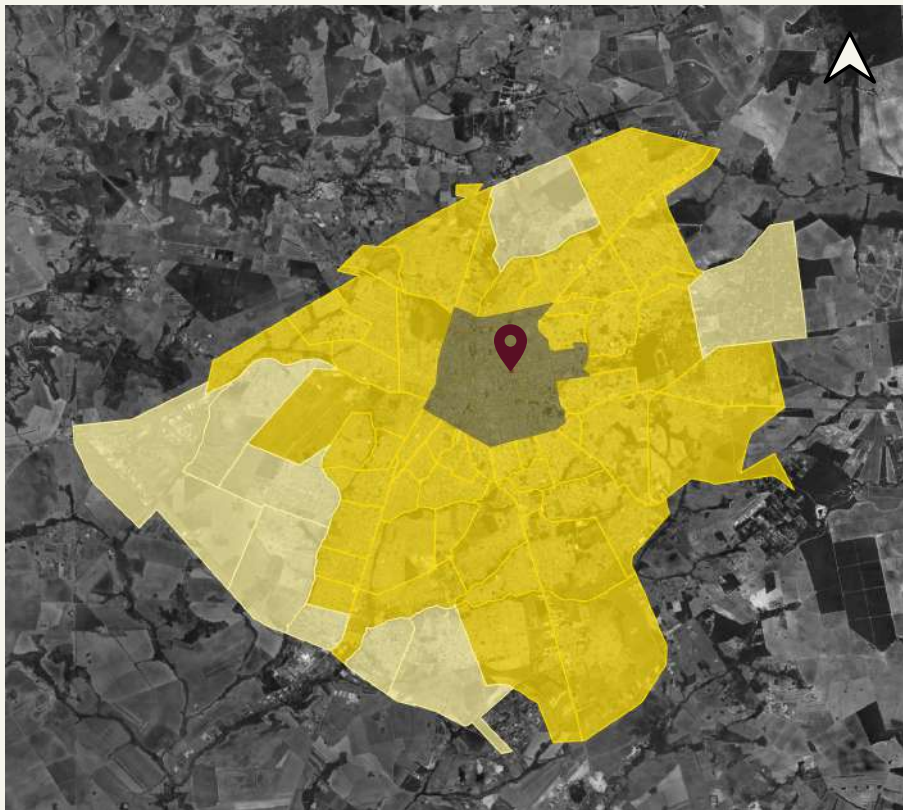
Legislação Urbana - Plano Diretor

Segundo o Plano Diretor de Campo Grande (Lei Complementar nº 341 de 2018), principal instrumento responsável pelo planejamento urbano da cidade, o terreno está inserido na Macrozona Urbana 1 (MZ1), em que “será estimulado o adensamento e a compactação populacional, a ocupação de áreas e lotes vazios ou subutilizados, a implantação de programas habitacionais, bem como, o aproveitamento racional do solo urbano para as finalidades contidas nas diretrizes desta lei, especialmente as de patrimônio cultural, habitação e meio ambiente” (PDDUA, 2018, p. 10).

Além disso, o Plano Diretor de Campo Grande (Lei Complementar nº 341 de 2018) também classifica essa área como sendo Zona Urbana 1 (Z1) e Zona Ambiental 1 (ZA1), responsáveis pela implantação de índices urbanísticos a serem atingidos na elaboração do projeto.

Normas de Uso e Ocupação do Solo - Zona Urbana 01	
Categoria	Taxa
Taxa de Ocupação	0,7 ou 70%
Taxa de Permeabilidade	25%
Coef. de Ocupação (mín.)	0,1
Coef. de Ocupação (máx.)	5
Índice de Elevação	Livre
Recuo Frontal	5,00
Recuo Lateral	3,00
Recuo Fundos	3,00

Tabela 09: Normas de Uso e Ocupação do Solo da Zona Urbana e Ambiental I.
Fonte: Plano Diretor de Campo Grande, Lei Complementar nº 341 de 2018. Elaborado pela autora, 2025.



LEGENDA:
Macrozona Urbana 01 (MZ1)
Macrozona Urbana 02 (MZ2)
Macrozona Urbana 03 (MZ3)
Localização do terreno escolhido

Figura 50: Perímetro Urbano de Campo Grande, com destaque às Macrozonas Urbanas.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.



LEGENDA:
Zona Urbana 01 (ZU1)
Zona Urbana 02 (ZU2)
Zona Urbana 03 (ZU3)
Zona Urbana 04 (ZU4)
Zona Urbana 05 (ZU5)
Localização do terreno escolhido

Figura 51: Perímetro Urbano de Campo Grande, com destaque às Zonas Urbanas.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.



LEGENDA:
Zona Ambiental 01 (ZA1)
Zona Ambiental 02 (ZA2)
Zona Ambiental 03 (ZA3)
Zona Ambiental 04 (ZA4)
Zona Ambiental 05 (ZA5)
Localização do terreno escolhido

Figura 52: Perímetro Urbano de Campo Grande, com destaque às Zonas Ambientais.

Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

Uso do Solo e Ocupação

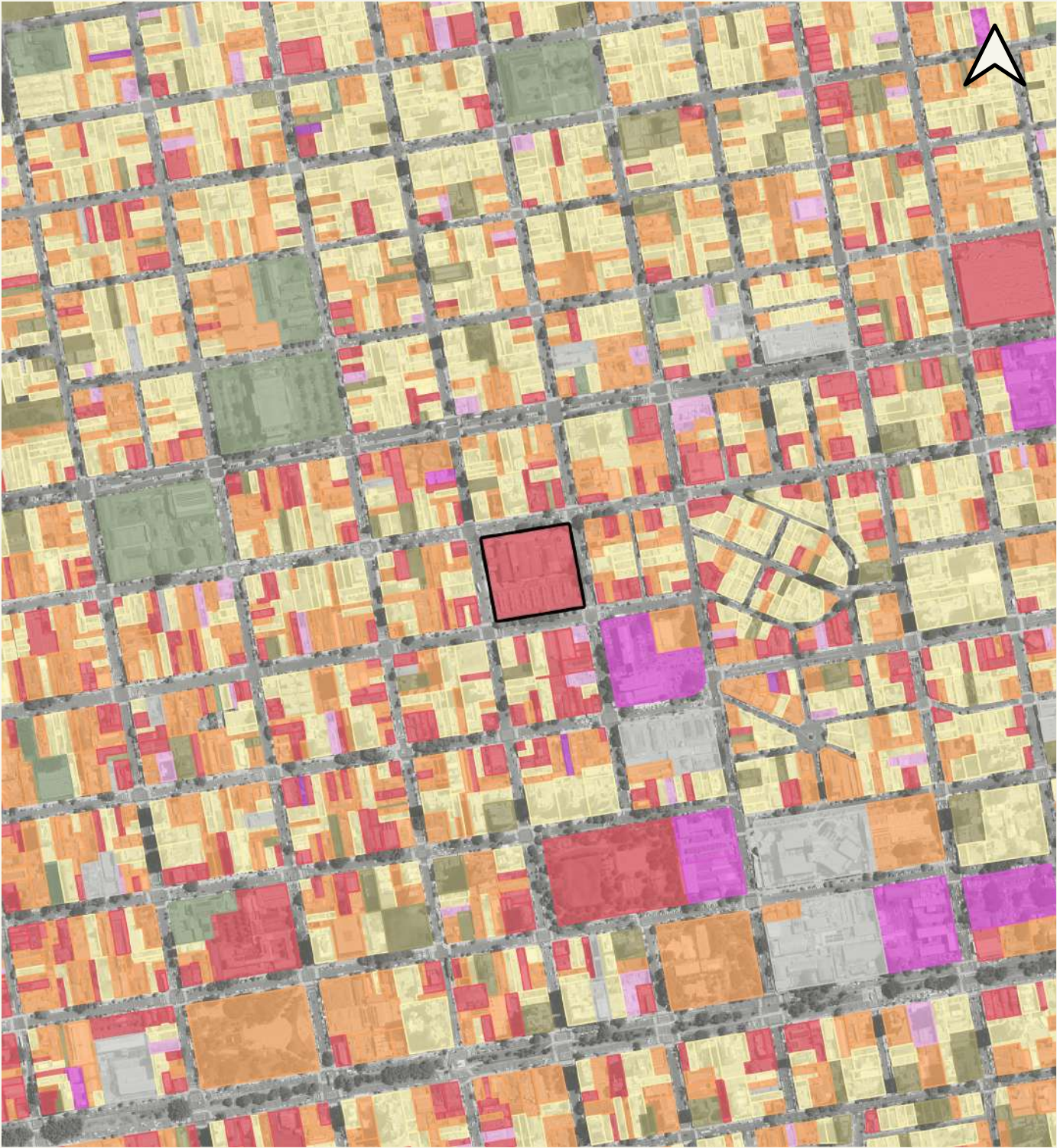


Figura 53: Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque para o Uso e Ocupação do Solo.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

Ao analisar o entorno do terreno escolhido, é possível notar que o mesmo possui o uso do solo diversificado, caracterizado por edifícios residenciais e uma concentração de estabelecimentos comerciais, serviços e uso misto, evidenciando sua localização ao se tratar de uma região central.

As ruas que cercam o terreno, possuem uma maior concentração de edifícios comerciais e de serviços, o que proporciona um fluxo de pedestres constante, sendo um local ideal para a implantação do projeto. Vale ressaltar que a significativa quantidade de edifícios residenciais, garante também a permanência prolongada dos moradores e o fluxo de veículos, critérios essenciais mencionados anteriormente para escolha do terreno.

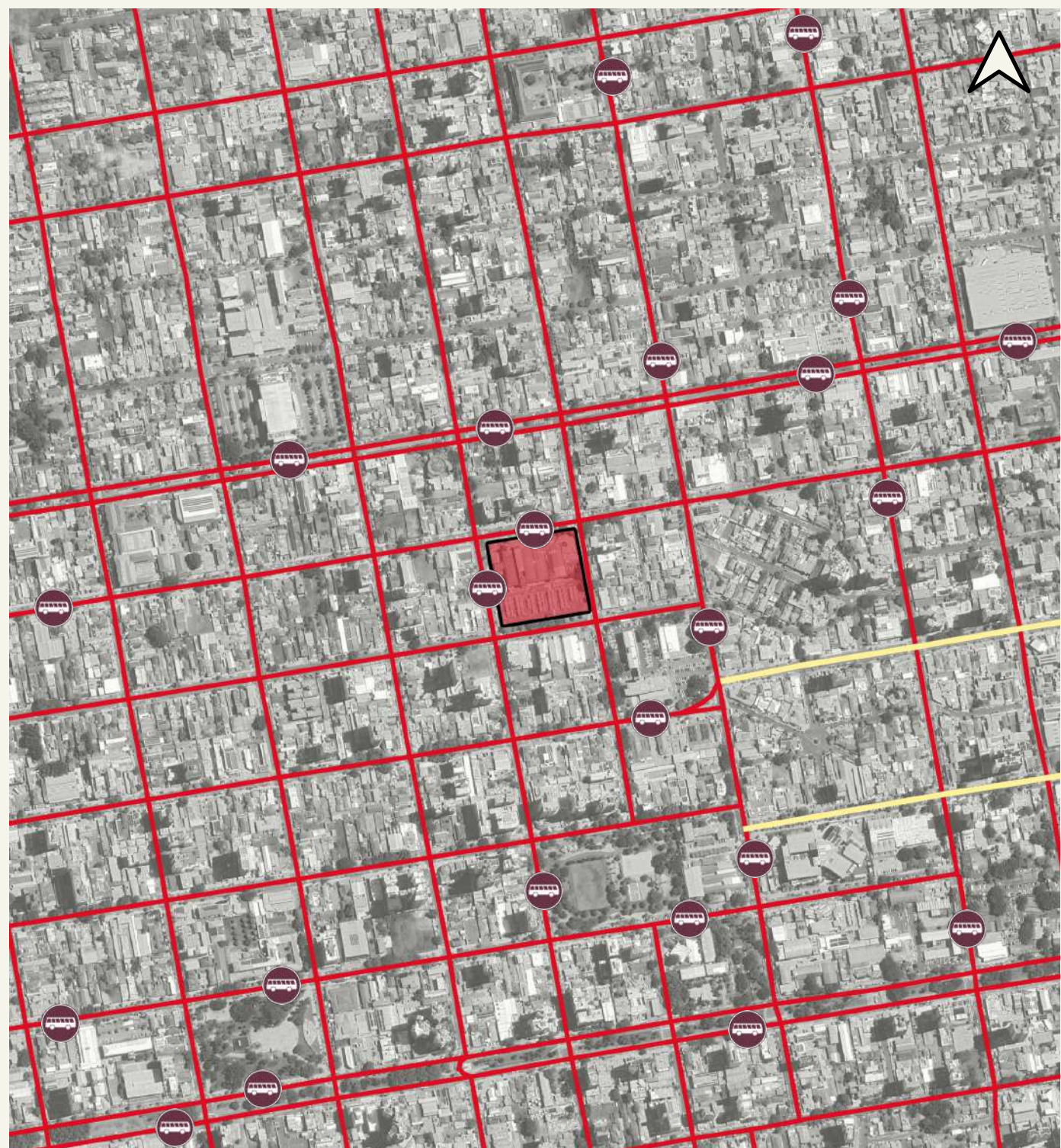
Categorias de Uso por Zonas e Eixos de Adensamento (ZUI)		
Residencial	Comércio Atacadista	Serviços
RI, R2, R3	VI, V2, V3, V4, V5, V6, V8, V9, VII	AI,A2
Serviços	Industrial	Loteamento
SI, S2, S3, S4, S5, S6, S7, SIO, SI1, SI2, SI3, SI5, SI6, SI7, SI8, SI9, S20, S21	II, I2, I3	LI, L2, L3, L5
Especial	-	-
EI, E2, E3, E4, EIO, EI3, EI9, E20	-	-

Tabela 10: Categorias de Uso do Solo da Zona Urbana I.
Fonte: Plano Diretor de Campo Grande, Lei Complementar nº 341 de 2018. Elaborado pela autora, 2025.

É possível analisar ainda que a área de estudo possui elevado índice de densidade urbana e uma quantidade relativamente baixa no que diz respeito aos espaços vazios sem construções. Vale destacar que, algumas edificações encontram-se em situação de abandono, como é o caso do terreno escolhido, proporcionando assim, uma carência de uso para o lote e, possibilitando a implantação de um novo uso.

Além disso, o entorno da área escolhida é ocupado por infraestruturas urbanas, como praças e áreas de lazer, garantindo espaços de convívio complementares ao edifício da vila de acolhimento.

Mobilidade Urbana



LEGENDA:

- Vias coletoras
- Vias arteriais
- Localização do terreno escolhido
- Pontos de ônibus existentes

0 100 200 m

Figura 54: Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque a hierarquia viária e pontos de ônibus.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

Na análise da mobilidade urbana, percebeu-se que o terreno escolhido possui acesso por meio das quatro vias que o circundam - R. Antônio Maria Coelho, R. Dr. Arthur Jorge, R. Maracaju e R. 13 de Junho -. Sendo as principais delas a R. Antônio Maria Coelho e a R. 13 de Junho, que marcam o eixo do transporte público e permitem a conexão com outras regiões da cidade.

A área tem fácil acesso, com pontos de ônibus e faixas exclusivas nas duas vias citadas, bem em frente ao terreno, onde passam diversas linhas que conectam a cidade.

As vias na região são classificadas como vias arteriais, suportando grande fluxo de veículos e possibilitando além da passagem do transporte coletivo, a passagem de transportes escolares e ambulâncias. Além disso, encontram-se bem pavimentadas e sinalizadas.

Ainda, por se tratar de uma região central com grande fluxo de pedestres, as calçadas no perímetro analisado, em sua grande maioria encontram-se bem conservadas, com faixa de circulação adequada, rampas de acessibilidade, piso tátil e arborização de passeio.



Figura 55: Fotografia do ponto de ônibus existente na R. Antônio Maria Coelho.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.



Figura 56: Fotografia do ponto de ônibus existente na R. 13 de Junho.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Equipamentos Comunitários - Educação



LEGENDA:

Unidade de Educação de Jovens e Adultos	E.E. Joaquim Murtinho
EMEI Eleodes Estevan	E.M. Lúcia Martins Coelho
E.M. Arlindo Lima	Localização do terreno escolhido

0 100 200 m

Figura 57: Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque para os equipamentos comunitários de educação.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

De acordo com o Índice de Exclusão Social - que faz referência à inclusão ou exclusão social da população de determinada região da cidade, através do reconhecimento da desigualdade social por meio de parâmetros avaliativos como: padrão de vida, conhecimento e risco juvenil -, o bairro Centro, onde está inserido o terreno escolhido, possui uma taxa de 0.18, uma das menores da cidade. Dessa forma, conta com uma ampla rede de equipamentos comunitários que privilegiam a área. Tal diversidade de equipamentos, contribui para uma melhor qualidade e padrão de vida dos moradores.

O terreno está localizado em uma área que oferece aos moradores uma ampla rede de comércios e serviços, como restaurantes, farmácias, praças e espaços de cultura e lazer. Além disso, está dentro do raio de abrangência de equipamentos comunitários essenciais como a Escola Municipal de Educação Infantil Eleodes Estevan (EMEI), a Escola Municipal Professor Arlindo Lima, a Escola Estadual Joaquim Murtinho, a Escola Municipal de Autoria Lúcia Martins Coelho e duas unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Figura 58: Fotografia da fachada da Escola Estadual Joaquim Murtinho.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.



Figura 59: Fotografia da fachada da Escola Municipal de Educação Infantil Eleodes Estevan (EMEI).
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Equipamentos Comunitários - Saúde e Segurança

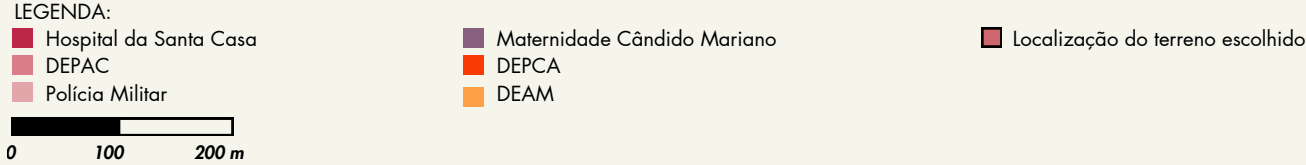
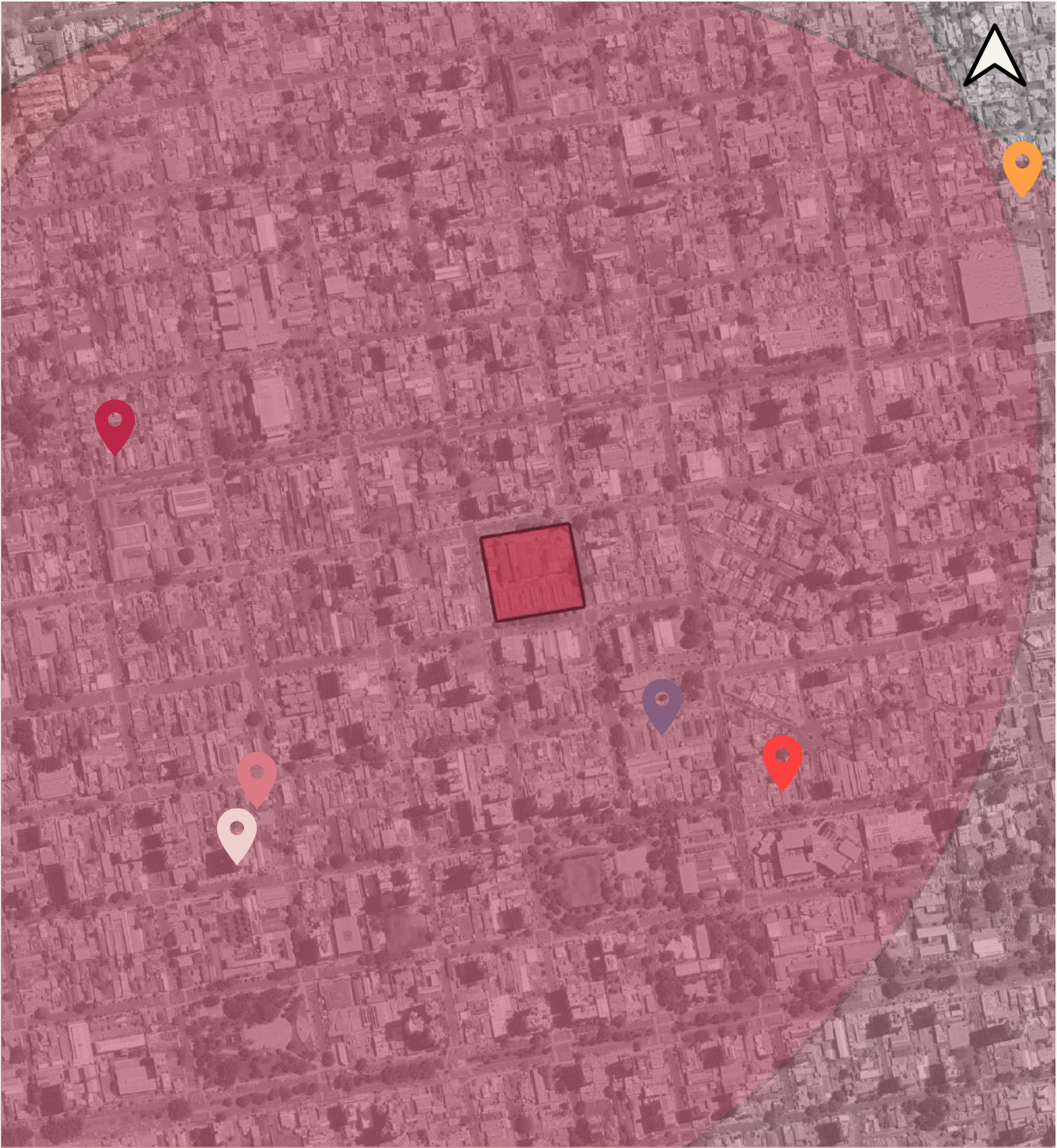


Figura 60: Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque para os equipamentos comunitários de segurança e saúde.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

A região também é contemplada por instituições voltadas ao primeiro atendimento da mulher vítima de violência, como o Centro Especializado de Atendimento à Mulher, à Criança e ao Adolescente em Situação de Violência (CEAMCA) e o Centro de Atendimento à Mulher (CEAM).

Além de estar próximo a Maternidade Cândido Mariano, bem como, possuir fácil acesso ao Hospital Santa Casa.

Por fim, a região também é atendida por um posto da Polícia Militar, além da DEPAC Centro (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário), contando ainda com um posto de atendimento da DEPCA (Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente) e um novo posto da DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher), com acessos facilitados a partir do terreno de implantação da Vila de Acolhimento.

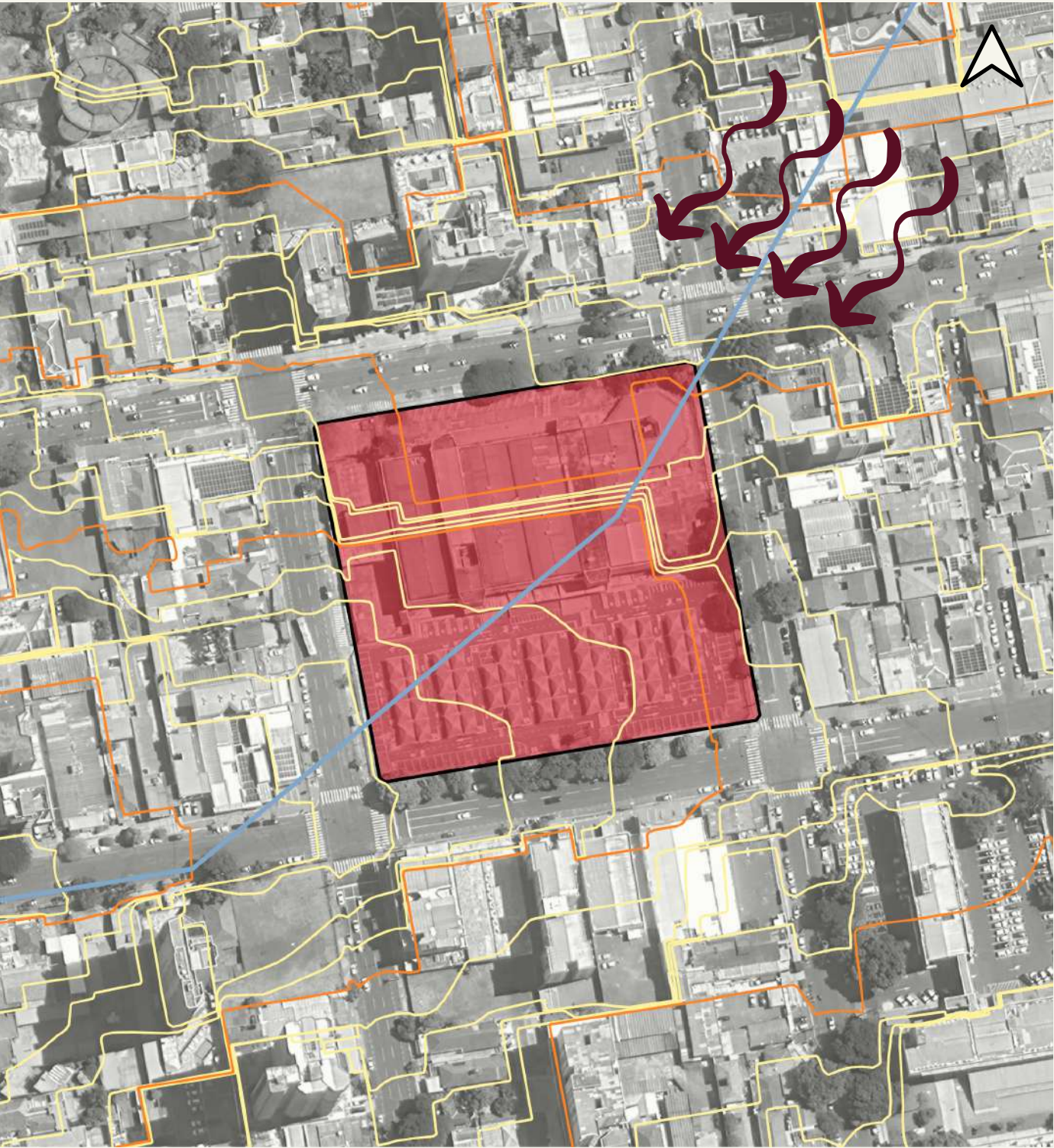


Figura 61: Fotografia da fachada da Maternidade Cândido Mariano.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.



Figura 62: Fotografia da fachada do Hospital da Santa Casa.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Condicionantes Projetuais



LEGENDA:

- Curvas de nível - intermediárias
- Curvas de nível - mestras
- Córrego Maracaju
- Localização do terreno escolhido
- Direção dos ventos

0 25 50 m

Figura 63: Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque às condicionantes projetuais.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

Topografia e Hidrografia

A topografia da área analisada é considerada acentuada. O mesmo ocorre no terreno, que possui duas curvas mestras passando pela sua área. No entanto, devido a existência do antigo Mercado Pão de Açúcar, o terreno já foi quase que em toda sua totalidade planejado. Assim, a nova topografia adotada no terreno é considerada não muito acentuada, com áreas planejadas.

O córrego Maracaju passa na fachada Sul do terreno, na R. Maracaju, desembocando no Córrego Segredo. O córrego foi canalizada e coberto na década de 1970, já que quando era visível, causava inúmeros transtornos com enchentes e alagamentos, devido a sua inserção no Grau de Criticidade V da Carta de Drenagem, com áreas passíveis à alagamentos, enchentes e inundações em diversos pontos.

Insolação e Ventilação Natural

O entorno imediato do terreno escolhido é cercado por edifícios com um gabarito de dois e três pavimentos, com um maior número de edificações com mais de cinco pavimentos localizados na R. Antônio Maria Coelho, ao Norte do terreno.

A posição geográfica de Campo Grande, acima do Trópico de Capricórnio, recebe influência direta no que diz respeito à incidência solar ao longo do ano, recebendo Sol não somente na fachada Norte, como também, na fachada Sul em alguns meses do ano - novembro a fevereiro -, impactando diretamente no projeto a ser desenvolvido. Vale ressaltar que, nos demais meses do ano a fachada Sul permanece na sombra durante o dia todo, recebendo iluminação difusa e oblíqua do Sol na manhã e tarde.

No que diz respeito a ventilação natural, o fluxo dos ventos ocorre na direção Norte durante os meses de fevereiro a novembro e na direção Leste de novembro a fevereiro. Assim, por se tratar de um terreno que ocupa uma quadra inteira e, como dito anteriormente, não possuir edificações muito verticalizadas em seu entorno imediato, os ventos não sofrem grandes desvios, garantindo a circulação cruzada e um bom conforto térmico para o projeto.



4 Proposta Arquitetônica

Partido Arquitetônico

A vila de acolhimento em Campo Grande - MS para mulheres-mães vítimas de violência doméstica tem como objetivo principal acolher por um período médio de 12 meses, mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência doméstica, cujos casos não envolvam ameaças iminentes à vida, como situações de mulheres juradas de morte ou sob risco extremo - nestes casos, as vítimas devem ser encaminhadas para a Casa Abrigo, conforme previsto nas políticas públicas vigentes, já que, necessitam de maior sigilo institucional e isolamento territorial.

Nesse contexto, a delimitação do público atendido não se refere à gravidade da violência vivenciada, mas sim ao nível de risco atual. Assim, o acolhimento da vila será voltado especialmente para aquelas mulheres que enfrentam formas consideradas mais “brandas” de violência - aqueles em que não há ameaça iminente à vida, risco extremo ou situação de perseguição ativa, - ou que já se encontram em processo de rompimento do ciclo da violência.

Essas mulheres, embora não demandem o alto grau de sigilo institucional e territorial, característicos das Casas Abrigo, ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social, emocional e econômica, necessitando de suporte institucional especializado para reorganizar suas rotinas, fortalecer sua autonomia e reconstruir a vida cotidiana. Trata-se, portanto, de mulheres que demandam um acolhimento intermediário, funcionando como uma etapa de transição entre a situação de violência e a plena reinserção social.

A definição do enquadramento das acolhidas será realizada por meio de triagem técnica conduzida por profissionais capacitados da rede de proteção, considerando critérios como histórico de violência, avaliação de risco, condições socioeconômicas, rede de apoio existente e estágio do rompimento do ciclo da violência. Dessa forma, essa delimitação do público atendido evidencia a lacuna existente nas políticas públicas vigentes, que historicamente isola e silencia as vítimas, deixando sem apoio institucional mulheres que não se enquadram nos critérios de risco iminente, mas que, igualmente necessitam de apoio e acolhimento para reorganizar suas vidas.

Com base nisso, a vila de acolhimento surge como uma extensão territorial e humanizada da rede de proteção, operando como uma “filial humanizada” da Casa da Mulher Brasileira, gerida por meio do modelo compartilhado entre o Poder Público Municipal e uma Organização da Sociedade Civil (OSC), garantindo continuidade institucional por parte do Estado, flexibilidade de atuação e atendimento mais humanizado. Essa proposta segue as orientações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), alinhado aos planos de proteção social.

O partido arquitetônico foi desenvolvido a partir de referenciais internacionais, que rompem com o modelo brasileiro de abrigos sigilosos e periféricos. Assim, parte-se da lógica de que as mulheres não precisam interromper suas vidas para se reerguer, nem romper com suas rotinas, vínculos urbanos e responsabilidades maternais.

Nesse contexto, partiu-se da necessidade de combinar acolhimento, segurança e integração social em um mesmo conjunto arquitetônico, respeitando a topografia do terreno e a pré-existência do antigo edifício do Mercado Pão de Açúcar, que foi ressignificado e incorporado à proposta.

A implantação organiza-se em três blocos principais, conectados por pátios, eixos de circulação e áreas ajardinadas, compondo um percurso fluído organizado a partir da entrada principal do estacionamento do edifício pré-existente - Rua Maracaju.

Assim, na parte frontal, está localizado o bloco administrativo e de acolhimento. A recepção, ponto inicial do percurso, abre-se para dois eixos - de um lado, o corredor administrativo, que direciona aos espaços de gestão, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Defensoria Pública e atendimento psicossocial, podendo ser acessado também pela entrada secundária de pedestres, na Rua 13 de Junho e de outro, a sala de espera que direciona aos espaços de acolhimento, com espelho d'água, que atua não apenas como sala de espera, mas também como elemento simbólico do feminino e do renascimento.

Após esse bloco, o pátio interno surge como o coração do conjunto, configurando-se como espaço de convivência e transição entre o acolhimento e as habitações. Nele estão distribuídas as áreas de convivência e integração ao ar livre, como redário, playground infantil, quadra poliesportiva, horta comunitária e zonas sombreadas para descanso.

O bloco habitacional, implantado logo após o pátio, possui dois pavimentos e abriga os estúdios residenciais em três tipologias: unidades flexíveis com três bi-camas, unidades com uma bi-cama e um berço e unidades com duas bi-camas. O edifício foi configurado de modo a utilizar o conceito de cheios e vazios, no qual o módulo dos dormitórios é recuado em relação ao volume dos banheiros, criando uma espécie de hall de entrada nas unidades. Esse espaço intermediário atua como zona de transição entre o espaço coletivo e o espaço íntimo, permitindo usos múltiplos, como convivência familiar e permanência temporária, aproveitando a iluminação natural, ventilação cruzada, privacidade entre as habitações e integração visual com as áreas verdes.

Para além do projeto arquitetônico, a vila propõe um conjunto de diretrizes complementares que visam ampliar o impacto social, urbano e simbólico do projeto. No edifício pré-existente, propõe a implantação de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), que de acordo com o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) de Campo Grande, deve ocupar ao menos 2.000 m². Essa escola atenderia não somente a comunidade local, como principalmente as crianças abrigadas na vila, possibilitando-lhes romper com a violência vicária e proporcionando acesso à educação pública sem a necessidade de grandes deslocamentos.

Partido Arquitetônico

A proposta adota estratégias de segurança integradas ao desenho arquitetônico, priorizando o controle de acessos, a setorização dos usos e a proteção das usuárias. Dessa forma, o acesso à EMEI ocorre de forma limitada e monitorada por guarita, sendo permitido apenas a pessoas autorizadas, profissionais da rede de atendimento e alunos previamente identificados.

A circulação interna das mulheres acolhidas é realizada por meio de acessos controlados por portas com sistema de reconhecimento facial ou senha, garantindo segurança, autonomia e controle institucional. Os fluxos são organizados de modo a evitar cruzamentos entre usuários externos e residentes, assegurando privacidade e proteção.

Além disso, o edifício pré-existente, ressignificado para abrigar a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), possui acesso independente e funcionamento restrito ao primeiro pavimento, implantado em nível superior ao da vila de acolhimento, o que garante separação física e visual entre os usos. Dessa forma, o fluxo de crianças, funcionários e comunidade externa da escola não interfere nas áreas de permanência, convivência e habitação das mulheres-mães acolhidas.

Outra proposta pertinente, seria a capacitação e reintegração social das vítimas, propondo uma parceria com o Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Campo Grande - presídio estadual - para que as mulheres em regime semiaberto que possuam habilidades profissionais, possam ministrar cursos e oficinas profissionalizantes às mulheres-mães acolhidas. Essa iniciativa busca promover a autonomia e a criação de uma rede de apoio de mulheres em diferentes contextos de vulnerabilidade.

Dessa forma, ao fundo do terreno, o antigo edifício do Mercado Pão de Açúcar foi ressignificado para abrigar justamente os espaços de capacitação e a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). A fachada voltada ao bloco habitacional abriga as salas de oficinas além dos espaços comunitários internos.

O projeto do bloco de capacitação foi concebido com dois volumes isolados nos limites da edificação, partindo da lógica da setorização clara das funções e respeitando a entrada já existente do edifício, preservando sua lógica original de acesso e facilitando a adaptação funcional da edificação.

No interior do pavimento térreo, prevê-se ainda a possibilidade de uso emergencial como alojamento temporário em situações excepcionais, como catástrofes naturais, enquanto o pavimento superior é destinado às atividades educacionais.

A diferença de níveis entre os blocos foi pensada de forma a dialogar com a topografia original do terreno, criando um conjunto escalonado que permite a leitura gradual da edificação. A partir das ruas 13 de Junho e Dr. Arthur Jorge, é possível perceber a composição dos blocos em planos crescentes. As entradas foram cuidadosamente setorizadas para garantir segurança e fluidez - o acesso principal de pedestres ocorre pela Rua Maracaju, o acesso de pedestres secundário, pela Rua 13 de Junho e, o acesso de veículos, carga e descarga e entrada da EMEI, pela Rua Antônio Maria Coelho.



Conceito - Acolhimento, Reconexão e Recomeço

O conceito da vila de acolhimento em Campo Grande - MS baseia-se na ideia de acolher, reconectar e ressignificar, expressando no partido arquitetônico o processo de reconstrução e recomeço das mulheres-mães e seus filhos vítimas de violência doméstica. A proposta parte do princípio de que o acolhimento não deve ser destinado à proteção emergencial, mas atuar como processo de reinserção social.

Parte-se da ideia de que o ambiente construído pode atuar como fenômeno terapêutico e social, auxiliando a autonomia, o sentimento de pertencimento e o recomeço das acolhidas. Diferente dos modelos tradicionais de acolhimento brasileiro, o acolhimento da vila é objetivado pela disposição dos blocos em torno de pátios internos e áreas ajardinadas, que criam um ambiente protegido, confortável e afetivo, remetendo ao sentimento de acolhimento e pertencimento e incentivando a ressignificação do conceito de lar.

A reconexão surge nos espaços de convivência e nas relações entre interior e exterior, incentivando o convívio, o fortalecimento de vínculos e a integração entre mulheres, crianças e comunidade. Já a ressignificação manifesta-se de forma simbólica na reestruturação do antigo edifício do Mercado Pão de Açúcar, que é transformado em Escola de Educação Infantil (EMEI) e no centro de capacitação, representando a possibilidade de renascimento e autonomia.

A presença do espelho d'água remetendo ao córrego Maracaju, simboliza o feminino e reforça o caráter simbólico e poético da proposta, enquanto os espaços abertos e a disposição dos blocos respeitam a topografia natural do terreno, criando um conjunto fluido, escalonado e permeável, onde arquitetura, urbanismo e paisagismo coexistem em harmonia.

Assim, o conceito expressa uma arquitetura que vai além do ambiente construído, atuando como um espaço de cura, pertencimento e empoderamento, no qual cada ambiente foi projetado para reconstruir a dignidade, autonomia e as relações sociais das vítimas, inspirando novos começos e reabitando os espaços da cidade. Além de, facilitar a vida de cada família acolhida, proporcionando que vivam "bem" dentro do limite da quadra do projeto.

Dessa forma, a vila de acolhimento se consolida como um ambiente urbano transformador, reafirmando a lógica de que não é necessário esconder as vítimas para protegê-las, mas sim, reintegrá-las à sociedade com segurança, dignidade e autonomia, rompendo com a política pública vigente.

A seguir será apresentado o Programa de Necessidades proposto para o projeto, que resulta em um dimensionamento total de 13.081,15 metros quadrados.

Acolhimento

Reconexão

Recomeço

Diagrama 04: Conceito do projeto.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A água é um dos símbolos mais universais e históricos que remetem ao feminino e à mulher, representando a fluidez, a emoção, a fertilidade e a capacidade de nutrir a vida.

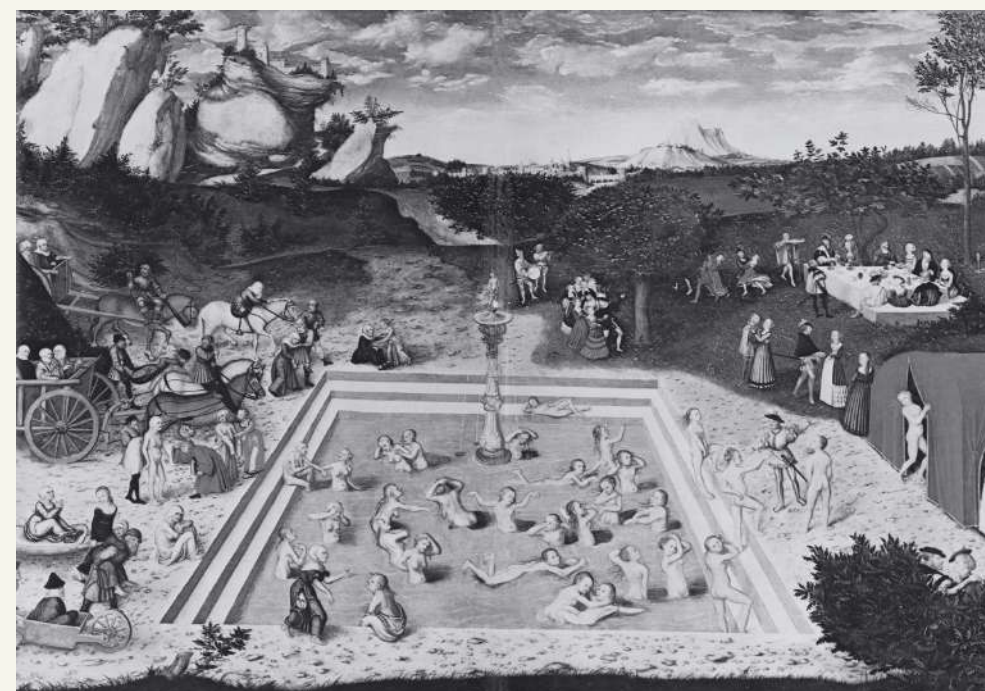


Figura 64: A Fonte da Juventude Feminina.
Fonte: Wikipedia, 2024. Adaptado pela autora, 2025.

Espaços de Acolhimento					
Setor/Ambiente	Quantidade	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Usos	Usuários
Recepção	1	69,50	69,50	Acolhimento inicial; orientações gerais; identificação	Funcionários; mães e crianças acolhidas; visitantes; voluntários
Sala de espera	1	143,00	143,00	Aguardo confortável; convivência breve	Mães e crianças acolhidas; visitantes
Brinquedoteca	1	17,50	17,50	Atividades pedagógicas e recreativas	Equipe técnica; crianças acolhidas
Sala de triagem	1	14,00	14,00	Avaliação inicial de saúde; identificação de urgências	Profissional parceiro; mães e crianças acolhidas
Enfermaria	1	17,50	17,50	Cuidados de saúde primários	Profissional parceiro; mães e crianças acolhidas
Farmácia	1	14,00	14,00	Armazenamento; distribuição controlada de medicamentos	Profissional parceiro; mães acolhidas
Lactário	1	15,75	15,75	Apoio à amamentação	Equipe técnica; mães acolhidas
Sala da família	1	15,75	15,75	Encontros familiares supervisionados	Profissional parceiro; mães e crianças acolhidas; familiares em visita
Atendimento médico adulto	1	22,50	22,50	Primeiro atendimento médico adulto	Profissional parceiro; mães acolhidas
Atendimento médico infantil	1	22,50	22,50	Primeiro atendimento médico infantil	Profissional parceiro; crianças acolhidas
Sanitários (masculino e feminino)	2	14,40	28,80	Higiene pessoal	Funcionários; mães e crianças acolhidas; visitantes; voluntários
Metragem Total: 308,80 m²					
Espaços Administrativos					
Setor/Ambiente	Quantidade	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Usos	Usuários
Administração	1	15,65	15,65	Gestão geral do abrigo	Equipe técnica
Atendimento psicossocial	1	15,75	15,75	Atendimento psicológico; assistência social	Profissional parceiro; mães e crianças acolhidas
Sala de reunião	1	19,25	19,25	Reuniões multidisciplinares para os funcionários	Funcionários; profissionais parceiros; voluntários
Defensoria pública	1	19,25	19,25	Orientação jurídica; articulação com a rede de proteção	Equipe técnica; mães acolhidas
Sala do promotor	1	10,50	10,50	Atendimento institucional do Ministério Público	Equipe técnica; mães acolhidas
Sala de segurança	1	13,75	13,75	Monitoramento por câmeras de segurança	Equipe técnica
DEAM	1	16,75	16,75	Atendimento especializado vinculada à DEAM	Equipe técnica; mães acolhidas
Sala do delegado	1	9,15	9,15	Atendimento institucional da autoridade policial	Equipe técnica; mães acolhidas
Almoxarifado	1	8,15	8,15	Armazenamento; controle de materiais de consumo	Equipe técnica
DML	1	8,15	8,15	Armazenamento de material de limpeza	Equipe técnica
Copa de Funcionários	1	21,65	21,65	Apoio; refeições; descanso	Funcionários
Vestiários (masculino e feminino)	2	20,25	40,50	Higiene pessoal; armazenamento de pertences pessoais	Funcionários
Metragem Total: 198,50 m²					

Tabela 11: Programa de Necessidades - Tabelas de áreas.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Espaços de Capacitação					
Setor/Ambiente	Quantidade	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Usos	Usuários
Oficina de gastronomia	1	46,20	46,20	Capacitação profissional em culinária	Mães acolhidas; voluntários
Oficina de informática	1	46,20	46,20	Ensino de tecnologias digitais	Mães acolhidas; voluntários
Oficina de estética	1	44,45	44,45	Capacitação profissional em beleza; autocuidado	Mães acolhidas; voluntários
Oficina de artesanato	1	44,45	44,45	Produção artesanal e artística	Mães acolhidas; voluntários
Sala Multiuso	1	82,00	82,00	Apoio às oficinas; sala flexível	Mães e crianças acolhidas; voluntários; visitantes; funcionários
Sanitários	2	14,40	28,80	Higiene pessoal	Mães e crianças acolhidas; voluntários; visitantes; funcionários
Metragem Total: 292,10 m²					
Espaços Técnicos e de Apoio					
Setor/Ambiente	Quantidade	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Usos	Usuários
Estacionamento	26 vagas	12,50	325,00	Estacionamento de veículos - funcionários, visitantes e voluntários	Funcionários; visitantes; voluntários; profissionais parceiros
Estacionamento PNE	3 vagas	19,25	57,75	Vagas reservadas e sinalizadas	Pessoas com deficiência
Carga e Descarga	1	63,00	63,00	Recebimento; distribuição de insumos	Fornecedores; prestadores de serviços; equipe técnica
Guarita	2	17,45	34,90	Controle do acesso de pedestres e veículos	Equipe técnica; visitantes; voluntários; prestadores de serviço
Depósito de resíduos	2	5,55	11,10	Coleta seletiva; armazenamento temporário; manejo de resíduos	Equipe técnica; coleta externa municipal
Diretriz Projetual - EMEI	1	8.537,35	8.537,35	Apoio escolar	Funcionários; crianças acolhidas no abrigo; crianças da comunidade local
Metragem Total: 9.029,10 m²					
Espaços Habitacionais					
Setor/Ambiente	Quantidade	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Usos	Usuários
Studio flexível	8	38,55	308,40	Unidade habitacional	Mulheres-mães com até 5 filhos e/ou com necessidades de acessibilidade
Studio A	4	23,65	94,60	Unidade habitacional	Mulheres-mães com até 2 filhos, sendo 1 bebê
Studio B	12	23,65	283,80	Unidade habitacional	Mulheres-mães com até 3 filhos
Metragem Total: 686,80 m²					

Tabela 12: Programa de Necessidades - Tabelas de áreas.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Espaços Comunitários					
Setor/Ambiente	Quantidade	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Usos	Usuários
Pátio interno	1	475,90	475,90	Convivência; integração; descanso ao ar livre	Mães e crianças acolhidas; funcionários
Redário	1	234,00	234,00	Descanso; relaxamento	Mães e crianças acolhidas
Playground infantil	1	475,85	475,85	Convivência; integração infantil	Crianças acolhidas
Quadra poliesportiva	1	400,00	400,00	Exercícios físicos; integração social; atividades recreativas	Mães e crianças acolhidas
Horta comunitária	1	36,60	36,60	Cultivo de alimentos; apoio à oficina de gastronomia	Mães acolhidas; voluntários
Cozinha/ refeitório coletivo	1	116,10	116,10	Preparo das refeições; convivência; integração	Mães e crianças acolhidas
Terraço	1	116,10	116,10	Convivência; integração; contemplação da natureza	Mães e crianças acolhidas
Academia	1	44,45	44,45	Atividades físicas	Mães acolhidas
Sala de doações	1	47,95	47,95	Estoque; distribuição de doações	Funcionários; mães acolhidas
Sala de TV/jogos	1	82,00	82,00	Atividades recreativas; interações sociais	Mães e crianças acolhidas
Lavanderia coletiva	1	54,95	54,95	Lavagem; secagem; passagem de roupas	Mães acolhidas; funcionários
Circulação vertical e horizontal	-	481,95	481,95	Acesso; deslocamento entre setores	Todos os usuários do abrigo
Metragem Total: 2.565,85 m²					

Tabela 13: Programa de Necessidades - Tabelas de áreas.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

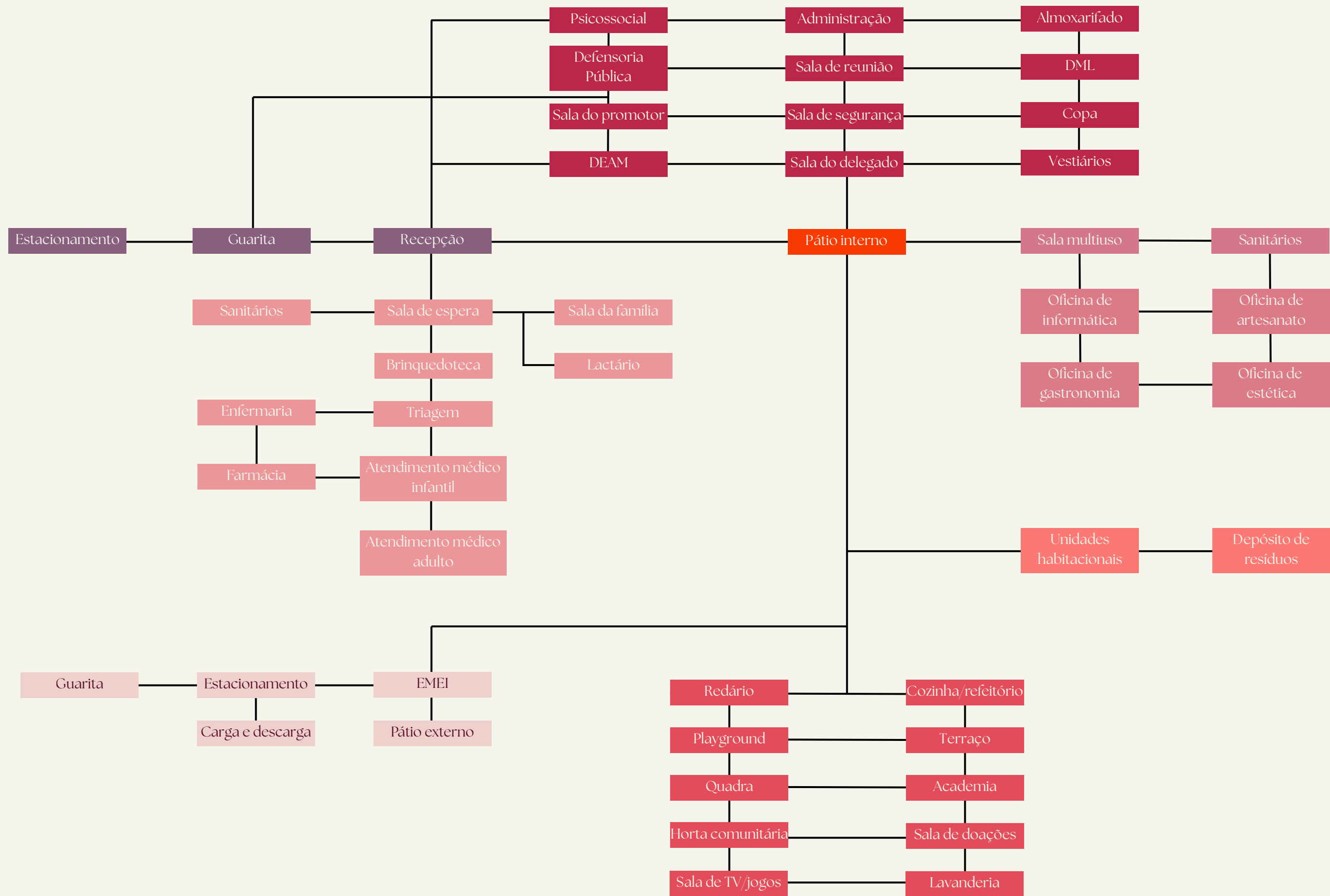


Diagrama 05: Fluxograma com base no programa de necessidades.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Plano de Massas

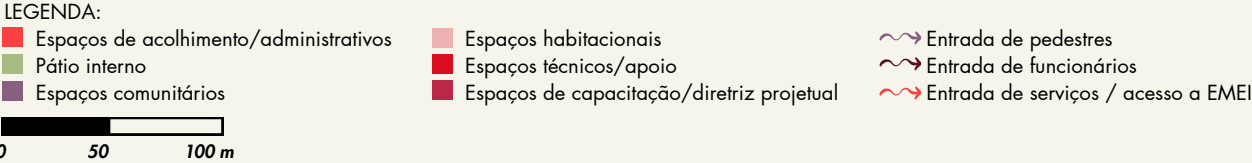


Figura 65: Mapa aproximado do terreno escolhido, com destaque ao plano de massas.
Fonte: QGIS / SIMGEO. Elaborado pela autora, 2025.

Tomando como base o programa de necessidades, a análise da topografia do terreno, das vias de entorno e das relações visuais entre o edifício pré-existente com o contexto urbano, o plano de massas foi estruturado em três acessos principais — Rua Maracaju, Rua 13 de Junho e Rua Antônio Maria Coelho —, orientando a setorização funcional e hierárquica dos acessos. O acesso principal de pedestres foi posicionado na Rua Maracaju, junto ao bloco administrativo, enquanto o acesso secundário foi direcionado à Rua 13 de Junho. Os acessos de serviço e de veículos foram direcionados a Rua Antônio Maria Coelho, garantindo segurança e privacidade na circulação interna.

A composição volumétrica do conjunto se organiza a partir de três blocos principais: o bloco administrativo e de acolhimento, o bloco habitacional e o bloco educativo e de capacitação — este último sendo o edifício pré-existente do Mercado Pão de Açúcar. Esses volumes se conectam por meio de pátios ajardinados, eixos de circulação e espaços comunitários, compondo um percurso contínuo.

O plano de massas foi pensado de forma a criar transições espaciais entre os espaços de maior movimento e os de caráter mais íntimo. Assim, os espaços administrativos e de recepção ocupam a parte frontal, voltada à rua, em posição mais aberta e acessível, as áreas de convivência e o pátio central marcam o coração do conjunto, como símbolo de integração social conectado ao bloco habitacional, oferecendo privacidade, tranquilidade e contato direto com o verde e, por fim, o bloco pré-existente, situado na porção mais alta do terreno, permitindo o funcionamento independente da EMEI, mas conectado à vila, ampliando o potencial social do conjunto.

A escolha por volumes crescentes foi pensada de forma a favorecer a ventilação cruzada, o aproveitamento da luz natural e a conexão da edificação em relação à topografia, criando um conjunto integrado ao entorno.

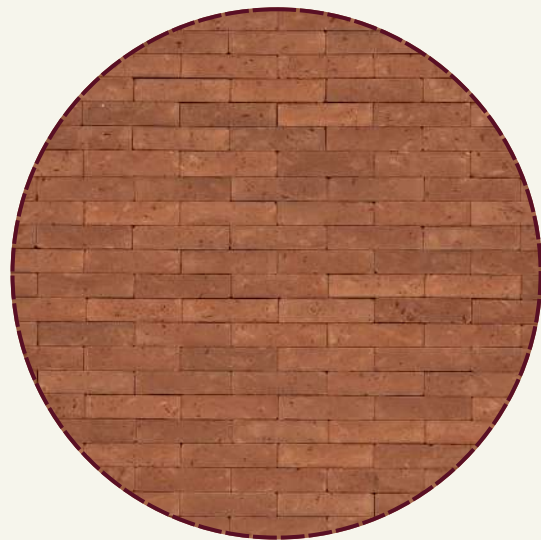
Dessa forma, o plano de massas da vila de acolhimento, não se limita a apenas criar uma organização funcional, mas também, na criação de um ambiente acolhedor e seguro para as vítimas.

Materialidade

A escolha da materialidade e da linguagem estética da vila de acolhimento foi definida a partir da intenção de se romper com os conceitos estéticos frequentemente associados à espaços de assistência à mulheres. A proposta parte, então, de um arquitetura sóbria e racional, que se insere no contexto urbano de maneira discreta, sem se anunciar como um equipamento destinado à mulheres vítimas de violência doméstica.

Nesse sentido, optou-se por uma linguagem estética que vai contra a lógica e o discurso brasileiro recorrente, que associa o feminino às curvas, suavidade formal e ornamentação simbólica. O projeto, portanto, não se expressa por meio de elementos formais estereotipados, mas se constrói como uma arquitetura contemporânea reforçada pela lógica que o acolhimento se dá pela configuração do espaço e não pela sua estética formal ou simbólica.

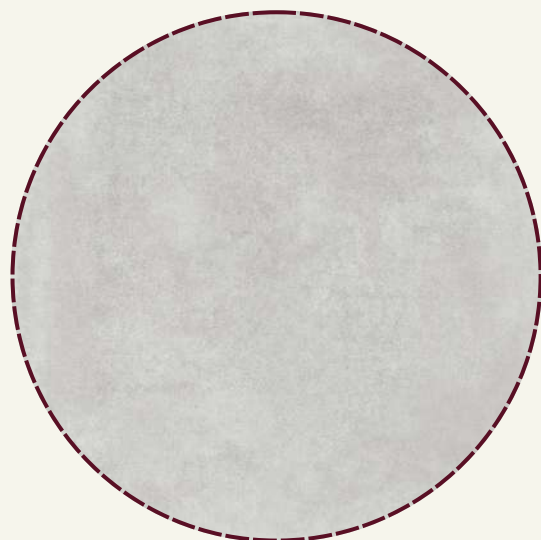
Materialidade



Tijolinho solo 6x21 - Constitui o principal elemento do projeto, sendo utilizado em todas as fachadas dos edifícios. Este material, produzido a partir de uma mistura de solo, cimento e água é um material sustentável que dispensa queima e, reduz emissões de carbono. Sua tonalidade terrosa e textura rústica remetem ao solo vermelho de Campo Grande, estabelecendo uma relação direta com a paisagem local e reforçando a ideia de brasilidade.



Cobogó Entreluz 6x21 - Os cobogós, empregados como elementos de fechamento e divisórias internas, filtram a luz e promovem ventilação cruzada, criando espaços onde a iluminação natural se torna parte da composição estética.



Cimento queimado - O uso deste material nos pisos e áreas de circulação representa a simplicidade e a racionalidade estrutural, além de promover durabilidade e praticidade na manutenção. Esse material, de aparência simples e neutra, cria uma base visual uniforme que valoriza os elementos naturais e o paisagismo ao redor.

Pranchas Técnicas

RUA ANTÔNIO MARIA COELHO

RUA 13 DE JUNHO

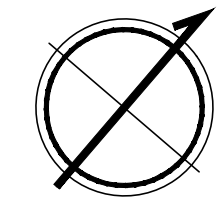
RUA DR. ARTHUR JORGE

RUA MARACAJU

IMPLANTAÇÃO
esc 1:250

AS CURVAS DE NÍVEL APRESENTADAS CORRESPONDEM ÀS COTAS TOPOGRÁFICAS ORIGINAIS DO TERRENO, ANTERIORES AO PROCESSO DE TERRAPLANAGEM. ASSIM, CONSIDERANDO A CONFORMAÇÃO ATUAL DO TERRENO, AS CURVAS DE NÍVEL FORAM AJUSTADAS E REBATIDAS PARA O NÍVEL DA RUA MARACAJU, DE MODO A REPRESENTAR A EQUIVALÊNCIA ENTRE A TOPOGRAFIA NATURAL E O NÍVEL DE REFERÊNCIA ADOTADO.

RUA ANTÔNIO MARIA COELHO

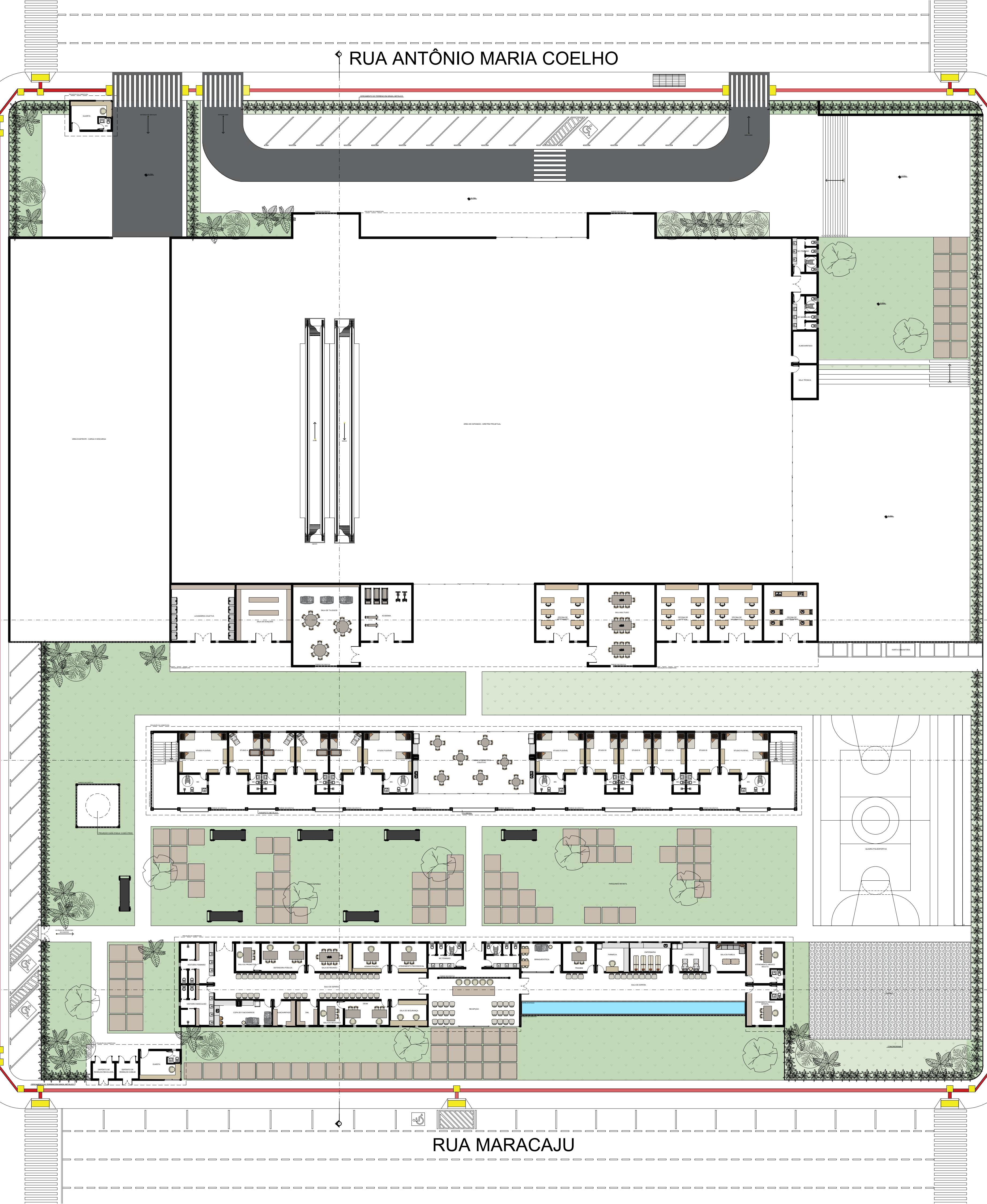


RUA 13 DE JUNHO

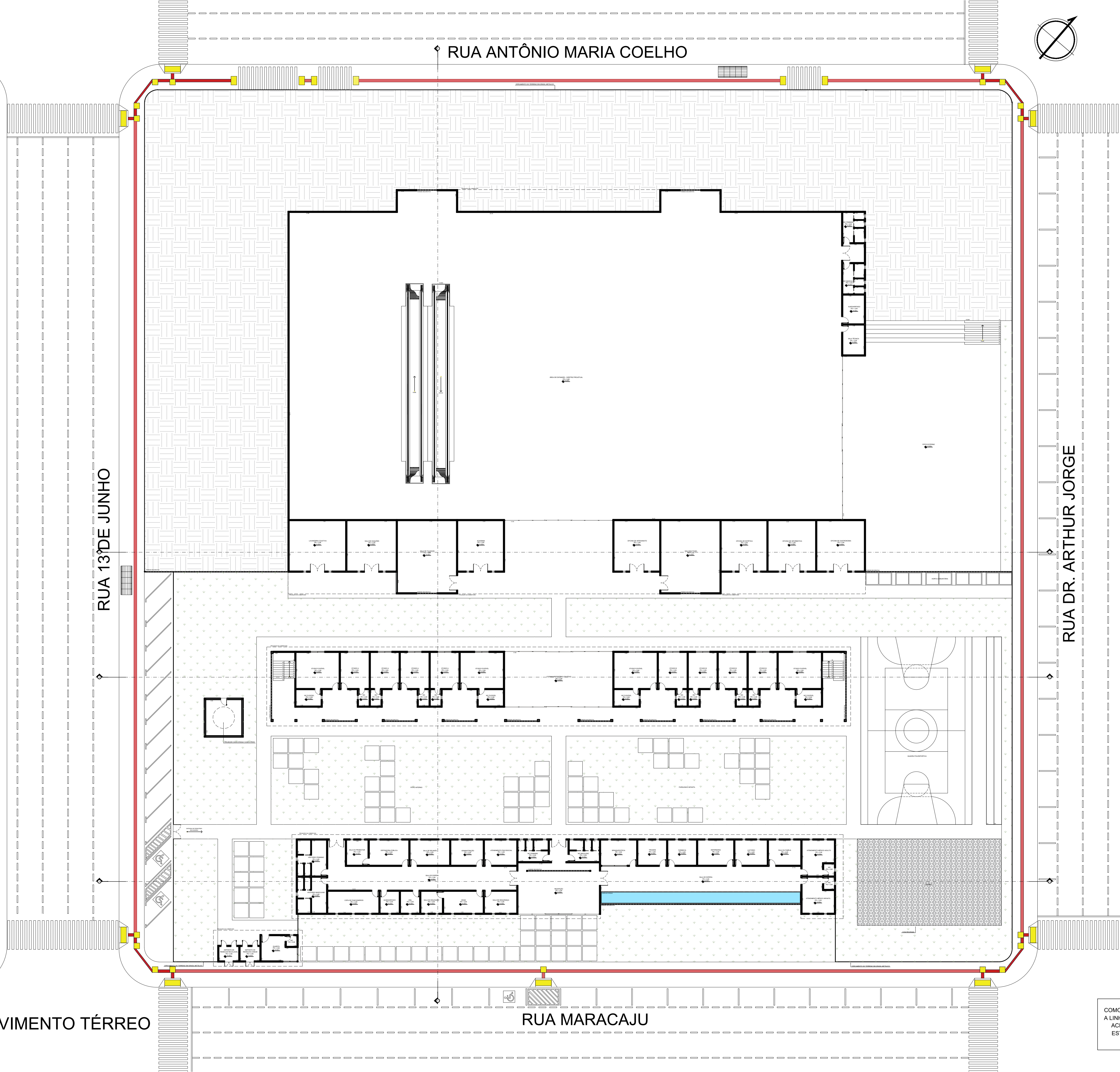
RUA DR. ARTHUR JORGE

RUA MARACAJU

IMPLANTAÇÃO HUMANIZADA
esc 1:250

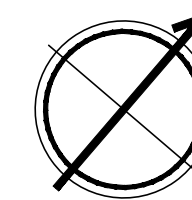


PLANTA PAVIMENTO TÉRREO
esc 1:250



COMO A PLANTA TEM COMO REFERÊNCIA O NÍVEL +0,00 E
A LINHA DA SEÇÃO ESTÁ A +1,50, A PORÇÃO DO TERRENO
ACIMA DE +1,50 QUE NÃO SOFREU TERRAPLANAGEM
ESTÁ REPRESENTADA COM HACHURA DE TERRA EM
CORTE.

RUA ANTÔNIO MARIA COELHO

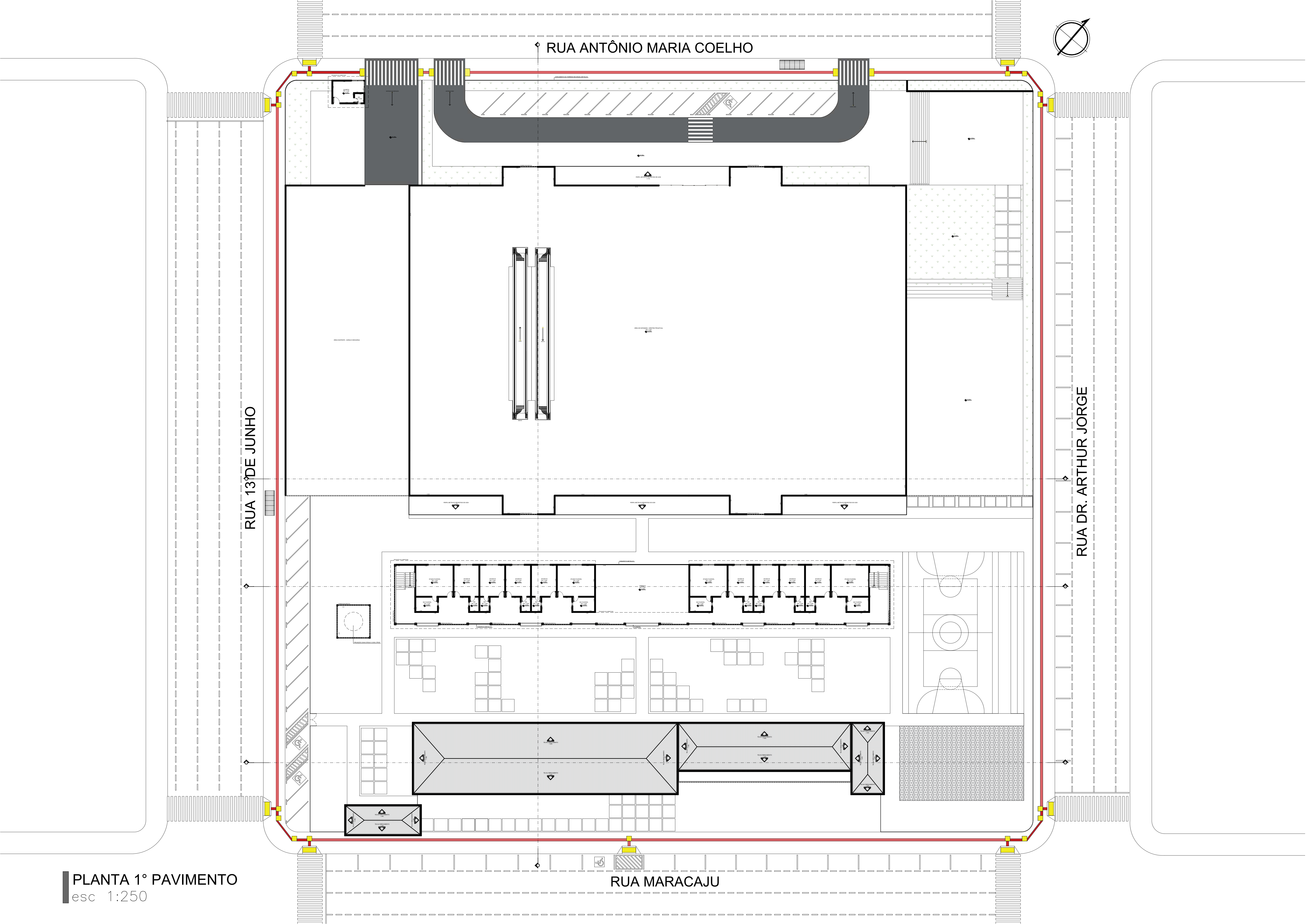


RUA 13 DE JUNHO

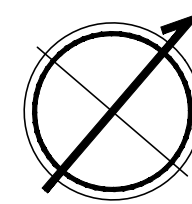
RUA DR. ARTHUR JORGE

RUA MARACAJU

PLANTA 1º PAVIMENTO
esc 1:250



RUA ANTÔNIO MARIA COELHO

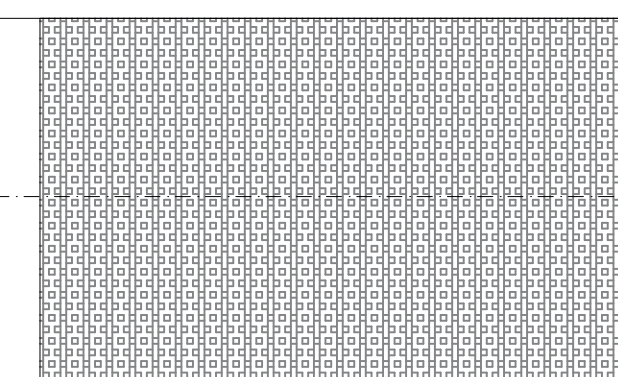
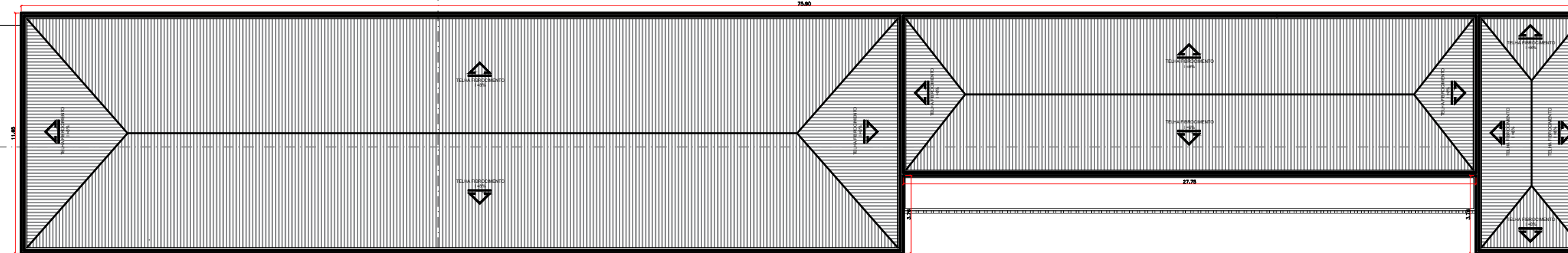
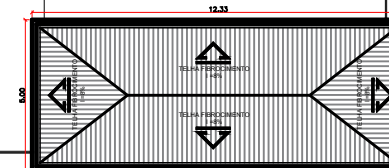
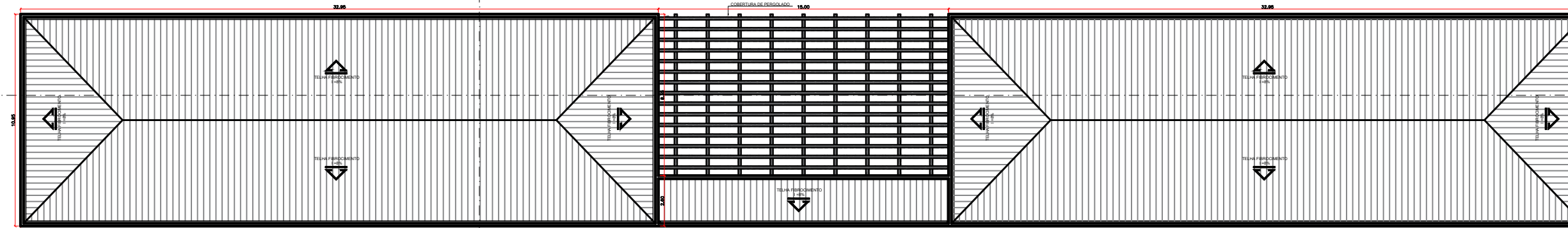
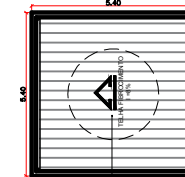
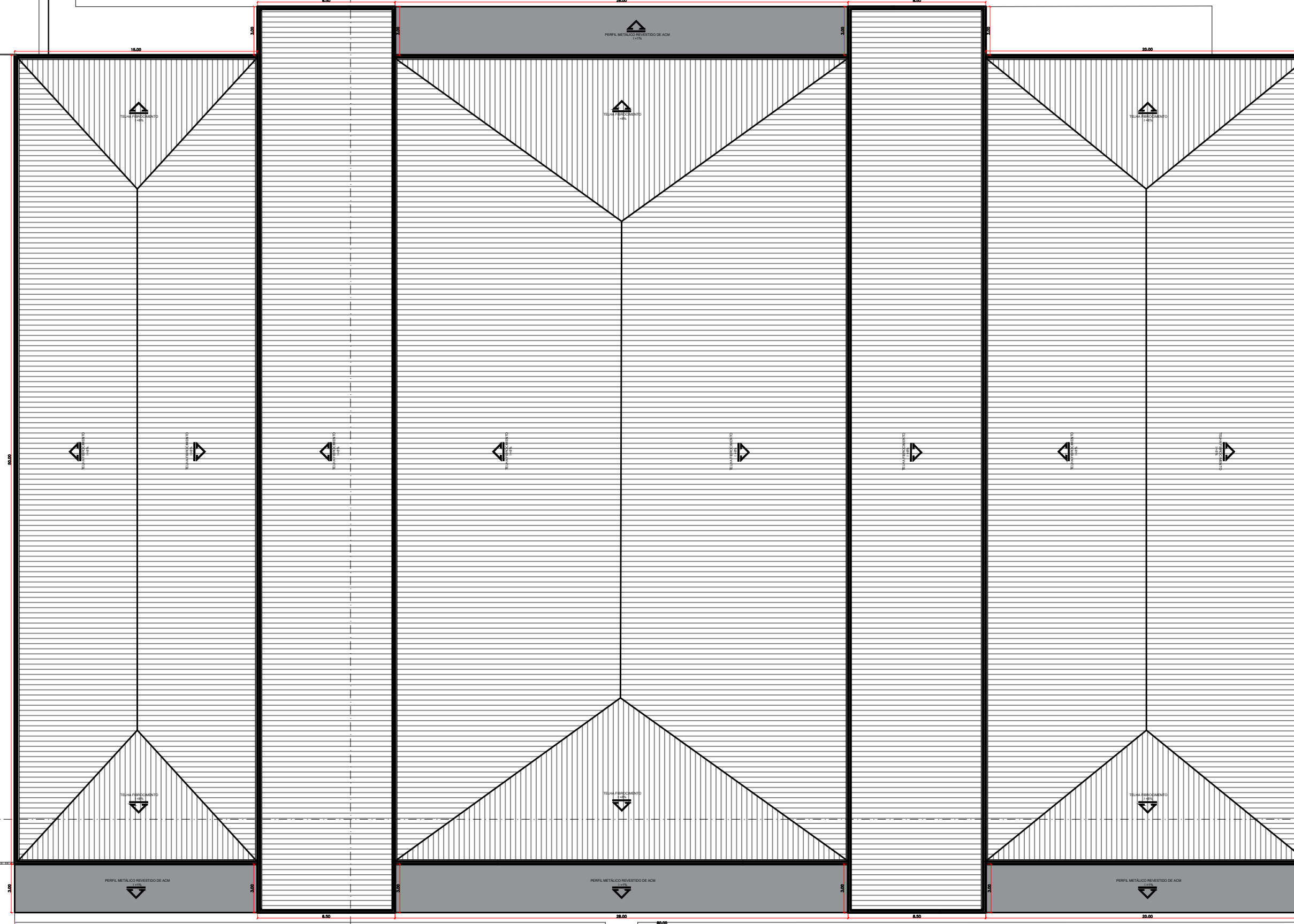
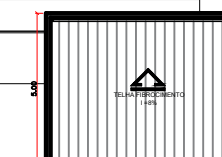


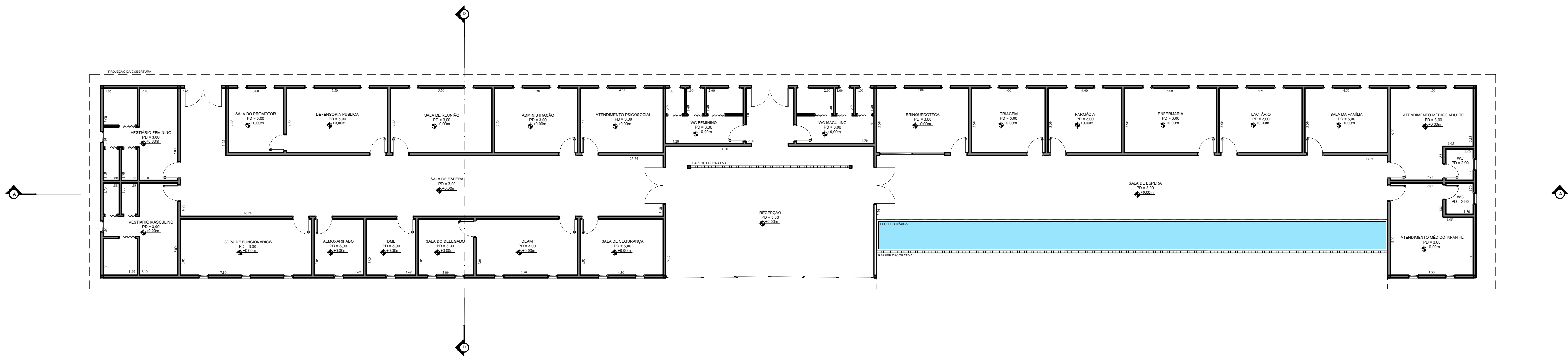
RUA 13 DE JUNHO

RUA DR. ARTHUR JORGE

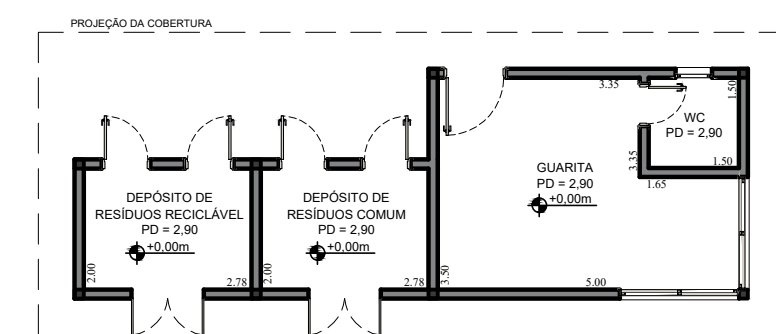
RUA MARACAJU

PLANTA DE COBERTURA
esc 1:250

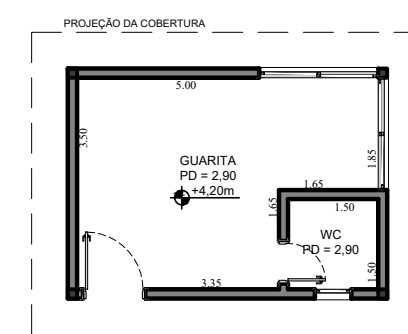




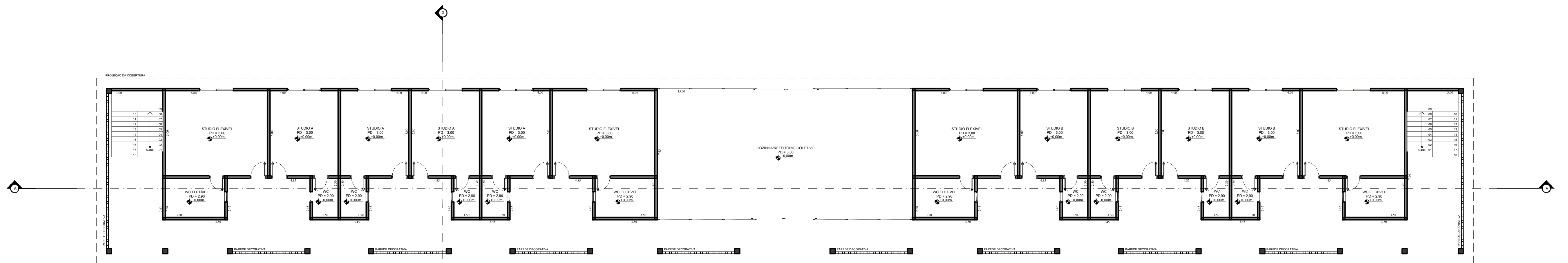
ZOOM PLANTA - BLOCO ADMINISTRATIVO/ACOLHIMENTO
esc 1:100



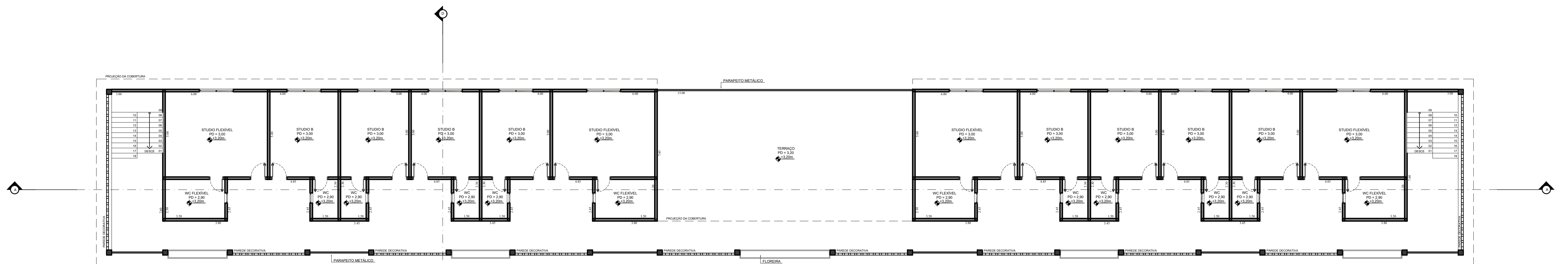
ZOOM PLANTA - BLOCO TÉCNICO
esc 1:100



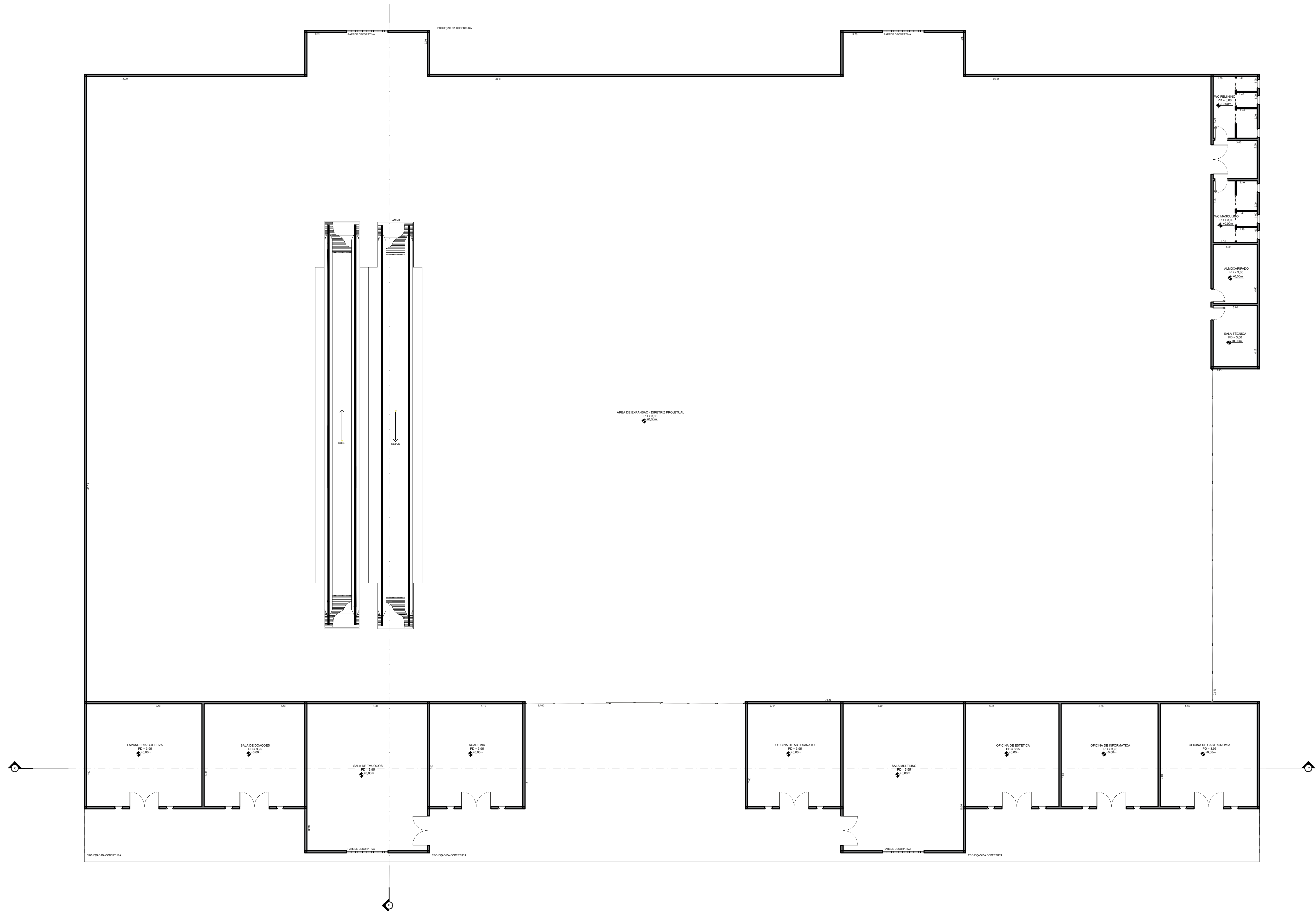
ZOOM PLANTA - BLOCO TÉCNICO
esc 1:100



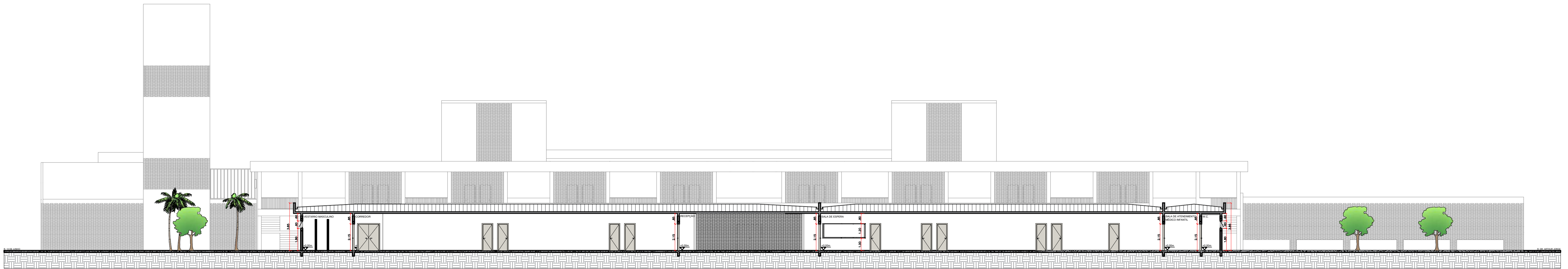
ZOOM PLANTA TÉRREO - BLOCO HABITACIONAL
esc 1:100



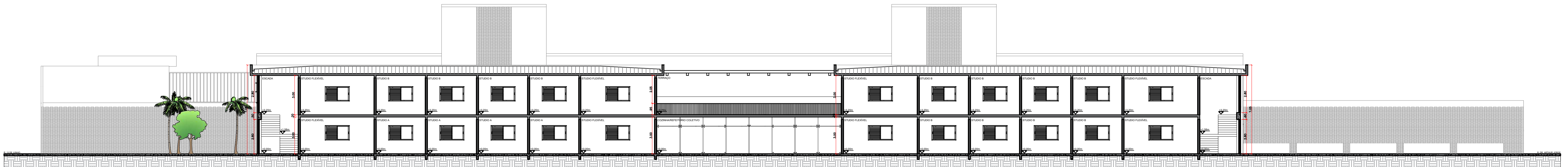
ZOOM PLANTA 1º PAVIMENTO - BLOCO HABITACIONAL
esc 1:100



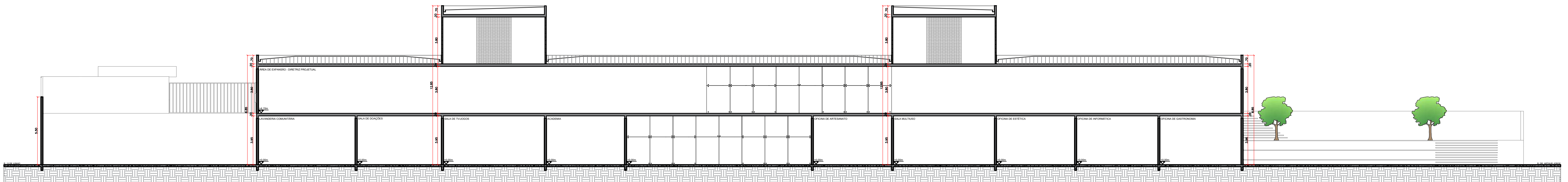
ZOOM PLANTA TÉRREO - BLOCO DE CAPACITAÇÃO
esc 1:100



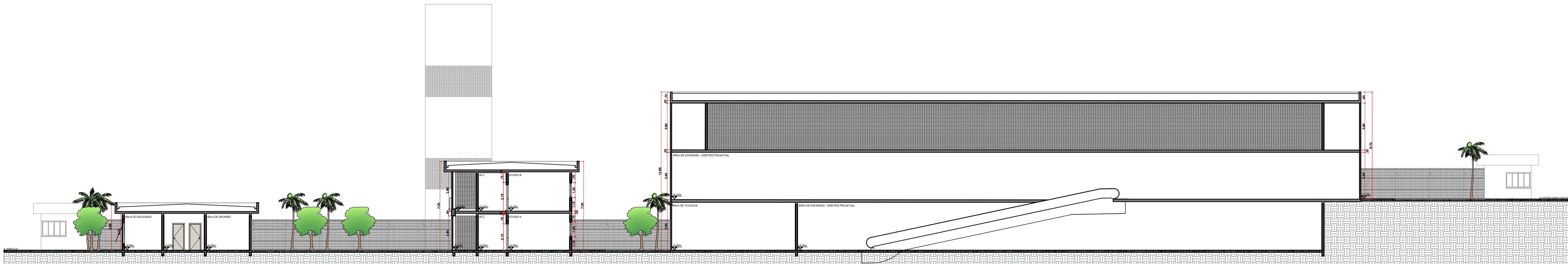
CORTE AA
esc 1:100



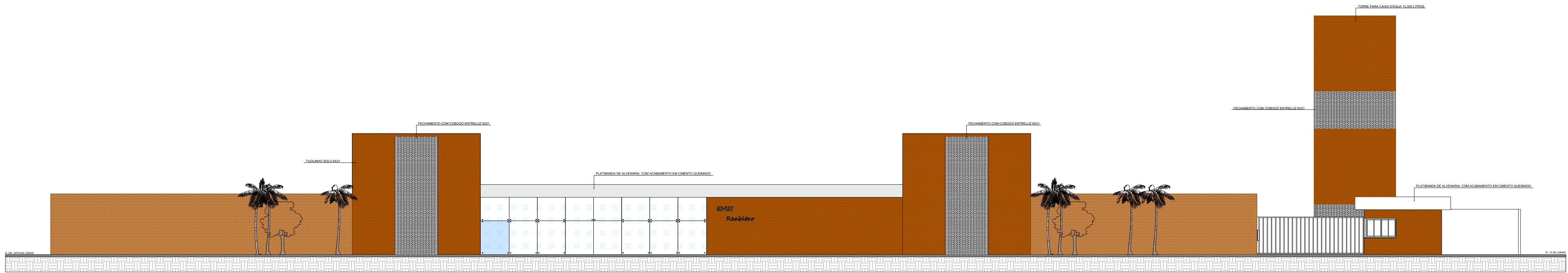
CORTE BB
esc 1:100



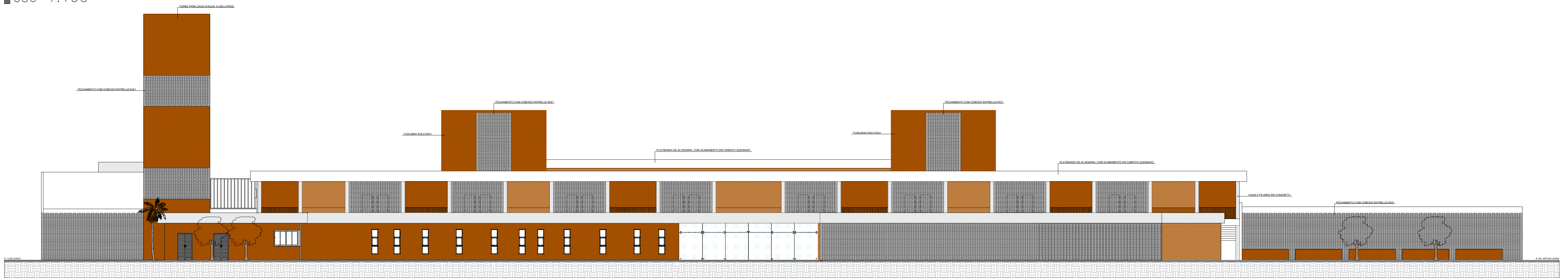
CORTE CC
esc 1:100



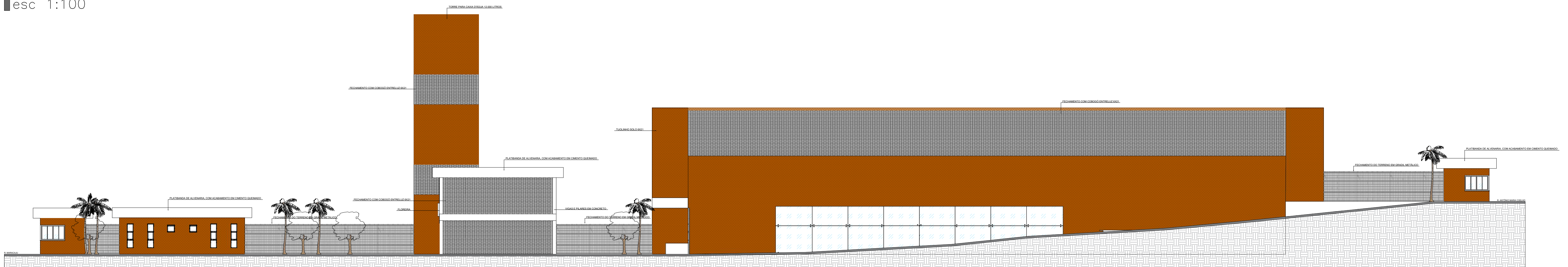
CORTE DD
esc 1:100



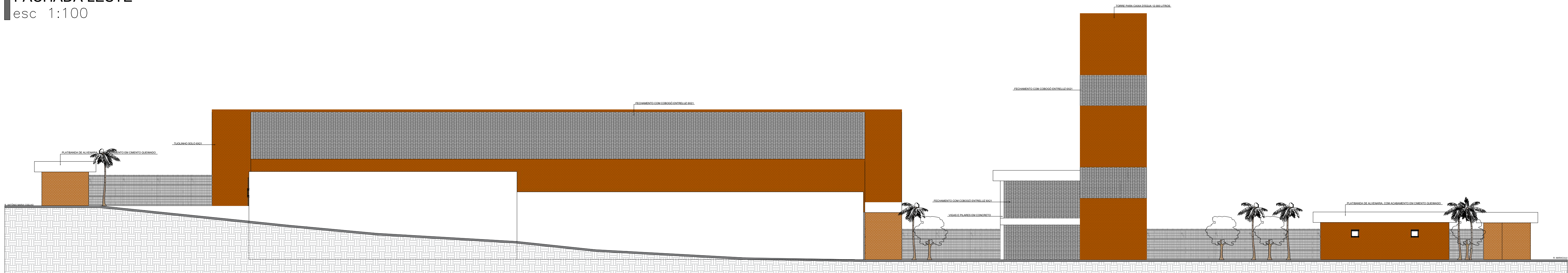
FACHADA NORTE
esc 1:100



FACHADA SUL
esc 1:100



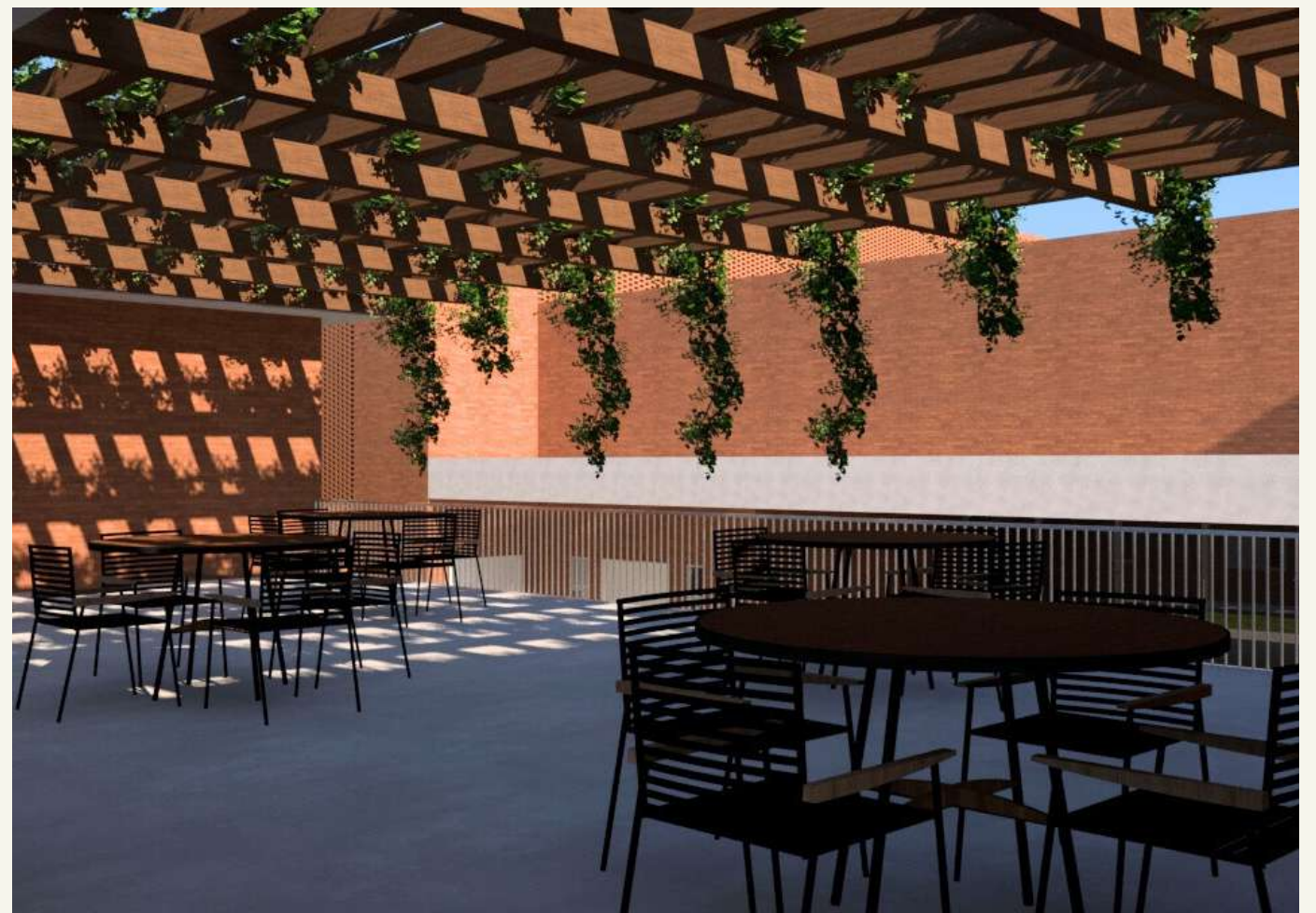
FACHADA LESTE
esc 1:100

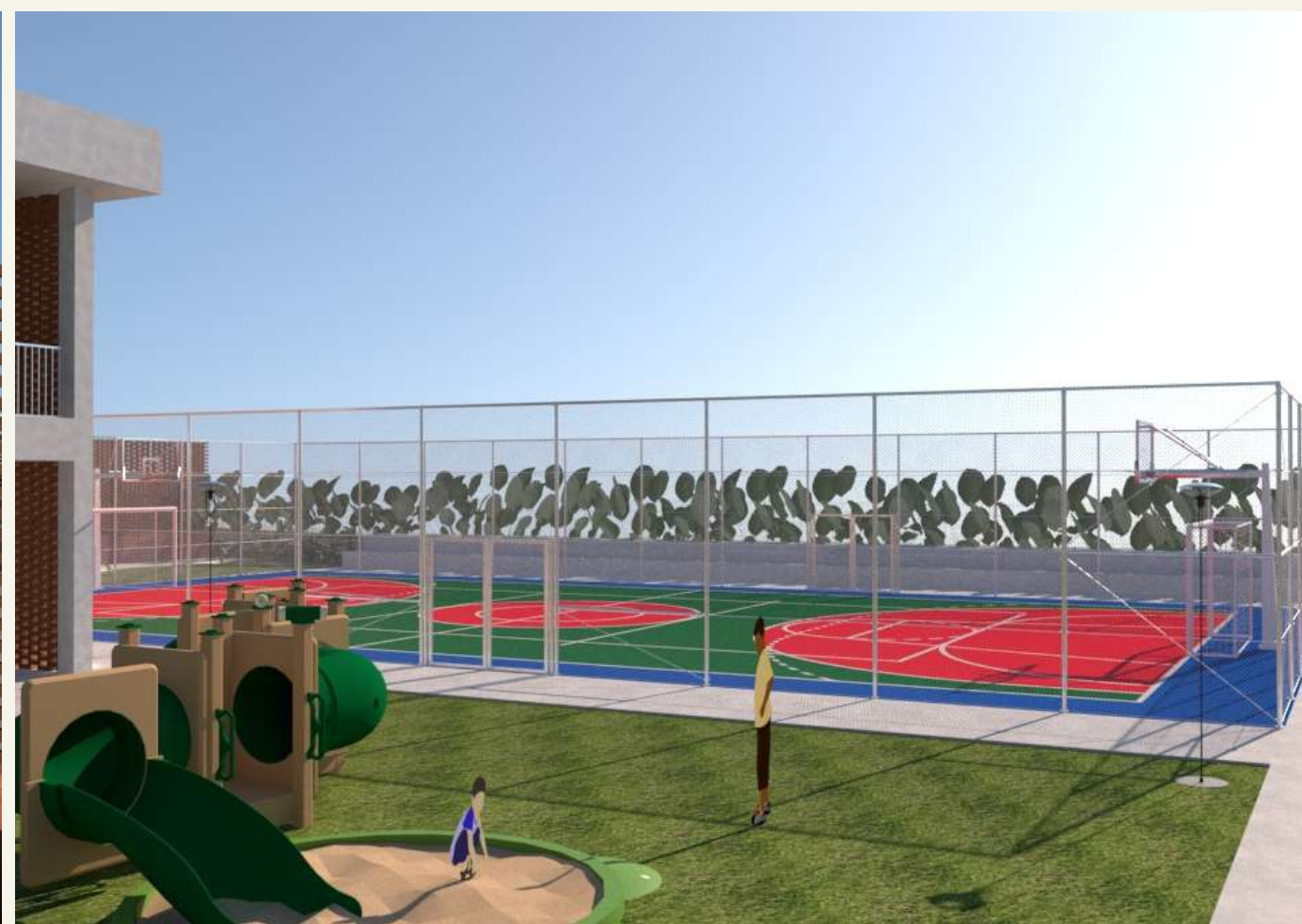


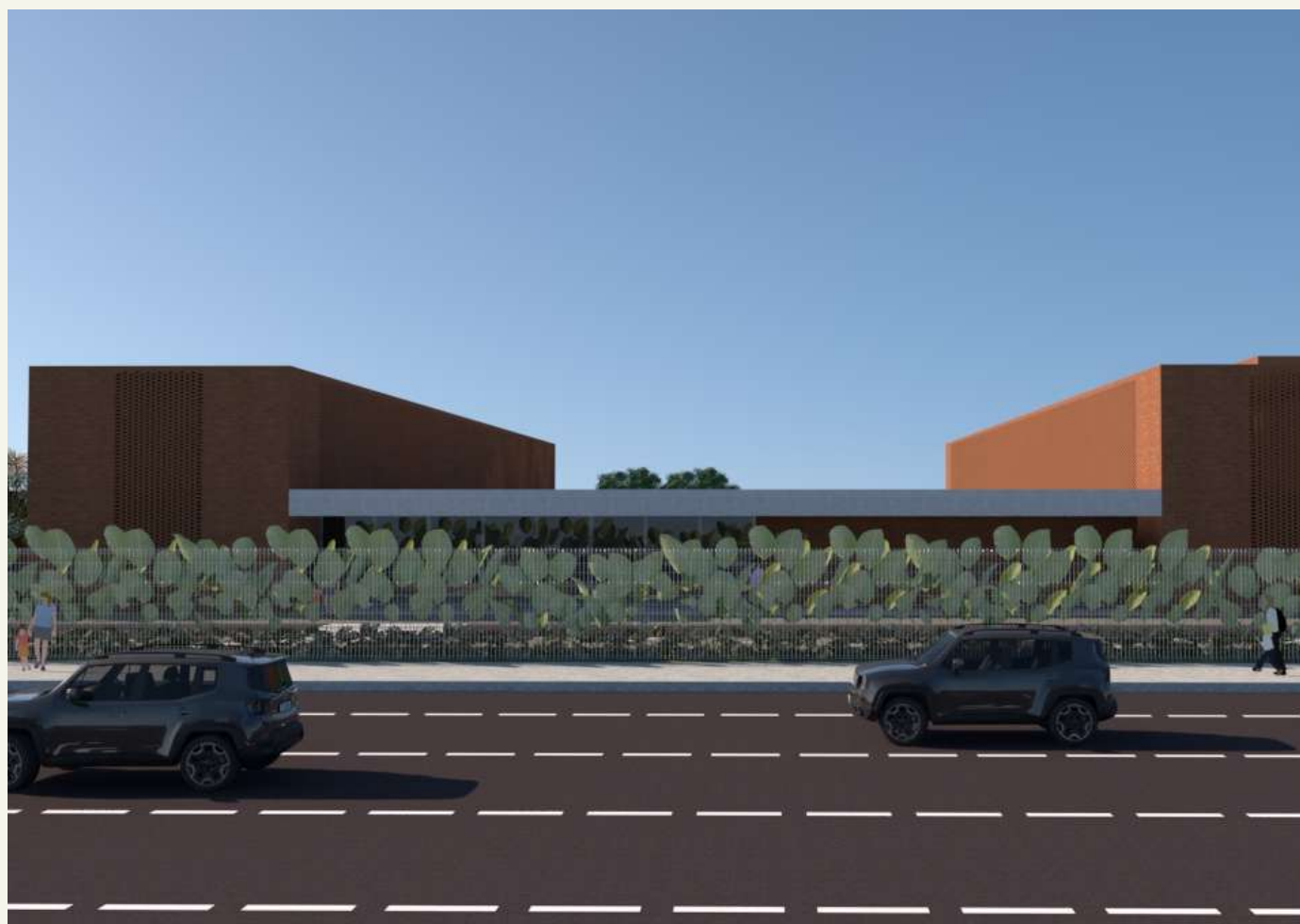
FACHADA OESTE
esc 1:100

Imagens Renderizadas















Conclusões

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, voltado ao anteprojeto da Vila de Acolhimento em Campo Grande - MS para Mulheres-mães Vítimas de Violência Doméstica, possibilitou não apenas a elaboração de um projeto arquitetônico, mas também a construção de uma reflexão crítica acerca das políticas públicas vigentes e dos modelos tradicionais dos equipamentos institucionais destinados ao atendimento da mulher no Brasil.

Observa-se que, muitas políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência doméstica ainda se estruturam sob uma lógica limitada à função de resguardar a integridade física das vítimas, sem necessariamente oferecer suporte adequado à reconstrução de suas trajetórias de vida.

Além disso, é possível identificar uma padronização estética e espacial nesses equipamentos, marcada por ambientes institucionalizados, pouco humanizados e, muitas vezes, que reforçam uma lógica de ruptura e isolamento, afastando as mulheres de suas referências cotidianas e, por vezes, reproduzindo sensações de controle, anonimato e perda de identidade.

A proposta da Vila de Acolhimento parte da compreensão de que o enfrentamento à violência doméstica exige mais do que abrigo físico: demanda a preservação da dignidade, a manutenção de rotinas e a continuidade de vínculos afetivos e sociais, especialmente quando há crianças envolvidas. Minimizar a ruptura abrupta com o cotidiano torna-se essencial para reduzir os impactos psicológicos do deslocamento forçado. Nesse sentido, a incorporação de espaços de convivência, áreas destinadas às crianças, ambientes de capacitação profissional e setores voltados ao atendimento psicossocial contribuem para a construção de um ambiente que promove pertencimento, estabilidade emocional e perspectiva de recomeço.

Conclui-se, portanto, que a proposta desenvolvida contribui não apenas para a discussão acadêmica sobre arquitetura social, mas também para o enfrentamento de uma problemática estrutural da sociedade, demonstrando como o planejamento arquitetônico pode atuar de forma sensível, estratégica e responsável na criação de ambientes seguros e transformadores para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social, decorrente da violência doméstica.



Referências Bibliográficas

AGÊNCIA GOV. ***Casa da Mulher Brasileira: conheça e saiba como funciona.*** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/casa-da-mulher-brasileira-conheca-e-saiba-como-funciona-1>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ARCHDAILY. ***Centro de Oportunidade para Mulheres / Sharon Davis Design.*** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ARCHDAILY. ***Firms from London and Israel Design a Shelter for Domestic Abuse Victims in Israel.*** Disponível em: <https://www.archdaily.com/773055/firms-from-london-and-israel-design-a-shelter-for-domestic-abuse-victims-in-israel>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ARCHDAILY. ***Gênero e estudos urbanos: uma conciliação necessária.*** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ARCHDAILY. ***Neuroarquitetura.*** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/neuroarquitetura>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ARCHDAILY. ***Perspectiva de gênero na arquitetura e no urbanismo: uma seleção de artigos.*** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1004936/perspectiva-de-genero-na-arquitetura-e-no-urbanismo-uma-selecao-de-artigos-para-se-aproximar-do-tema>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. ***Comissão aprova projeto que inclui violência contra filhos entre as formas de violência contra a mulher.*** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1121471-comissao-aprova-projeto-que-inclui-violencia-contra-filhos-entre-as-formas-de-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CAMPOGRANDENEWS. ***Ministério diz que atendimento na Casa da Mulher precisa ser aperfeiçoado.*** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/ministerio-diz-que-atendimento-na-casa-da-mulher-precisa-ser-aperfeicoado>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CEVITAL. ***Como nascem os campo-grandenses: Boletim 2020.*** Campo Grande: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/3/2020/06/Boletim-CEVITAL-2020-como-nascem-os-campo-grandenses.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

D'OLIVEIRA, M. L. et al. ***Violência de gênero e saúde: contribuições de estudos feministas.*** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 95-111, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctwxpY7prmbzZZzGrT5rHsC>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ENCICLOPÉDIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA. ***Violência doméstica e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil.*** Disponível em: <https://www.encyclopedia-crianca.com/maus-tratos-na-infancia/segundo-especialistas/violencia-domestica-e-seu-impacto-sobre-o>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Referências Bibliográficas

ESCUTA ESPECIALIZADA. **Guia para educadores.** Disponível em: <https://escutaespecializada.com.br/artigos/guia-para-educadores/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FILGUEIRAS, A. et al. **Psicologia: ciência e profissão.** São Paulo, v. 26, n. 2, p. 200-213, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872007000200002. Acesso em: 01 jul. 2025.

FORBES BRASIL. **Estamos a 134 anos da igualdade de gênero, segundo Fórum Econômico Mundial, 2024.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/06/estamos-a-134-anos-da-igualdade-de-genero-segundo-forum-economico-mundial/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

G1. **92% das agressões contra mulheres no Brasil foram presenciadas por testemunhas, diz pesquisa.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/10/92percent-das-agressoes-contra-mulheres-no-brasil-foram-presenciadas-por-testemunhas-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Resumo da Lei Maria da Penha.** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CARVALHO, Joyce de Almeida. **AURORA – Centro de acolhimento e reintegração para mulheres em situação de vulnerabilidade em Campo Grande – MS.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7895>. Acesso em: 1 jul. 2025.

JUSBRASIL. **A evolução histórica do direito das mulheres.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres/395863079>. Acesso em: 01 jul. 2025.

JUSBRASIL. **Com que frequência e idade as mulheres sofrem violência doméstica: com a palavra, a vítima.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/com-que-frequencia-e-idade-as-mulheres-sofrem-violencia-domestica-com-a-palavra-a-vitima/121814053>. Acesso em: 01 jul. 2025.

JUSBRASIL. **Linha do tempo: direitos das mulheres na legislação brasileira.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linha-do-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira/1776438470>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LUCAS, Larissa Rodrigues. **Às Mulheres: uma reflexão sobre o espaço público na perspectiva feminina em Campo Grande–MS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7895>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MONITOR DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Disponível em: <http://monitorviolenciacontramulher.sejusp.ms.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Referências Bibliográficas

NEUFERT, E. **Arte de projetar em arquitetura**. 18. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2004.

NINHOS DO BRASIL. **Quais são os 4 estágios de Piaget**. Disponível em: <https://www.ninhosdobrasil.com.br/quais-sao-os-4-estagios-de-piaget>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PERIÓDICO CEAP. **Violência doméstica e familiar: impacto sobre os filhos**. Disponível em: <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/181/110>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. **Mapeamento dos Índices de Inclusão e Exclusão Social em Campo Grande – MS**. Disponível em: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/19/2016/12/Mapeamento-dos-I%CC%81ndices-de-Inclusa%CC%83o-e-Exclusa%CC%83o-Social-em-Campo-Grande-MS.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PROMUSE - PROGRAMA MULHER SEGURA. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/seguranca/172-promuse-programa-mulher-segura14>. Acesso em: 01 jul. 2025.

REVISTA CAIRU. **Violência doméstica e familiar: impacto sobre os filhos**. Disponível em: https://cairu.br/revista/arquivos/artigos/20221/5_FILHOS_VIOLENCIA_DOMESTICA_FAMILIAR.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

REVISTA DELOS. **A importância da arquitetura no acolhimento de mulheres vítimas de violência**. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4706/2627>. Acesso em: 01 jul. 2025.

REVISTA FASIPE. **Acolhimento institucional e vulnerabilidade**. Disponível em: <https://revistas.fasipe.com.br/index.php/rae-mt/article/view/406/364>. Acesso em: 01 jul. 2025.

REVISTA NEGREM. **Refúgio para mulheres vítimas de violência**. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/50689>. Acesso em: 01 jul. 2025.

REVISTA PENSAR ACADÊMICO. **Acolhimento institucional para mães e filhos**. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriottcc/article/view/4273/3281>. Acesso em: 01 jul. 2025.

REVISTA SAÚDE E SOCIEDADE. **Violência de gênero e saúde: contribuições de estudos feministas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctwXPY7prmbzZZzGrT5rHsC/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Referências Bibliográficas

REVISTA TEMÁTICA. **A percepção das mulheres sobre a maternidade.** Disponível em: https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/88244/115384/01_A-PERCEPCAO-DAS-MULHERES-SOBRE-A-MATERNIDADE.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

SCIELO. **Feminicídio no Brasil.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/JJzvMx7Y3dYVnBbgDfsDKBm/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SCIELO. **Psicologia em estudo.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/X3dyWtRFFFfy8wnyZMgzgYd/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SCIELO. **Psicologia: teoria e prática.** Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000300011. Acesso em: 01 jul. 2025.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa sobre violência doméstica.** Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/interativo.html. Acesso em: 01 jul. 2025.

SEMPI. **Lei do Feminicídio completa 10 anos.** Disponível em: <https://www.pi.gov.br/sempi-e-casa-da-mulher-brasileira-promovem-discussao-sobre-10-anos-de-lei-do-feminicidio/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SITE LESFEM. **Monitor Brasil: feminicídios consumados e tentados no Brasil.** Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/feminicidios-consumados-e-tentados-no-brasil-2024/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

TAM, T. **Infográfico – Perfil sociodemográfico das mulheres em situação de violência doméstica.** Disponível em: https://www.tjam.jus.br/images/2025/OUVIDORIA_DA_MULHER/Infogr%C3%A1fico_PERFIL_SOCIODEMOGR%C3%81FICO_DAS_MULHERES_EM_SITUA%C3%87%C3%83O_DE_VIOL%C3%81NCIA_DOM%C3%89STICA_final.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

UNIP. **Centro de apoio e capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade em Santa Cecília – São Paulo.** Disponível em: <https://repositorio.unip.br/graduacao-repositorio/centro-de-apoio-e-capacitacao-para-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-em-santa-cecilia-sao-paulo/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

